



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SIRLEI ROSE MARTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA:
ENTRE OS PRINCÍPIOS E A PRÁXIS**

Londrina
2013

SIRLEI ROSE MARTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA:
ENTRE OS PRINCÍPIOS E A PRÁXIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M387e Martos, Sirlei Rose.

Economia solidária em Londrina : entre os princípios e a práxis /
Sirlei Rose Martos. – Londrina, 2013.
118 f. : il.

Orientador: Luis Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados,
Programa de Pós-Graduação em Administração, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Economia solidária – Teses. 2. Economia solidária – Políticas
públicas – Teses. 3. Capitalismo – Teses. 4. Londrina (PR) –
Condições sociais – Teses. I. Santos, Luis Miguel Luzio dos. II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais
Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III.
Título.

CDU 658:334

SIRLEI ROSE MARTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA:
ENTRE OS PRINCÍPIOS E A PRÁXIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Sônia Regina Vargas Mansano
UEL – Londrina - PR

Prof Dr. Luis Artur Bernardes da Rosa
UEL – Londrina - PR

Londrina, 5 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

São poucos os meios de tantos que almejam chegar até aqui, por isso, agradeço a Deus que me guiou e me deu sabedoria, forças e condições para que eu pudesse ultrapassar mais esta etapa da minha vida, pois nunca é tarde para começar o que se sonha fazer.

Agradeço à minha família, pelo apoio emocional e por entender e suportar minha ausência em muitos momentos em que estive envolvida com a elaboração deste trabalho, em especial, meu marido Luiz e minha linda filha Mariana, minhas enteadas Gláucia e Ketrin que, dentro das suas possibilidades, também colaboraram para esta minha conquista.

Ao meu orientador e amigo Luis Miguel Luzio dos Santos, muito, muito obrigado mesmo!!! Pela sua dedicação e esclarecimentos, sempre indicando os melhores caminhos para a realização deste trabalho e pela força e incentivo nos momentos de desânimo. Suas valiosas orientações, contribuições e apoio colaboraram, intensamente, para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Às minhas coordenadoras de curso da Unopar: Maria Silvia F. Ribeiro, Marilsa Santini e Christiane de Rensis, pelo apoio em todos os momentos e confiança em meu potencial.

Às coordenadoras do CPES, pela disponibilidade em me atender e fornecer as informações que deram suporte a este trabalho.

Aos meus colegas de turma que, durante o período do mestrado, me ajudaram a crescer como pessoa e como acadêmica.

A todos os professores do mestrado que, com suas experiências e conhecimentos, contribuíram para a minha formação.

Ao Francisco Carlos Navarro, secretário do mestrado, pela atenção, dedicação e palavras de incentivos que sempre dispensou aos alunos.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

MARTOS, Sirlei Rose. **Economia solidária em Londrina**: entre os princípios e a práxis. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Sustentabilidade) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

RESUMO

O contexto atual engloba problemas provenientes do capitalismo, que prega o consumo desenfreado, o individualismo extremo, a concorrência a qualquer preço e a maximização infinita do lucro, que não raramente é obtida por meio da exploração do ser humano e ou da natureza. O sistema capitalista demonstra-se bastante eficiente na geração de riqueza, mas incapaz de garantir equidade e bem-estar para a totalidade da população, sendo cada vez mais visível quadros de pobreza endêmica e concentração de renda em proporções nunca antes vistas. A economia solidária propõe-se a ser uma alternativa focada em relações sociais solidárias, por meio da participação popular, visando à inclusão social, à emancipação e à autonomia popular. O objetivo do presente estudo é fazer um levantamento dos grupos de economia solidária que se encontram em fase de incubagem pelo Centro Público de Economia Solidária (CPES) na cidade de Londrina-PR, para compreender como se estabelece o processo de incubagem, apurar as contradições entre os ideais de emancipação que fundamentam a economia solidária e a realidade vivenciada por esses grupos. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. A unidade de análise é o Centro Público de Economia Solidária de Londrina-PR., tendo como estratégia um estudo de caso descritivo, utilizando como técnicas de coleta de dados a análise documental e entrevistas semiestruturadas junto aos principais dirigentes do CPES. Desde o início de funcionamento do Centro Público de Economia Solidária, 96 grupos já foram incubados e, desse total, 57 grupos não fazem mais parte do CPES. Atualmente existem 39 grupos incubados. Diversas contradições são observadas entre os princípios da economia solidária e a vivência prática dos grupos encampados pelo CPES, em que a emancipação econômica, fundamental dentro dos propósitos da economia solidária, na práxis parece estar sendo relegada a segundo plano, como se tudo caminhasse bem, apenas a questão econômica deixa a desejar, como se não fosse fundamental. Todavia, se a dimensão econômica é desprezada ou não é central, não é economia solidária, e sim grupos de convivência. Como decorrência de condições de extrema precariedade que afligem boa parte dos integrantes dos grupos que compõem a Economia Solidária em Londrina, assiste-se a um esforço por parte do CPES em dar assistência básica aos membros dos empreendimentos, até que estes possam desenvolver-se autonomamente. Porém, o que se nota é a dificuldade de superação deste estágio inicial pautado pela assistência, e tentando avançar para a eficácia econômica. Percebe-se um impasse de difícil solução entre ações de assistência que garantam o mínimo de dignidade e, ao mesmo tempo, criem condições para a emancipação socioeconômica efetiva.

Palavras-chave: Economia solidária. Emancipação. Práxis vivenciada.

MARTOS, Sirlei Rose. **Solidarity economy in Londrina: the principles and praxis.** 2013. 118 f. Dissertation (Master's degree in Management and Sustainability) –Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

ABSTRACT

The current context includes issues from capitalism, which preaches the excessive consumption, extreme individualism, competition at any price and infinite profit maximization, that it is most of the time achieved through the exploitation of human beings and nature. The capitalist system shows to be very efficient in generating wealth, but unable to ensure fairness and prosperity for the entire population, being increasingly visible frames of endemic poverty and income concentration in proportions never seen before. The solidarity economy is proposed to be an alternative focused on social solidarity, through popular participation, aimed at social inclusion, empowerment and popular autonomy. The aim of this study is to survey the solidarity economy groups that are being incubated by the Center for Public Solidarity Economy (CPES) in the city of Londrina-PR, to understand how the incubation process is established, clearing the contradictions between the ideals of emancipation that underlie the social economy and the reality experienced by these groups. It was opted a qualitative, descriptive and exploratory research. The unit of analysis is the Center of Public Solidarity Economy of Londrina-PR., having as a strategy a descriptive case study, using techniques such as data collection document analysis and semi-structured interviews with CPES key leaders. Since the beginning of the Centre of Public Solidarity Economy operation, 96 groups have been incubated and of that total, 57 groups are no longer part of the CPES. Currently there are 39 groups incubated. Several contradictions can be observed between the principles of social economy and the praxis experiences of the groups taken over by CPES, in which the economic emancipation, within the fundamental purposes of the solidarity economy in practice, seems to be relegated to the background, as if everything is well and just a matter of economics is weak, as if it were not fundamental. Nevertheless, if the economic dimension is neglected or is not central, it is not solidarity economy, but coexistence groups, not solidarity economy. As a result of extreme insecurity which afflicts most of the members of the groups that make up the Solidarity Economy in Londrina, there has been an effort by the CPES to give basic assistance to members of the projects until they can develop autonomously. However, what you notice is the difficulty of overcoming this initial stage marked by care trying to advance to economic efficiency. A deadlock is perceived difficult to solve between assistance actions that ensure a minimum of dignity and at the same time, create conditions for effective socioeconomic emancipation.

Keywords: Solidarity economy. Emancipation. Experienced praxis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AEC	Auto-avaliação e Estratégias de Crescimento
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BANSOL	Agência de Fomento à Economia Solidária
CAC	Coordenadoria de Apoio à Cidadania
CCO	Consolidação Cooperativa
CODEL	Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida
COPPE/UFRJ	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
COOTRAM	Cooperativa de Trabalho de Manguinhos
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CPES	Centro Público de Economia Solidária
CRAS	Centros Regionais de Assistência Social
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPC	Diagnóstico Participativo de Cooperativas
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FUNREI	Fundação de Ensino Superior de São João del Rei
FURB	Universidade Regional de Blumenau
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

INSOL	Incubadora Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC'S	Projetos Alternativos Comunitários
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PPA	Programa Plurianual
PPES	Política Pública de Economia Solidária
PROCON	Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor
PROEC	Programa de Extensão e Pesquisa Universitária,
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnEB	Universidades Estaduais da Bahia
USP	Universidade de São Paulo
UFRN	Universidades Federais do Rio Grande do Norte
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITEC	Unidade de Desenvolvimento Tecnológico
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	15
CAPÍTULO 2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E CONFLITOS	36
CAPÍTULO 3 – AS INCUBADORAS E A COMUNIDADE	48
CAPÍTULO 4 – PERCURSO METODOLÓGICO	69
CAPÍTULO 5 – DADOS E ANÁLISE - CONVERSANDO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA	73
5.1 CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	73
5.2 COORDENAÇÃO DO CPES.....	81
5.3 PROPOSTA DO CPES.....	82
5.4 CRITÉRIOS PARA INCUBAGEM DOS EMPREENDIMENTOS	85
5.5 EMANCIPAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS.....	89
5.6 LIMITAÇÕES DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	91
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	103
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista, realizado com coordenadoras da incubadora CPES .	104
APÊNDICE B - Número de Incubadoras por Região no Brasil	105
APÊNDICE C - Grupos Atendidos pelo Centro Público de Economia Solidária (CPES) – Extintos	110
APÊNDICE D - Grupos Atendidos pelo Centro Público de Economia Solidária (CPES)..	117

INTRODUÇÃO

A época atual é marcada por diferenças sociais cada vez mais presentes tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Estas diferenças são mais especificamente encontradas na dificuldade ao acesso à saúde, educação, moradia e emprego formal. Além dos problemas sociais, adiciona-se a isso os problemas ambientais. A economia capitalista contemporânea apoia-se no consumo de maneira desenfreada, sendo esta a sua principal força motriz, que se vê agora questionada pelos limites da própria natureza.

Santos (2002) destaca que o sistema econômico capitalista está fundamentado em três princípios: o individualismo, o consumo e a maximização do lucro. Estes princípios têm reforçado cada vez mais as desigualdades, tanto de renda como de poder, ameaçando as próprias conquistas democráticas. Esse sistema também é apontado como criador das relações de competição desproporcionais que conduzem a formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas somente no benefício individual em lugar do bem comum e do aprimoramento das relações humanas.

Esse modelo contribui sobremaneira para a exploração desenfreada e insustentável dos recursos naturais em nível global, além de reduzir o ser humano a mero objeto mercantil, colocando em risco a reprodução da vida na Terra. A presente crise pode ser evidenciada por meio de três grandes problemas: destruição do equilíbrio moral e ético da sociedade, negação do compromisso ecológico em nome do desenvolvimento e a crescente concentração de riqueza e renda nas mãos de uma minoria.

Outra característica cada vez mais questionada no capitalismo é a primazia dada aos avanços tecnológicos, objetivando ganhos contínuos de produtividade, mas sem que haja preocupação com as consequências desses “avanços” sobre as populações, numa verdadeira crise de responsabilidades. É inquestionável a necessidade de ganhos de eficiência e produtividade, porém quando estes ocorrem sem considerar as consequências, trocam-se meios por fins numa lógica perigosa.

O sistema capitalista tem passado por muitas transformações nos últimos tempos, destacando-se pelas mudanças tecnológicas, pela concentração de poder e renda, pela imprevisibilidade econômica e social, pela sociabilidade empobrecida por relações em que prevalecem os interesses puramente individuais nas relações estabelecidas. E, juntamente com esses fatores, observa-se uma grande dificuldade em conseguir espaço no mercado de trabalho convencional para todos os trabalhadores, sendo cada vez mais comum a naturalização de um contingente numeroso de excluídos que são condenados ao desemprego ou ao subemprego.

Observa-se que, ao longo da década de 1980, uma das principais características do mercado de trabalho brasileiro era sua enorme capacidade de absorção e as baixas taxas de desemprego. Segundo Amadeo et al. (1994), esta elevada capacidade de absorção não era surpreendente: dado o baixo nível de renda da população brasileira e o incipiente programa de seguro-desemprego, permanecer desempregado não era uma opção viável para a maioria dos trabalhadores. Dessa forma, a informalidade seria uma opção mais atraente que o desemprego, mesmo que isto implicasse aceitar um trabalho com menor remuneração.

Um cenário completamente diferente surge já nos primeiros anos da década de 1990, quando se verifica uma elevação sem precedentes no grau de informalidade, consequência tanto do crescimento da proporção de trabalhadores que atuam profissionalmente por conta própria quanto dos sem carteira de trabalho assinada. Esta tendência de crescimento da informalidade manteve-se ao longo de toda a década e foi muito maior que o processo de informalização que ocorreu no período de crise, no início dos anos 1980, indicando que esta expansão não pode ser explicada como um fenômeno simplesmente cíclico (AMADEO et al., 1994).

Diante das significativas mazelas do mundo atual e de um quadro dominado por contradições profundas, surgem cada vez mais fortes movimentos advindos da sociedade civil organizada, no intuito de debater e propor novos ideais de sociabilidade avaliados por ela como mais justos, equitativos e sustentáveis. Atrelado a esses movimentos, surgem também várias propostas de mudança na estrutura socioeconômica dominante, capaz de imprimir uma nova proposta em que crescimento econômico e desenvolvimento social sejam mais simétricos.

A economia solidária aparece como um novo conceito econômico, que se propõe a substituir a competição e o individualismo por um modelo de bases cooperativas e solidárias, com o objetivo inicial de promover a inserção social de um enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho formal e possibilitar o fomento de um novo ideal de sociabilidade em que os laços de proximidade e as relações humanas sejam fortalecidos.

O conceito de economia solidária traz a ideia de um projeto de sociedade mais justa e apoiada em princípios como equidade, fortalecimento das relações humanas e sustentabilidade, tudo isso a um arranjo que se propõe promover a inserção social como mecanismo de combate ao desemprego e subemprego.

Este conceito, na visão de Singer (2002), se retrata a conjuntos de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados e realizados

solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária. A economia solidária está centrada na valorização do ser humano e não no capital. Esta forma de produção transforma o trabalho em um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista, com foco no direito ao trabalho e na geração de trabalho e renda que sejam sustentáveis ao longo do tempo.

Singer (2002) destaca, ainda, que as iniciativas de economia solidária desdobram-se em organizações de produção comunitária, comércio solidário, financiamento solidário, clubes de troca ou sistemas locais de emprego e comércio, economia de comunhão, consumo crítico, entre muitas outras modalidades econômicas adotadas por pessoas que, por diferentes motivos, encontram-se excluídas do mercado de trabalho tradicional. Essas iniciativas surgem da mobilização dos próprios trabalhadores desempregados ou subempregados que, muitas vezes, são organizados por meio da iniciativa de organizações não governamentais, igrejas, governos e grupos de solidariedade internacional, além de incubadoras que se propõem a fomentar e apoiar estas iniciativas.

Do ponto de vista de Gaiger (2003), a economia solidária apresenta-se como uma alternativa ao atual sistema que introduz um novo contexto nas relações de trabalho tornando-se, desta forma, uma alternativa para os excluídos, em um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares frente ao aprofundamento das iniquidades decorrentes das políticas de corte neoliberal que condenam milhões de indivíduos em todo o mundo a viverem à margem de uma sociedade individualista e consumista em que os trabalhadores são apenas peças descartáveis desta engrenagem, sujeitos a toda imprevisibilidade do mercado capitalista tradicional.

A economia solidária salienta-se como alternativa de revalorização do ser humano e tem foco nas relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista. Assim sendo, a economia solidária é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, amparada em ideais como emancipação e autonomia popular.

A empresa solidária é a base da economia solidária, seja ela cooperativa de produção, cooperativa de comercialização, cooperativa de consumo ou cooperativa de crédito. O que a impulsiona é a possibilidade de, juntamente com as pessoas, conseguir driblar as condições adversas do mercado competitivo, pautada em um sistema de ganhos em escala que permitam reduzir substancialmente os custos, através de exploração de nichos de mercado, ou ainda como fornecedoras do poder público entre outras modalidades de viabilização (SINGER, 2002).

É comum o apoio das incubadoras aos grupos de economia solidária em sua fase inicial, que dão o suporte necessário a esses grupos no que se refere à assessoria administrativa e às informações pertinentes a cada caso específico. Esses grupos, como qualquer outra organização, passam por um processo de nascimento, crescimento e maturação. Nas etapas de nascimento e crescimento, alguns contam com a parceria de instituições criadas com a finalidade de propiciar um ambiente adequado ao pleno desempenho de suas atividades: as incubadoras de empresas.

As incubadoras de empresas, idealizadas para apoiar o surgimento de novos empreendimentos, tomaram impulso no Brasil na década de 1990 (ANPROTEC, 2012). Desde então, alguns estudos têm sido realizados sobre o tema, nas mais diversas áreas, com o intuito de apoiar os gestores desses empreendimentos na condução dos projetos.

A economia solidária não é exatamente um tema atual. Conforme relata Singer (2002), a sua história como meio de produção alternativa remonta ao século XIX. Entretanto, atualmente apresenta-se reformulada e muito mais forte, a ponto de já constituir uma realidade bem sucedida para milhares de pessoas no mundo inteiro. No Brasil, essa realidade não é diferente.

Singer (1998) destaca que se assiste no Brasil o desabrochar da economia solidária, com um número crescente de empreendimentos solidários, fato que atribui especial importância a essas iniciativas e cria a necessidade de se estudar essas correntes econômicas e os frutos dessa nova forma de pensar e tratar a economia.

De acordo com as colocações acima, percebe-se que a sociedade está enfrentando problemas relativos a diferenças sociais e econômicas, problemas ambientais e conseqüentemente problemas relacionados à sociabilidade. O contexto atual engloba os problemas provenientes do capitalismo, que prega o consumo desenfreado, como se a natureza fosse infinita com seus recursos, o individualismo preconizado pela concorrência a qualquer custo e a maximização do lucro que, muitas vezes, é obtida com a exploração do ser humano. A economia, no sistema capitalista, é bastante eficiente na geração de riqueza, mas por sua vez é dominada por contradições cada vez mais visíveis, como a pobreza endêmica e a concentração de renda em proporções nunca antes vistas.

Diante do problema atual referente ao modo de produção capitalista que vem apresentando distorções e crises cada vez mais frequentes, apontando a necessidade de repensar novos modelos econômicos e sociais incluídos e sustentáveis, percebe-se a necessidade de alternativas viáveis e ativas que estão sendo preconizadas pela sociedade civil e organizações sem fins lucrativos (ONGs), objetivando novas expectativas econômicas e de

sustentabilidade, no âmbito econômico, social e ambiental, sendo uma forma de amenizar todas essas contradições do sistema predominante.

Apesar de serem necessidades individuais e isoladas, elas ganham força e expressividade e constituem-se na mais poderosa das forças com a solidariedade, criando vínculos de organização. É a parcela de pessoas excluídas do sistema capitalista tradicional que tem tomado iniciativas com expectativas de satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos na vida, por intermédio do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas ou outros empreendimentos de autogestão. São, portanto, organizações coletivas em defesa dos cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores. As experiências de organizações econômicas populares que surgem dos excluídos ou mais pobres constituem uma iniciativa real em desenvolvimento. São formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posição central.

A economia solidária está se tornando uma nova forma de fazer economia, ou seja, uma alternativa para as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho ou desenvolvendo atividades no subemprego, para poder se inserir novamente em uma atividade econômica. A economia solidária é, portanto, uma economia que surge de maneira espontânea ou por intervenção de agentes externos que a apoiam, como as incubadoras públicas e universitárias.

A necessidade de elaborar este trabalho originou-se com base nas informações obtidas através do portal do Ministério do Trabalho e Emprego, que mostram a ampliação crescente do número de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, no Brasil, e de suas dificuldades em viabilizar-se econômica e associativamente. Portanto, este trabalho é relevante em sua prática, pois o município de Londrina conta com diversos grupos de economia solidária em fase de incubagem, que desenvolvem as mais variadas atividades em diversos ramos de atuação, como: artesanato, alimentação, confecção, prestação de serviços, entre outros.

A partir das constatações obtidas com este estudo, no sentido de compreender o processo de incubagem e de desincubagem por meio do levantamento de suas características e objetivos formais e tácitos, e também a relação entre seus propósitos e realizações efetivas, poder-se-á contribuir para futuras iniciativas que virão a se formar, devido ao entendimento do processo de incubagem, seus avanços e contradições, contribuindo para uma melhor visão da economia solidária em Londrina.

Diante desta perspectiva, o presente projeto visou fazer um levantamento dos grupos de economia solidária que se encontram em fase de incubagem pelo Centro

Público de Economia Solidária (CPES), na cidade de Londrina-PR e, a partir deste levantamento, pretendeu-se compreender como se estabelece o processo de incubagem, apurar as contradições entre os ideais de emancipação em que se fundamenta a economia solidária e a realidade vivenciada pelo CPES.

Ademais, este estudo teve como problema de pesquisa a inquietação em compreender os avanços e as contradições existentes entre o ideal emancipatório preconizado pela economia solidária e a práxis vivenciada, no Centro Público de Economia Solidária (CPES), na cidade de Londrina.

De forma geral, este trabalho objetivou compreender como o Centro Público de Economia Solidária (CPES), na cidade de Londrina, vivencia os princípios preconizados pela economia solidária.

De forma específica, buscou-se: compreender como se dá o processo de incubagem dos grupos de economia solidária encampados pelo CPES; descrever o histórico do CPES e o seu processo de desenvolvimento; realizar um mapeamento dos grupos de economia solidária incubados desde o início do programa; e compreender os ideais de emancipação em que se fundamentam a economia solidária e a realidade vivenciada pelo CPES junto aos grupos.

Este trabalho está estruturado, além desta introdução, em cinco capítulos e considerações finais. No capítulo um, trata-se das bases históricas e conceituais da economia solidária, onde foram abordados temas como: o panorama socioeconômico, conceitos de economia solidária, o contexto histórico do cooperativismo, a economia solidária no Brasil e os diferentes modelos de empreendimentos econômicos solidários. No capítulo dois, as informações apresentadas referem-se às diferentes formas de gestão preconizadas nas organizações e a autogestão como prática da economia solidária, além dos desafios e iniciativas de economia solidária de destaque. Já no capítulo três, o discurso ocorre em torno das incubadoras e sua atuação junto à comunidade. O capítulo quatro evidencia o percurso metodológico utilizado neste estudo, e na sequência, no capítulo cinco, apresentam-se os dados e informações obtidos, bem como sua análise, que subsidiou as considerações finais deste trabalho.

CAPÍTULO 1

BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O final da década 1980 e o início da década de 1990 são caracterizados como o final de uma fase que se encerrou e outra que se iniciou. Essa divisão ajuda a compreender os acontecimentos que quase levaram a humanidade à extinção, comprometeram irremediavelmente a saúde do planeta e transformaram o mundo no lugar pior de se viver, rompendo com a esperança no futuro que reinou durante o século XIX. A primeira metade do século foi marcada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918); pela Revolução Russa (1917); pelo momento mais negro do capitalismo mundial, a quebra da bolsa de Nova Iorque (1929); culminando na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito que envolveu diretamente a quase totalidade dos países, com impactos decisivos sobre a economia e a própria convivência social (HOBSBAWM, 2003).

Constata-se que Hobsbawm transmite uma impressão verdadeira do tamanho da catástrofe humana que foi o século XX. Catástrofe em relação às mortandades gigantescas, sem equiparação possível com qualquer período histórico anterior. Catástrofe em relação à desvalorização do indivíduo, ao qual, durante longos momentos do século, foram negados alguns direitos humanos e civis, que haviam sido arduamente conquistados durante o “longo século” precedente: 1789-1914.

Antes de 1914, “todo” o movimento socialista foi, também, um movimento libertário. Além disso, para Hobsbawm (2003), o impacto da depressão teria sido a grande força renovadora das ideias econômicas da época, porque ela teria desacreditado o pensamento econômico clássico, abrindo espaço para as políticas de regulação do capitalismo posteriores. Especialmente em razão desse descrédito da ortodoxia econômica, no segundo pós-guerra, os “formuladores de decisões”, como diz Hobsbawm (2003), passaram a ter preocupações centrais: obter uma distribuição de renda mais igualitária do que a normalmente ensejada pelo capitalismo “puro” e evitar grandes níveis de desemprego.

Para o autor, a economia mundial, que enfrentava os problemas na década de 1970 e 1980, não estava sendo mais caracterizada como a “Era do Ouro”, pois seu sistema produtivo foi transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou transnacionalizado. Contudo, essas décadas herdaram as consequências sociais das décadas anteriores, sobretudo na relação de trabalho e desemprego. Houve um aumento de desempregados, mendigos pedindo pelas ruas e praças, a pobreza e a miséria indicavam que, no final do século, existia algo de errado que não havia tido condições de ser superado.

Segundo Hobsbawm (2003), a “reforma do capitalismo” foi a adoção das políticas de pleno emprego e bem-estar social no segundo pós-guerra, que foram uma resposta possível a uma situação política na qual o sistema capitalista se encontrava extremamente fragilizado na Europa ocidental, ao passo que a oriental estava ocupada pela URSS. Não era exatamente uma reforma do capitalismo, pois assim que aquelas condições deixaram de existir, o estado de bem-estar começou a ser atacado.

Dentro deste escopo do panorama socioeconômico, Offe (1984) aponta características distintas e antagônicas entre os sistemas econômicos, estrutural e liberal. O estruturalismo é marcado pelo socialismo de mercado, estado forte, equidade, alta carga tributária com uma forte regulação do estatal, ou seja, é o Estado sendo responsável pela proteção social universal. Mas este estruturalismo apresentou problemas, como: limites às liberdades individuais, lentidão, burocracia, acomodação, ineficiência, baixo empreendedorismo e pouca inovação. No liberalismo, há o predomínio do capitalismo, o estado mínimo, regulação via mercado, liberdade individual, apoiando-se na meritocracia individual, sendo o indivíduo responsável pela sua condição de vida, e as desigualdades decorrentes deste sistema são vistas como um processo natural. No entanto, este liberalismo apresentou também seus problemas: competição desigual, concentração econômica de poder, barreira à democracia, exclusão social e pobreza, agravamento das questões ambientais e forte imprevisibilidade sistêmica.

Pode-se observar, diante do quadro panorâmico acima sobre a evolução socioeconômica, que ela passou por diferentes fases até chegar ao momento atual. Fazendo este retrospecto é possível ver que, até os anos 1930, existia o predomínio do sistema econômico liberal, sistema neoclássico. Com a crise de 1929, ficou evidente que o mercado não é auto-regulável, tendo então o modelo de estado do bem-estar social, que vigorou de 1940 a 1970, sendo chamado de “30 anos dourados”. Este modelo preconizava o estado forte como o grande protetor e responsável pela população, dando conta de prover saúde, educação, emprego, moradia e segurança. Com tantas responsabilidades, os problemas começam a surgir nos anos 1970, como: altos déficits públicos, pois o estado não era tão forte assim; inflação crescente; baixo crescimento econômico; pressão para diminuir os impostos, entre outros.

A globalização, a redução da soberania das nações, a ascensão do neoliberalismo e o declínio das proteções sociais fornecem evidências do enfraquecimento do estado do bem-estar social, dando lugar a um estado mínimo, onde cada cidadão seria o responsável por si, lutando pela saúde, educação, moradia, segurança e emprego. Observa-se, nesta fase, a concentração econômica nas classes sociais mais favorecidas, gerando

desigualdades, empobrecimento e exclusão e, conseqüentemente, o desemprego estrutural. É comum, ainda, como decorrência desta crise do estado forte, a predominância das ilhas de prosperidade, uma sociedade de consumo, gerando um modelo de desenvolvimento insustentável, valores individuais se sobrepondo aos sociais, imediatismo, superficialidade, falta de sentido nos relacionamentos (OFFE, 1984).

O atual cenário econômico vem se apresentando de uma forma em que os cidadãos estão buscando alternativas de inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, buscando emancipação, autonomia, sociabilidade, equidade, justiça social e sustentabilidade sistêmica. Este cenário é resultado de uma construção iniciada a partir da década de 1970, com uma diminuição progressiva da atuação dos governos nacionais, tanto em questões econômicas quanto na esfera social. Os Estados do Bem-Estar Social se fragilizaram diante das crescentes demandas econômicas e sociais das populações, sem contrapartida orçamentária equivalente, resultando em déficits públicos crescentes e de difícil administração. Como reflexo desses desequilíbrios, a maioria dos Estados mundiais passou a substituir o modelo previdenciário por medidas de caráter liberalizantes, deixando para as leis de mercado a responsabilidade de harmonizar a sociedade e a economia. Além do mais, a crise do socialismo real fez com que este deixasse de ser visto como uma ameaça, resultando no recuo dos avanços sociais nos países capitalistas, que deixaram de necessitar de mecanismos de bloqueamento aos possíveis avanços do socialismo soviético sobre o ocidente (HOBSBAWM, 2003).

Diante desse cenário, os trabalhadores estão procurando alternativas que venham suprir as lacunas deixadas pela exclusão da economia formal e a fuga ao desemprego. Em consequência disso, tem-se assistido, no Brasil e em outras partes do mundo, a uma grande expansão de empreendimentos que partem da livre associação dos trabalhadores, e têm como base princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (GAIGER, 2003).

Dessa forma, Santos (2002) destaca que outra globalização começa a se fazer presente como resposta à organização neoliberal, e se caracteriza pelas redes e alianças costuradas entre diferentes movimentos sociais espalhados pelo mundo, com o intuito de lutar contra as exclusões sociais, direitos humanos, meio ambiente, desemprego, violência, entre outras. O autor defende a ideia da emancipação social, que se sustenta nos movimentos e organizações sociais de diferentes naturezas, mas com objetivos comuns, recriar uma nova forma de sociedade, mais justa e humanizante, partindo de um novo modelo de desenvolvimento focalizado na inclusão.

Perante esse quadro dominado por grandes contrastes, vêm surgindo em

todo o mundo alternativas organizacionais amparadas em um modelo distinto do que direciona as empresas tradicionais, despontando de uma forma particular as iniciativas de Economia Solidária.

Nessa vertente, Nunes (2009) fortalece o que foi exposto acima, abordando que a contrarrevolução neoliberal disseminou-se ainda no auge da guerra fria e trouxe de volta o desemprego em massa, como consequência da abertura dos mercados ao livre comércio. Os sindicatos perderam a iniciativa e se viram forçados a recuar para a mera defesa dos direitos sociais já conquistados. Nestas condições, a única via de avanço que restou à classe trabalhadora foi a recuperação das empresas falidas, assumidas pelos seus ex-empregados na condição de cooperados. E a via de defesa que resta aos demais, que perderam seus empregos, mas não dispõem de uma massa falida como dotação mínima de meios, é se organizar em empreendimentos autogestionários e disputar mercados, o que não é nada fácil e seguro para quem não tem capital próprio e tampouco marca reconhecida pelos que poderiam adquirir seus produtos.

A economia solidária vem se apresentando como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Assim, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, autonomia de cada empreendimento e igualdade entre os seus membros no que se diz respeito à produção, distribuição, consumo, poupança e crédito (SINGER, 2002).

Para Singer (2003b), a economia solidária apresenta-se como um conjunto de significados variados, mas que giram todos ao redor da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão praticado na sociedade capitalista. O conceito de economia solidária para Singer (2003b) refere-se a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas potencialidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e b) praticam a solidariedade junto à população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

As organizações da economia solidária devem obedecer a alguns princípios, como: a tomada de decisões coletivas, a adesão livre e voluntária, a neutralidade em relação

às questões religiosas e políticas, o compromisso com o meio ambiente, a primazia do trabalho sobre o capital, a divisão igualitária das sobras, a prática da gestão democrática e o compromisso com o meio ambiente e com a comunidade.

Singer (2002) faz uma importante consideração, apontando que, se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, o seu crescimento poderá desacelerar no futuro e, ainda, não passará de uma forma complementar da economia capitalista, pois, para o autor, “a economia solidária é ou poderá ser mais do que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”.

O autor compreende a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, não só em termos econômicos, mas também por proporcionar uma vida melhor às pessoas que a adotam. Ainda na concepção de Singer (2002) a economia solidária teria que gerar a sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do mundo dominante de produção para lhe abrir caminho.

Referindo-se à situação estratégica da economia solidária, Singer (2002) aponta que esta nova forma de fazer economia só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona, e exemplifica que, atualmente, a maioria dos empreendimentos solidários surgiu como resposta a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social. Mas em determinadas regiões a economia solidária atingiu densidade tal que domina a vida econômica e pauta a sua expansão. Mondragón, cidade da região basca da Espanha, é o exemplo mais acabado, mas no mesmo contexto se podem citar experiências exitosas na região de Emilia-Romana, na Itália; Québec, no Canadá; Grande Buenos Aires, na Argentina; o Grameen Bank, em Bangladesh.

Para Gaiger (2003), os empreendimentos econômicos solidários abrangem distintas modalidades de organização originadas pela livre associação de trabalhadores que se apresentam sob formato de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão. Nestes empreendimentos, unem-se pessoas excluídas do mercado de trabalho ou pessoas movidas por suas convicções que desenvolvem atividades nas áreas de produção ou prestação de serviço, de comercialização e de crédito. Estas pessoas procuram valorizar a comunidade de trabalho e o compromisso com a sociedade onde estão inseridas.

Um dos conceitos que está intrinsecamente ligado à implementação de um empreendimento solidário é o desenvolvimento local, nos aspectos sociais e econômicos, com

o aumento da renda dos envolvidos e melhoria das condições de vida. Singer (2002) destaca os princípios da economia solidária que se referem aos seguintes valores:

- ajuda mútua: todos do grupo se envolvem na solução de problemas comuns;
- esforço próprio: motivação dos integrantes com o fim de alcançar as metas previstas;
- responsabilidade: compromisso moral com os associados no cumprimento das atividades para o alcance das metas;
- democracia: as tomadas de decisões com respeito à gestão do empreendimento são coletivas;
- igualdade: todos os integrantes de grupos ou cooperativas possuem iguais deveres e direitos;
- equidade: a distribuição da renda é justa entre os membros de acordo com sua produção;
- solidariedade: há apoio e cooperação na resolução de problemas dos associados, da família e da comunidade. A solidariedade promove, no meio em que está inserida, os valores de honestidade, transparência, responsabilidade social e compromisso com todos os associados.

Perante essas características, a economia solidária aponta como uma alternativa de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão do capitalismo ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Segundo Singer (2002), o nascimento da economia solidária aconteceu em reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Alguns relatos apresentam esta economia como uma proposta de uma economia embasada na solidariedade, na partilha da riqueza e do saber, emerge no meio do século XIX, a partir das próprias contradições do capitalismo industrial.

Essa nova forma de organizar a produção (capitalismo industrial), no início do século XIX, trouxe a expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. Da exploração desmedida vivida no ambiente fabril,

estavam incluídas crianças, mulheres e adultos que eram submetidos a jornadas de trabalho estafantes em condições degradantes sem a devida remuneração (SINGER, 2002).

Conforme Singer (1998), o cooperativismo visto como doutrina filosófica e política sistematizada surgiu na segunda metade do século XVIII, época da Revolução Industrial na Europa, quando o avanço tecnológico dos meios de produção acarretou uma reestruturação das relações de produção que teve graves efeitos sociais, com aumento em massa do desemprego e da pobreza. Na visão do autor a reação do movimento operário, em alguns casos, foi espontânea e desarticulada, mas em outros ocorreu por meio da organização coletiva, formando sindicatos e cooperativas. As primeiras cooperativas nasceram do desdobramento das atividades dos primeiros sindicatos, onde eles mesmos de forma organizada estabeleciam fundos comuns para compras, e até mesmo estimulavam a criação de moinhos e padarias com estruturas cooperativistas.

Grande contribuição que insurgiu contra a situação vigente foi a de Robert Owen, um industrial inglês, que enxergou a possibilidade de abraçar outros métodos de trabalho que não fossem tão nocivos e não explorassem tanto os trabalhadores de sua fábrica. Neste sentido, pôs em andamento um pacote de medidas que limitaram o número de horas trabalhadas pelos adultos e proibiu o trabalho de crianças menores de 10 anos nas suas indústrias. Embora essas medidas refletissem mais dispêndios com a folha de pagamento, o tratamento diferenciado para a época, dispensado aos assalariados, resultou em maior produtividade do trabalho e, conseqüentemente, tornou suas empresas mais lucrativas. Owen experimentou as suas propostas principalmente na grande indústria têxtil, em New Lanark, posteriormente, fundou uma na colônia cooperativa em New Harmony, nos Estados Unidos, mais tarde à frente do potente movimento sindical, pregando a formação de cooperativas para tomar os mercados dos capitalistas (SINGER, 2002).

Conforme retrata Singer (2002), a semente do cooperativismo moderno foi lançada por Owen, destacando seus atos como os primeiros capítulos da história da economia solidária. Os seguidores de Owen tiveram algumas iniciativas bem sucedidas e outras fracassadas, baseadas na organização da produção a serviço da satisfação das suas necessidades, e não a serviço do lucro apenas. O cooperativismo, em seu berço inicial ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo a um dos principais preceitos do capitalismo: o foco no lucro.

Birchall (1997 apud CUNHA, 2002), aponta que, em 1844, um grupo de operários do setor têxtil fundou um armazém em Rochdale, na Inglaterra, visando à compra coletiva de suprimentos. Apesar de outros grupos já praticarem isto, os Pioneiros Equitativos

de Rochdale, como ficaram conhecidos, foram os primeiros a reunir oito princípios que, se isoladamente não eram novos, tornaram-se revolucionários quando sistematizados em conjunto.

Esses princípios, conforme destaca Birchall (1997) são:

- 1) controle democrático (um membro, um voto);
- 2) adesão aberta a novos membros (desde que integrassem a cota de capital mínima igual aos demais);
- 3) juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito;
- 4) distribuição das sobras, em dividendos e proporcionais às compras na cooperativa;
- 5) comercialização à vista, sem crediário;
- 6) venda exclusiva de produtos puros e de qualidade;
- 7) educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e
- 8) neutralidade política e religiosa (BIRCHALL, 1997 apud CUNHA, 2002).

Para o autor, ao contrário das experiências antecessoras, a sociedade alcançou grande êxito e acabou se consolidando como cooperativa de consumo, tornando-se modelo para cooperativas deste tipo em outros países – embora os Pioneiros almejassem fins maiores, como moradia e emprego.

Novos tipos de cooperativas foram implementadas em diferentes países, já que as primeiras cooperativas, de consumo e em geral ligadas ao movimento operário, adaptavam-se melhor a áreas industrializadas. As cooperativas de crédito nasceram na Alemanha, na segunda metade do século XIX, tanto o modelo Schutze (o *Volksbank* ou Banco do Povo, criado pelo prefeito de Delitzsch a fim de apoiar artesãos e pequenos comerciantes na cidade), quanto o modelo Raiffeissen (o Banco de Crédito Rural, criado pelo juiz Friedrich Raiffeissen para ajudar pequenos agricultores no campo). As primeiras experiências de controle operário das fábricas ocorreram na França, a partir dos movimentos grevistas de 1833, com duas ondas posteriores de criação intensa de cooperativas de produção – após a Revolução de 1848 e com a Comuna de Paris de 1871 (embora estas experiências tenham declinado após os momentos iniciais de mobilização, devido às dificuldades maiores que este tipo de cooperativa apresenta para se manter). A primeira cooperativa de trabalho teria surgido na Itália, contratada pela Prefeitura de Roma para drenar os pântanos ao redor da cidade (BIRCHALL, 1997 apud CUNHA, 2002).

Singer (2000 apud CUNHA 2002) lembra que, já no final do século XIX,

estabeleceu-se acirrada polêmica dentro do socialismo sobre a possibilidade de cooperativas de produção se desenvolver no seio do capitalismo. Nesta época, foi levantado o dilema de que as cooperativas de produção estariam fadadas ao fracasso como empresas ou, quando bem-sucedidas, se degenerariam em empresas capitalistas comuns. O auge do movimento cooperativista se deu por volta da década de 1920, com a multiplicação das cooperativas de consumo, de crédito e agrícolas. Da Europa, o cooperativismo estendeu-se para outros continentes e os resultados da expansão refletem-se na Aliança Cooperativa Internacional (ACI), criada em 1895, e hoje reúne cerca de 230 membros (a maioria grandes federações cooperativas oficiais) em 100 países, representando mais de 730 milhões de pessoas.

Cunha (2002) entretanto, analisa que, a maioria das grandes cooperativas atuais (sobretudo na agroindústria e no consumo) adotou modelos hierárquicos de gestão, contratou empregados e admitiu grandes firmas como sócias, passando a constituir, na verdade, um híbrido entre empresa capitalista e cooperativa. Nestas cooperativas, os princípios de igualdade e democracia são mantidos apenas entre os sócios, em um claro desvio do que foi o cooperativismo em sua origem.

No Brasil, a recente multiplicação de experiências de economia solidária tem despertado crescente interesse entre teóricos e atores sociais, que tendem a considerar o fenômeno dentro do contexto de crise, desemprego e exclusão que caracteriza a realidade brasileira desde a década de 1980.

Segundo Singer (2002), a trajetória da economia solidária, no Brasil, pode ser contada a partir da chegada do cooperativismo ao país, no início do século XX, trazido pelos emigrantes europeus. Apesar de muitas dessas cooperativas, ao longo do tempo, terem alterado seus valores e se tornado verdadeiras empresas a serviço do capital, no início serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da carestia.

Para o autor, em 1980, começa-se a ter registros da economia solidária, pois com a crise social das décadas de 1980 e 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil.

O autor explica que a primeira modalidade refere-se aos projetos alternativos comunitários (PAC's) que, financiados pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por ajudas caritativas das comunidades, visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias pobres das regiões metropolitanas e da zona rural das diferentes regiões do país.

Singer (2002) exemplifica outra modalidade de economia solidária,

caracterizada por empresas que não estavam tendo desenvolvimento econômico satisfatório, ou seja, que estavam prestes a entrar num processo de falência. Desse modo, essas empresas foram tomadas pelos trabalhadores, que as reestruturaram como cooperativas autogestionárias.

Singer (2002) aponta que essa foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender do desemprego que estava se instalando pela mortalidade industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões. Ainda este autor analisa que essas experiências serviram de base para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) e a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), que hoje são entidades que desenvolvem um importante papel de fomento e apoio às empresas autogestionárias e às que estão em vias de se transformarem.

Singer (2002) retrata uma terceira modalidade, formada pelas cooperativas e grupos de produção associados, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Essas incubadoras são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários pertencentes às mais diversas áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.

De acordo com Singer (2002), com a ajuda dessas entidades de fomento e apoio à economia solidária (UNISOL, ITCPS, Anteag), desperta uma quarta modalidade de se fazer a economia solidária acontecer no Brasil, promovida pelas prefeituras de diversas cidades brasileiras e alguns governos de Estados, por meio de programas municipais e estaduais de economia solidária que capacitam beneficiados de renda mínima, frente de trabalho e outros programas congêneres para formarem grupo de geração de trabalho e renda. Na visão do autor, o objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza, mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o autossustento mediante seu próprio esforço produtivo.

No Brasil, a presença da economia solidária é recente, mas apresenta uma presença marcante e notável criatividade institucional. Em 2005, ano do mapeamento efetuado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, disponível no Atlas da Economia Solidária no Brasil, foram identificados 14.954

empreendimentos econômicos solidários (EES). Este mapeamento foi atualizado em 2008, trazendo informações que envolvem hoje cerca de 2 milhões de pessoas associadas em 21.859 EES, que geram 8 bilhões de reais anuais. Considerando a distribuição territorial, há maior concentração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na região Nordeste, com 9.498, seguido da região Sudeste, com 3.912, Sul com 3.583, Norte com 2.656 e, por último, a Região Centro-Oeste com 2.210 EES (BRASIL, 2012).

Informações colhidas junto ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego apresenta que, no Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, entre outros. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária (SINGER, 2000a).

Singer (2000a) ainda ressalta que, em âmbito nacional, o Governo Federal em 2003 criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) que implementou o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando ao desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Para o autor na economia solidária, são encontrados milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de projetos coletivos produtivos, cooperativas populares, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras. Singer (2000a) afirma que, com um longo percurso pela frente, a economia solidária no Brasil assiste a um desabrochar de iniciativas por parte dos poderes locais, estaduais e federal e também por parte da sociedade civil que visa promover e afirmar ações de apoio e fomento à economia voltada

para o social em território brasileiro.

Assim como é destacado acima, além da economia solidária estar organizada em diversas formas coletivas, ela também apresenta diferentes modelos e alguns autores trazem visões diferentes de como a economia solidária deveria ser implementada no contexto mundial contemporâneo; com base nas observações de cada um, são apresentados a seguir, alguns destes modelos.

Primeiramente, tem-se a visão de Mance (1999) que sugere uma rede de colaboração solidária para o fortalecimento da economia solidária. Esta rede seria uma articulação entre diversos grupos e cooperativas de economia solidária que trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, podendo multiplicar-se em novas unidades, desta forma, onde não existam os insumos/produtos necessários, devem-se montar empreendimentos solidários para suprir esta necessidade. Ela funciona como um sistema aberto que se auto-reproduz com o objetivo de atingir o maior número de pessoas no local onde atua e se expandir para outras localidades. As redes de colaboração solidária são uma alternativa para os excluídos obterem uma vida com mais bem-estar.

O autor defende que as redes devem crescer e se desenvolver a fim de tornar a sociedade centrada na colaboração solidária. O crescimento destas redes dependerá dos excluídos e das pessoas comprometidas em praticar o consumo solidário, assim, com o seu fortalecimento, haverá uma multiplicação de suas células até que se obtenha poder suficiente para promover uma revolução política a fim de conseguir interferir nas políticas públicas. O autor sugere que, para se alcançar o objetivo de fortalecimento e substituição ao capitalismo, inicialmente, é necessário investimento que deverá ocorrer por meio do financiamento solidário de alguns bancos específicos para financiamento voltado aos grupos solidários.

Para ajudar a sustentar as redes, o autor faz uma abordagem à forma de consumo que será importante, o consumo solidário, em que as pessoas, além de considerar seu bem-estar, também se preocupam com o bem-estar coletivo por estarem atentas aos processos produtivos, aos empregos dos envolvidos e ao ecossistema. Ou seja, os diversos operadores solidários que atuam na cadeia produtiva deverão dar prioridade a adquirir produtos de outras iniciativas de economia solidária, trazendo possibilidades de se alcançar o objetivo de sustentabilidade ecológica e social (MANCE, 1999).

Mas, como deixa claro o autor, para que as redes de colaboração solidária possam se tornar viáveis como alternativas pós-capitalistas “depende da difusão do consumo solidário, de reinvestimentos coletivos de excedentes e da colaboração solidária de todos”, já que entre as suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e

regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e a autogestão de cada organização e rede como um todo.

Para Mance (1999), as redes de colaboração solidária permitem: a) aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atender demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas de consumo, pela afirmação de sua singularidade etc.; c) negar estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; d) passar a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Ainda, segundo Mance (1999), para que as redes de colaboração solidária avancem estrategicamente, na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade pós-capitalista, terão que atuar sobre as condições necessárias ao exercício das liberdades.

No entanto, a economia solidária, na concepção de Gaiger (2003), é vista como um modelo baseado na associação voluntária, na propriedade comum dos meios de produção, na gestão coletiva, no poder exercido pela comunidade de trabalhadores e no esforço de todos para alcançar interesses comuns. Desta forma, o modelo visualizado pelo autor analisa a economia solidária e seus empreendimentos como estruturalmente superiores ao modelo capitalista, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e geração de bem-estar. Além disso, ele afirma que os empreendimentos econômicos solidários possuem um caráter multifuncional, pois criam mecanismos e instituições de articulação para atuar no âmbito econômico, social e político. Assim, além de completar as necessidades materiais dos seus integrantes, também atende suas aspirações não monetárias, como reconhecimento, autonomia e inclusão social.

O desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo popular é uma das formas mais ambiciosas e promissoras de organização dos setores populares, criando-se assim, alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária que se apoiam na autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação, autos-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, ou seja, compromisso com o todo social por meio de práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador. Algo bem distante das prerrogativas que balizam a economia capitalista, que se apoia na produção de mercadorias com o único objetivo de comercialização, separação dos

trabalhadores dos meios de produção, transformação do trabalho em mercadoria através do empregado assalariado e acumulação contínua de capital pelo detentor dos meios de produção, tudo isso em um processo de competição e de busca por eliminação dos concorrentes (GAIGER, 2004).

Gaiger (2004, p.34) utiliza-se da argumentação que nos empreendimentos de economia solidária de forma diferente do capitalismo, prevalece “o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento, o que estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absentéismo e a negligência”

Para Singer (2002), a economia solidária surge como modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativa ao capitalismo, unindo o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. Esta se baseia na oposição à ditadura do capital e de sua racionalidade expressa no individualismo, na priorização da maximização do lucro, na racionalidade instrumental e no desprezo pela multidimensionalidade do ser humano, reduzindo-o a mera ferramenta econômica a serviço do grande capital, que revestido de um poder sem igual, passa a ditar as regras, excluindo e controlando vidas em um processo de seleção que quer ser visto como natural. A assimetria de forças e de relações de poder abala perigosamente as estruturas democráticas em que se apoiam as sociedades modernas.

Desde seu início até o presente momento, a economia solidária vem assumindo o papel social de inserir as pessoas em um meio de produção, trabalho e vida social. Porém, na visão do autor, espera-se que, ao se superar os problemas da miséria e da pobreza, ela seja encarada como uma economia emancipadora que ofereça ao trabalhador um contexto de trabalho muito melhor e mais igualitário em vez de hierárquico e que seja de interesse de pessoas de todas as classes. A Economia Solidária concentra-se na organização de trabalhadores em prol de projetos cooperativos, que vão desde unidades produtivas autogestionárias, ou pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, a diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito, entre outras tantas experiências que têm em comum a geração de trabalho e renda solidário e sustentável, extinguindo desta forma a maximização do lucro como fim maior e substituindo a máxima: “quanto mais tenho, mais quero” por “o necessário, mas para todos” (SINGER, 2002).

Singer (1998) destaca que, as organizações de economia solidária devem procurar um desenvolvimento sistêmico, priorizando produtos e matérias-primas provenientes de outras organizações com princípios e valores semelhantes, contribuindo, portanto, para a

formação e consolidação de verdadeiras redes de economia solidária, umas consumidoras das outras, em cadeia e sem atravessadores.

Entretanto, Barbosa (2007) na sua concepção, tem uma visão mais crítica sobre a economia solidária. A autora observa que esta economia é uma política pública que faz com que as questões sociais como o desemprego passe a ser uma responsabilidade da sociedade, afirmando que o processo de gestão participativa e democrática, é instituído nos empreendimentos e cooperativas de economia solidária, é complexo e de difícil realização, além de haver dificuldade da inserção social na comunidade local destes empreendimentos. Portanto, a autora ressalta que o significado social do cooperativismo vem se restringindo à promoção dos interesses dos associados e diminuindo rapidamente a repercussão sobre o desenvolvimento local e regional que é a proposta da economia solidária.

A autora parte da tese de que se o desemprego, a pobreza e todos os problemas que repercutem em exclusão social são decorrentes de uma estrutura social ambígua que pretende transferir a resolução desses problemas para a esfera individual, tornando-se de certa maneira incoerente. Problemas estruturais terão de ser solucionados, corrigindo as próprias estruturas e não transferindo a responsabilidade para as pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho.

Sob o ponto de vista de Arruda (2003) a economia solidária apresenta-se com uma necessidade de ultrapassar a visão econômica, subordinando os interesses econômicos aos sociais numa inversão de valores. Esta ideia pretende ser mais abrangente e ampla na sua proposta de sociabilidade, incluindo um forte apelo ao desenvolvimento de elementos de natureza cultural e educacional, em uma construção socioeconômica de base popular. Há uma preocupação com a emancipação de cada ser humano e o atendimento de uma dupla demanda: a reprodução simples para a sobrevivência e a reprodução ampliada da vida, que remete a um crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Os empreendimentos econômicos solidários combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educacional e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem e, além disso, desenvolvem atividades nos setores da produção, da prestação de serviços, da comercialização e do crédito (GAIGER, 2003).

Segundo o autor, os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, que se originam da livre associação entre os trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade.

Camacho (1996), concebe as organizações de economia solidária como

empresas alternativas que funcionam segundo princípios de preservação dos postos de trabalho, de inserção de pessoas desfavorecidas, de maior implicação e evolução pessoal dos trabalhadores, de conservação do meio ambiente, de promoção de ações sociais e culturais e de implicação nos movimentos sociais e coletivos.

Pelas definições e concepções acima apresentadas fica claro que os empreendimentos econômicos solidários divergem em alguns pontos das organizações da economia capitalista. Por isso, Gaiger (2003) acredita que tais empreendimentos econômicos solidários apresentam algumas características próprias que não só os identifica como os mobiliza para outros fins, que não os das organizações econômicas inseridas na economia do capital. Ampliando seu olhar sobre o conceito de empreendimentos econômicos solidários, o autor identifica oito características interdependentes, relativas à organização interna das experiências econômicas e as suas interações com o meio e a sociedade: autogestão, democracia, participação, igualdade, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano.

Quanto à razão de ser dos empreendimentos econômicos solidários, Gaiger (2003) aponta que existem para:

Preencher as necessidades materiais de seus membros, assim como suas aspirações não monetárias, de reconhecimento, inserção social, autonomia etc.; representar um instrumento de influência direta e sistemática sobre o processo de produção e gestão, como um espaço de aprendizagem e experimentação democrática, um fator de autonomia diante da alienação do mercado e do poder burocrático do Estado, uma garantia contra a materialização da vida (GAIGER, 2003, p. 139).

Assim, este autor deduz que constitui o papel dos empreendimentos econômicos solidários: dar provas de que são virtualmente superiores à gestão capitalista, no desenvolvimento econômico e na geração de bem-estar social, por disporem de vantagens comparativas decorrentes da sua forma social de produção específica.

Contudo, Singer (2000 apud CUNHA, 2002) aponta que a forma típica de organização de economia solidária é a cooperativa. Ela pertence coletivamente aos próprios trabalhadores que nela produzem e deve ser gerida de forma democrática por estes trabalhadores. O surgimento da cooperativa acontece por livre iniciativa de seus membros, sem que nenhum desses membros seja forçado a entrar ou permanecer nela.

A cooperativa é uma organização autônoma, onde todas as decisões no que se refere a ela devem ser tomadas por seus próprios membros em assembleia. Não deve haver

também distinção entre os sócios quanto à capacidade de decisão (segundo o princípio “uma pessoa, um voto”). Esse fato não significa que não há dirigentes para representar a cooperativa e tomar decisões administrativas, mas são cargos eleitos, e que se torna desejável que neles haja rodízio, para não introduzir a hierarquia e a desigualdade. Outra característica fundamental para garantir a democracia deve ser a transparência das informações sobre a cooperativa, o que difere completamente do que ocorre em uma empresa capitalista (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002).

Ainda na visão de Singer (2000 apud CUNHA, 2002) os ganhos da atividade econômica devem ser repartidos entre os sócios de acordo com critérios discutidos e aprovados em assembleias. A maioria das cooperativas não aplica a igualdade econômica absoluta, pois existem grandes diferenças de qualificação e função. Entretanto, a diferença entre a maior e a menor remuneração, na realidade das cooperativas, é menor do que nas grandes empresas capitalistas. Outro fator peculiar das cooperativas, são os excedentes, ou seja, as sobras, que também são destinados a fins decididos por todos. Em geral, as sobras são reinvestidas na própria organização, ou destinadas a fundos comuns, como educação e assistência social dos sócios, e outros fundos que substituam as proteções sociais garantidas por lei aos trabalhadores assalariados formais, ou até mesmo divididas entre os cooperados.

Do ponto de vista de Singer (2000 apud CUNHA, 2002) as cooperativas estão presentes em vários ramos de produção, como: agropecuária, industrial ou de serviços, e podem apresenta-se de vários tamanhos, desde as grandes que dispõem de capital, tecnologia e inserção no mercado, até as pequenas que nem chegam a se legalizar como cooperativa, produzindo de forma artesanal e comercializando seus produtos com dificuldade.

Uma forma particular de cooperativa é a *cooperativa de trabalho*, como também é chamada a cooperativa de prestação de serviços para designar empresas coletivas formadas por pessoas que possuem apenas sua força de trabalho para vender e costumam atuar em atividades como construção civil, jardinagem, serviços de facção de roupas e calçados, limpeza de edifícios e hospitais, instalação e manutenção de redes de eletricidade ou telefonia e, mais recentemente, coleta e triagem de resíduos urbanos recicláveis. Singer (2000b) alerta que esta forma de cooperativa corre o risco frequente de se transformar em falsa cooperativa, quando montada por firmas capitalistas que visam explorar trabalho sem pagar as contribuições legais (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002).

Há também a *cooperativa de consumo*, em que os sócios se unem para comprar em conjunto bens ou serviços e assim adquirir ganho de escala; a *cooperativa de crédito*, em que os sócios agregam suas poupanças em fundos rotativos para tomar

empréstimos mutuamente a juros mais baixos; a *cooperativa de distribuição*, em que pequenos produtores rurais ou urbanos se associam para vender em conjunto. Nestas organizações, não é comum encontrar a mesma vivência coletiva como de uma cooperativa de produção, mas elas também constituem formas econômicas solidárias (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002)

Por fim, Singer (2000 apud CUNHA, 2002) acentua a existência de associações formadas por um curto período para atingir algum fim, como a *cooperativa habitacional*, em que a sociedade permanece até que os imóveis de todos os sócios sejam construídos. Já as cooperativas agrícolas podem ser de produção, consumo e distribuição. A de produção é quando tem por atividade o processamento e beneficiamento de produtos agrícolas. A de consumo, quando compram de forma coletiva suprimentos para produção. E a de distribuição, quando vendem em conjunto produtos de diferentes indivíduos, famílias ou cooperativas.

Em outros casos, a cooperativa pode reunir sócios produtores e sócios consumidores, por exemplo, uma cooperativa educacional em que tanto professores quanto pais de alunos sejam cooperados. Já as cooperativas rurais ou urbanas, que produzem separadamente e unem-se para distribuir em conjunto, ou comprar em conjunto, ou realizar qualquer outra atividade de forma cooperativa, podem eventualmente formar outra organização, chamada *cooperativa de segundo grau* (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002).

Entretanto, as cooperativas não são a única forma de economia solidária. Singer relata uma das experiências de grande significância advinda de Bangladesh, trata-se do *Grameen Bank*, sistema de crédito popular comunitário, criado em 1977, pelo professor de Economia Muhammad Yunus. Impressionado com a extrema pobreza que atingia seu país, principalmente depois da grande fome de 1974, Yunus buscou contato direto com moradores de uma aldeia vizinha à universidade e lá percebeu que as pessoas que mais se encontravam em situação de grande miséria, na maioria mulheres, sobreviviam de artesanato ou prestação de serviços e eram obrigados a tomar empréstimos com agiotas que os exploravam. Inicialmente, Yunus emprestou seu próprio dinheiro a algumas mulheres, que conseguiram melhorar suas condições e reembolsar pontualmente o empréstimo (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002)

A partir desta experiência, Singer (2000 apud CUNHA, 2002) retrata que Yunus começou a desenvolver na prática, uma instituição para emprestar dinheiro a pessoas extremamente pobres sem o grau de burocracia e exigência dos bancos comerciais. Após um período de aperfeiçoamento, o *Grameen Bank* chegou ao atual modelo, que funciona por meio

de grupos solidários, formados por grupos em torno de cinco mulheres. O grupo fica responsável de forma coletiva pelo empréstimo de cada uma. Os reembolsos acontecem semanalmente, facilitando dessa maneira o pagamento, aumentando a autoestima das devedoras e reduzindo consideravelmente a inadimplência. Pois conforme é evidenciado, a taxa de empréstimos não reembolsados fica na casa de menos de 1%, uma taxa muito menor que nos bancos.

O Grameen Bank estimula as integrantes do programa a criarem projetos – ao invés de gastarem todo o empréstimo com consumo imediato –, por exemplo, a construção de moradias e o cultivo para autoconsumo. As mulheres se reúnem semanalmente com uma funcionária do banco que as acompanha de perto e discute com elas projetos de empreendimento. Outro diferencial é a estrutura do Grameen Bank, que não possui agências e sim agentes, que trabalham diretamente com a comunidade, adquirindo a confiança das mulheres para que se tornem clientes do banco (YUNUS, 2008 Apud CUNHA, 2002).

A escolha das mulheres como clientes preferenciais dos empréstimos é uma grande revolução social: em 1997, o Grameen Bank já havia atendido mais de 2,3 milhões de pessoas, das quais 95% eram mulheres (o banco só outorga crédito a homens quando intermediados por suas esposas). Segundo estudo do Banco Mundial de 1996, a metade dos integrantes do programa (mais de um milhão) ultrapassou a linha da pobreza, em média dentro de cinco anos (YUNUS, 2008).

Yunus (2008) explica que o segredo do sucesso inicial foi apostar nas mulheres, muitas das quais nunca haviam tido a oportunidade de desenvolver uma atividade comercial. O empréstimo inicial é de \$35 dólares, e depois de receber o dinheiro são aconselhadas a iniciar uma atividade que tenha mais afinidade para executar.

A preferência por mulheres na concessão de crédito, adotada pelo Grameen Bank, foi desenhada por Yunus, após perceber uma inadimplência superior por parte dos homens e um maior comprometimento com a sustentabilidade do sistema pelo público feminino. Além do mais, os benefícios sociais gerados eram revertidos diretamente para a melhoria de condições de vida da família; já os homens demonstraram-se menos sensíveis às necessidades de seus lares. Também considerando-se ser Bangladesh um país muçulmano, que ainda mantém uma acentuada discriminação de gênero, a iniciativa de Yunus veio provocar uma mudança de status, garantindo maior autonomia e emancipação para quem sempre foi discriminado e oprimido.

Outro exemplo importante de empreendimento econômico solidário são os *clubes* ou *redes de troca*, em que as pessoas se associam para trocar bens e serviços por meio

de crédito mútuo, sem necessidade de usar dinheiro oficial. O clube de troca mapeia periodicamente os produtos e serviços ofertados ou demandados pelos sócios (que não são apenas produtores individuais, podem ser também cooperativas ou empresas) e emite moedas próprias com as quais são feitas as trocas: se um sócio vende algo, obtém um crédito na rede para trocar por produto ou serviço de qualquer outro sócio e, se compra algo, obtém um débito na rede que deverá saldar (SINGER, 2000 apud CUNHA, 2002).

Como foi exposto acima, existem diversas experiências de economia solidária, e esses empreendimentos solidários se diferem dos demais em alguns pontos, que estão demonstrados abaixo, no quadro 1.

Quadro 1 – Divergências entre empresas solidárias X cooperativas tradicionais X empresas capitalistas

EMPRESA SOLIDÁRIA	COOPERATIVA TRADICIONAL	EMPRESA CAPITALISTA
Autogestão	Autogestão/ Cogestão	Heterogestão
Retiradas pré-acordadas	Retiradas proporcionais aos investimentos	Salário escalonado
Decisões democráticas (voto igualitário)	Decisões através da representação democrática	Decisões centralizadas pela chefia
Ausência de hierarquia	Hierarquia flexível (eleição de representantes)	Níveis sucessivos de autoridade
Participação direta efetiva	Participação direta / delegada	Alienação, absenteísmo
Buscam: a melhoria da qualidade de vida de seus associados	Buscam: as vantagens da cooperação	Buscam: Maximização da riqueza dos seus sócios
Solidariedade, colaboração	União de forças	Competição
Adesão: livre	Adesão: restrita a prática da mesma atividade da cooperativa	Adesão: detentores de capital
Interesses: coletivos	Interesses: individual/coletivo	Interesses: mercantis
Resultado: sobra	Resultado: sobra	Resultado: lucro

Fonte: Adaptado de Singer (2002).

As divergências entre empresas solidárias, cooperativas tradicionais e empresas capitalistas, apontadas por Singer, aparecem com maior ênfase quanto à forma de gestão, remuneração (retiradas), processo decisório, hierarquia, forma de gestão, aspirações,

forma de adesão, principais interesses e resultados.

As bases históricas e conceituais apresentadas trazem informações primordiais e relevantes sobre o caminho percorrido pela economia solidária ao longo da história, e também evidencia como os principais acontecimentos históricos no âmbito econômico, político ou social contribuíram para os debates sobre essa nova forma de fazer economia como alternativa de geração de trabalho e renda.

Entretanto, a economia solidária apresenta desafios e conflitos que ainda precisam ser analisados e superados. Esses entraves serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS E CONFLITOS

O sistema gestor nas organizações não se realiza da mesma forma. Sendo assim, faz-se necessário conceituar os significados de cada sistema (DRULOVIC, 1976; GUILLERM; BOURDET, 1975; MOTTA, 1982; MOTTA, 1987).

Quadro 2 – Características das formas de gestão.

Modelo	Características
Heterogestão	Ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, que pode ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrada nas empresas. É o oposto da autogestão.
Participação	Restringe-se à participação do trabalhador em alguma atividade ligada à gestão de forma individual, na qual o trabalhador precisa ter interesse e empenho. A participação na empresa deveria ser de forma espontânea, mas na verdade essa participação acaba sendo imposta pelo dono ou diretores. A motivação para participar é conseguida com a participação de lucros, tendo-se, então, que a colaboração e o empenho do trabalhador são remunerados pela empresa. Nesta modalidade de gestão prevalece a heterogestão.
Cogestão	Caracteriza-se por maior participação do trabalhador que não está apenas interessado na participação nos lucros. A participação aqui se manifesta na organização do trabalho (na maior parte dos casos) e/ou nas questões políticas globais da empresa (codireção). Esses tipos de participação são conseguidos, motivando-se os trabalhadores a atenuar a monotonia de suas tarefas, mobilizando-os numa forma de auto-organização da produção.
Autogestão	É a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: <ul style="list-style-type: none"> • fim do assalariamento; • organização do trabalho com base na gestão democrática; • eliminação da hierarquia; • decisões tomadas por democracia direta.

Fonte: Adaptado de Drulovic (1976); Guillerm e Bourdet (1975); Motta (1982); Motta (1987).

A autogestão é uma das principais formas de diferenciação da economia solidária de outras formas de economia, pois o que prevalece, neste caso, é a não distinção de classes e a democracia entre os que estão no empreendimento. Na economia solidária, a autogestão assume o significado do agir de forma coletiva baseada na divisão do poder, divisão do ganho e na união dos esforços que preza a cooperação para alcançar determinado objetivo.

Segundo Singer (2002), a autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária, pressupondo a repartição da propriedade do capital entre todos os sócios por igual, de forma a permitir que todos tenham os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos seus diversos setores produtivos.

A colocação de Singer vem ao encontro do que diz Albuquerque (2003), ou seja, a autogestão pode ser conceituada como um conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. A autogestão é um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Este autor destaca que a autogestão contempla algumas vantagens: aumenta a capacidade produtiva dos trabalhadores porque, em um ambiente com mais democracia, há uma redução de rotatividade; os trabalhadores prezam pela qualidade de seu produto por perceberem seu trabalho de forma positiva; redução do absentéismo e aumento da eficácia empresarial por meio da facilidade de comunicação em um ambiente participativo. Na sequência, ele identifica duas determinações essenciais do conceito de autogestão: a) superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa e b) autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer.

Na visão de Singer (2002), além de a autogestão ser considerada uma administração democrática, seu mérito principal é o desenvolvimento humano, pois quando o indivíduo participa de discussões e decisões de forma coletiva, isto o torna mais realizado e autoconfiante. Porém, quando alguns associados se inserem na economia solidária para ter um emprego e sair da pobreza acabam não aproveitando estas potencialidades da autogestão.

Portanto, a autogestão, quando vivenciada pelos indivíduos e grupos de economia solidária, pode contribuir para a criação de uma nova identidade de trabalho para as

pessoas que se encontram em um meio social desfavorecido e trazer uma real satisfação do trabalho realizado. Assim, a autogestão traz muito além de somente benefícios monetários para os integrantes de economia solidária.

Singer, em uma de suas obras produzidas em 2002, faz algumas reflexões a respeito da economia solidária, discorrendo sobre as diferenças e as características da autogestão versus heterogestão, caracterizada como algo que se baseia na administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores de nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que sobe na hierarquia, o conhecimento na empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador. Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os rumos futuros. Na heterogestão, há competição exacerbada entre setores, por destinação dos fundos de investimentos e lucratividade.

Para Singer (2002), a forma de colocar a autogestão em prática difere dependendo do tamanho do empreendimento, tendo em vista que, nas empresas solidárias pequenas, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Já nos empreendimentos solidários maiores, as assembleias gerais são mais raras, porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Nestes casos, os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos.

Para que a autogestão se realize é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na organização e das alternativas disponíveis para a solução de cada problema. A autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária, pois, além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.

Uma ameaça que põe em risco a prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem por mérito principal não a eficiência econômica, mas o desenvolvimento humano proporcionado aos praticantes quando participam das discussões e das decisões do coletivo, servindo para educá-los e conscientizá-los, tornando-os mais realizados, autossuficientes e seguros (SINGER, 2002).

Aguiar (2000) conceitua a gestão participativa como um conjunto harmônico de sistemas, condições, de vontades e comportamentos individuais (gestoriais e

operacionais), provocando e incentivando a participação de todos no mecanismo econômico-administrativo do gerenciamento organizacional como um todo e, sobretudo nos recursos financeiros, informativos, humanos e decisórios que redundam em eficiência, eficácia e qualidade.

A participação proporciona ao indivíduo a satisfação de necessidades como a interação com outras pessoas, a autoexpressão, o desenvolvimento do seu potencial e autoestima.

Martins (2000) aponta que a prática da participação é tão antiga quanto a própria humanidade, porém as doutrinas sociais que tratam do tema surgiram, no século XIX, e apenas após a Segunda Guerra Mundial a ideia tomou corpo sob forma de legislação, estabelecendo o aspecto contratual dos conselhos de fábrica.

A gestão participativa é um tipo de administração que enfatiza o envolvimento do empregado nas decisões da empresa, quer de forma direta, quer de forma representativa. A participação em alguns casos refere-se também aos resultados conseguidos pela organização (MARTINS, 2000).

Para o autor, as formas de participação podem acontecer por meio de equipes autogerenciadas, autogestão e cogestão. Nas equipes autogerenciadas, a equipe é autogerenciada, é um grupo de pessoas com um objetivo, que pode decidir como fazer para alcançá-lo, e que trabalha dentro de uma área de autonomia definida de comum acordo com a administração. A forma de autogestão significa gestão por si próprio e consiste na autonomia completa de uma pessoa ou grupo para administrar um empreendimento. A autogestão apenas existe quando participantes de um empreendimento também são seus proprietários. Na cogestão, participar da direção significa participar institucionalmente da estrutura de poder da organização, e implica a ideia de partilha com a administração da empresa, ou seja, a divisão de poder dentro da empresa. A forma de participação dos empregados na gestão da organização pode ocorrer pela eleição de um representante que passará a fazer parte da diretoria ou de algum órgão colegiado.

Nesse sentido, Tragtenberg (1980) analisa que a exploração do trabalho no capitalismo, na sua prática, ainda está sob o signo do taylorismo, embora a retórica dominante do discurso administrativo patronal seja “sistêmica” ou “relações humanas” ou “desenvolvimento organizacional”. Na visão do autor, a estrutura hierárquica da empresa tradicional capitalista está marcada pelo caráter sagrado do chefe, impessoalidade organizacional e uma concepção individualista subtendida. O universo burocrático, em que aparecem as relações hierárquicas, apresenta-se por meio de conceitos mecânicos, procurando

evitar problemas e respeitar os canais de comunicação.

Singer (2002) salienta que, na empresa solidária, a forma de se administrar é mais democrática, ou seja, existe a prática da autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, quando ela é grande, são estabelecidas hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é oposto ao de suas congêneres capitalistas.

Pode-se inferir que tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria inútil compará-las para descobrir a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, e é o que seus proprietários almejam. A autogestão busca ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de integração democráticos e igualitários, e é o que seus sócios precisam.

Em que pese a economia solidária estar se tornando uma alternativa de inserção social para as pessoas que se encontram de alguma forma excluída do mercado de trabalho tradicional, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados, haja vista que o sistema predominante é caracterizado pela lógica de ganhos cada vez maiores e valorização da riqueza. Porém, em muitas realidades, a inserção da economia solidária está tendo uma força significativa frente aos problemas enfrentados pelas pessoas que se encontram de alguma forma excluída do sistema econômico tradicional, ou seja, o capitalismo.

Dentre os desafios que acarretam a economia solidária, Cattani (2003) destaca três principais. O primeiro é a respeito do trabalho, pois, devido ao capitalismo com sua dimensão opressora, há a necessidade de reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e a sociedade que participa da economia solidária. Para o autor, não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida social emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais mais alternativas. Da mesma forma, o fato de as cooperativas e as empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internacionalização dos mesmos princípios de concorrência, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à autoexploração.

O segundo desafio apresentado por Cattani (2003) é fazer com que a economia solidária não seja confundida com o terceiro setor, como, por exemplo, o trabalho voluntário e o apoio às parcerias cidadãs. Já o terceiro desafio desta outra forma de se fazer

economia está no sentido desses empreendimentos colocarem como metas as realizações em padrão social, ecológico, político e também, tecnológico, superiores ao capitalismo convencional.

Na visão de Cattani (2003), torna-se necessário proporcionar avanços em todos os domínios, envolver, de maneira responsável, amplos segmentos da sociedade, recuperar para destinos mais generosos o que a criatividade humana conseguiu aplicar na geração de produtos e serviços de melhor qualidade. O esforço deve ser orientado para recuperar socialmente o que o progresso técnico proporcionou em termos de conforto e qualidade de vida. E o grande desafio é, sobretudo, reforçar, de todas as maneiras possíveis, as lutas sociais em curso no capitalismo avançado, não sendo apenas alternativa para pobres e excluídos, mas sim proporcionar avanços na sociedade, gerando produtos e serviços de melhor qualidade e tornando-se uma alternativa efetiva ao modelo hegemônico.

Para Singer (2003b), a práxis da economia solidária que se constrói hoje deve muito às tradições passadas (cooperativismo), e enfrentar os problemas que surgem hoje constitui um grande desafio cuja solução ou caminho pode estar em estudar a fundo para aprender com os acertos e erros do passado e ultrapassar contradições e limites da atualidade.

Na visão de Singer (2002) a economia solidária só se tornará uma alternativa ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes da população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona.

Santos e Borinelli (2010) ressaltam que, a economia solidária pode ser entendida por defender a subordinação dos aspectos econômicos aos sociais numa proposta de sociabilidade que vai além dos simples atendimento às necessidades materiais. Define-se então economia solidária como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e ao bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Conquanto a economia solidária tenha uma gama bem variada de experiências e iniciativas, essas têm em comum a busca por soluções amparadas em um ideal emancipatório, que é conceituado por Cattani (2003, p. 130) como: “emancipação, que é o processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais.” Emancipar-se é atingir a maioria de consciência, com autonomia de conhecimento e de percepção da realidade, independentemente de imposições ou influências externas

apresentadas como naturais. Cattani (2003, p. 131) acrescenta ainda que “É o inverso do pensamento elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses”, ou seja, pressupõe-se que uns são mais capazes e naturalmente aptos que outros, justificando-se e naturalizando-se a prevalência de alguns poucos sobre os demais.

Emancipar-se, de acordo com Cattani (2003) significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito. O conceito de emancipação social vincula-se ao de autonomia. Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos repressivos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos ou arbitrários; é verdadeiramente emancipada, quando a lei maior é o bem comum, o objetivo é universalizante. Na sociedade emancipada, os indivíduos possuem o máximo de liberdade, mas pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, enfim, pelo processo civilizatório que garante a livre expressão respeitosa da diferença e da liberdade do outro (CATTANI, 2003).

Faz-se necessário destacar que, a busca pela solidariedade e cooperação em relação à competição não pressupõe o abandono das atividades laborais que o mercado impõe para o desenvolvimento de outra atividade. Singer (1998, p. 123) aponta para a necessidade de algum tipo de competição, mesmo dentro de um modelo dominado pelos princípios solidários e cooperativos de organização: “Será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção, dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar custos.”

Na opinião de Singer (1998), os empreendimentos solidários dificilmente conseguirão se sobrepôr ao grande capital, além da proposta em torno de mudança socioeconômica mais ampla só poder se viabilizar quando construída em redes capazes de potencializar as ações isoladas de cada empreendimento. Entretanto, essas redes solidárias necessitam da integração conjunta de diferentes atores como governos, ONGs, sociedade civil, escolas e universidades, incubadoras, centros de pesquisa, criando-se assim um processo de desenvolvimento sinérgico e sustentável (SINGER, 1998).

Entretanto, a ideia de convivência entre dois modos de produção, entre os quais se enquadraria a ES, sob a hegemonia capitalista, apresenta inúmeras contradições teóricas e práticas, em particular no que diz respeito ao imbricamento dos sujeitos econômicos, inclusive a permanência de espaços de concorrência. Este relacionamento entre empreendimentos das “duas economias” produz a mistura da ES por mecanismos de mercado

já conhecidos: redução permanente de custos de produção, onde são incluídos os custos de trabalho; introdução incessante de inovações tecnológicas, com redução da força de trabalho empregada; elevação de produtividade, superprodução relativa, etc. (VASCONCELOS JUNIOR, 2009, p. 15).

Diversos autores apresentam diferentes concepções relacionadas à economia solidária. Singer (1998) coloca que o maior problema encontra-se na capacidade de mobilizar as massas de inativos e marginalizados a empreenderem, para que passem de uma cultura de passividade e alienação para uma condição proativa e emancipadora. Tudo isso pode ser realizado de forma conjunta e solidária, sobrepondo-se aos modelos individualistas dominantes.

Os modelos de redes de colaboração solidária estudados por Mance (2002) apresentam como prioridade a geração de trabalho e de renda e sua manutenção de forma estável ao longo do tempo, ao invés da maximização do lucro ou de meros objetivos econômicos desvinculados de propósitos sociais. O autor propõe a priorização de estratégias que possam conduzir ao bem-estar coletivo e à incorporação de um contingente cada vez mais numeroso de indivíduos.

O modelo defendido por Singer (2002), ainda que apresente semelhanças com as redes de colaboração solidária de Mance, principalmente em relação aos valores centrais apoiados na solidariedade e na construção de um novo modelo de economia e de solidariedade, distancia-se profundamente na estratégia utilizada para implementar suas propostas. Mance (2002) acredita que não há necessidade de apoio de governo para o desenvolvimento das redes, diferentemente de Singer que vê no apoio governamental um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeja ser uma alternativa, em larga escala, ao modelo dominante. Mance (2002) defende a criação de uma rede paralela ao mercado capitalista sem ter que competir com ele, enquanto Singer propõe o desenvolvimento da ES dentro do sistema vigente, devendo ela ser capaz de enfrentá-lo e evoluir a ponto de superá-lo, executando algum tipo de competição como forma de pressão para melhoria de produtos, preços e eficiência, o que não seria conseguido pela simples pressão dos consumidores.

Da mesma forma que Singer (2002), Santos (2002) defende o desenvolvimento das iniciativas socioeconômicas locais, sem dispensar a necessidade das experiências de economia solidária estarem unidas a um projeto maior e mais abrangente, aproximando-se do âmbito político, com vistas a uma mudança nas próprias bases estruturais em que se apoia o sistema socioeconômico dominante.

Outro autor que contribui para este debate sobre economia solidária é Arruda (2003), que define economia solidária como um sistema aberto, fundado nos valores da cooperação e da partilha, da solidariedade e da autogestão, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie. Busca a emancipação de cada ser humano e o atendimento de uma dupla demanda: a reprodução simples (sobrevivência) e a reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar social individual, comunitário, social e ambiental), é a economia com prioridade social.

O autor denuncia que a “lógica do capital é migrar para onde há mais capital e possibilidades de acumulação e de lucro, e não para onde há mais necessidades humanas a satisfazer” (ARRUDA, 2003, p. 234). Ele propõe a substituição desse paradigma para um que priorize a satisfação das necessidades e desejos de quem mais precisa, impondo uma mudança no plano dos valores vigentes, em um “trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente.” (ARRUDA, 2003, p. 234). Ainda é reforçado pelo autor, de forma particular, o papel da educação como o mecanismo emancipatório por excelência, porém, amparando-se numa educação imbuída de elementos sensíveis e valores humanísticos, objetivando o despertar de uma maior consciência social e um engajamento em prol do bem comum, trabalhando as diferentes dimensões humanas de forma complementar.

Fica evidenciado que, para este autor, a transformação vai além das instituições e do modo de produção, envolvendo a esfera individual no plano das atitudes em relação aos outros, em uma perspectiva que ultrapassa o materialismo e abraça a dimensão existencial do ser humano. Para Arruda (2003), o sentido da vida é uma permanente escolha entre o ser humano competitivo e agressivo e a dimensão cooperativa e solidária, ambos coexistindo dentro de cada um de nós, sendo a principal tarefa humana a escolha e a luta diária em torno da supremacia e do domínio de uma dessas dimensões sobre a outra.

Ainda que não seja unanimidade dentro da economia solidária, percebe-se é uma crença maior na tese defendida por Singer (2002) e Santos (2002) que veem no apoio do Estado uma força fundamental para impulsionar e consolidar as iniciativas de economia solidária, além de perceberem como incoerente a possibilidade de desarticular as experiências de economia solidária de uma proposta maior de participação política, avançando-se no plano democrático ao eliminar a divisão tradicional entre a democracia política, de um lado, e o despotismo econômico, de outro.

Conforme salientam Santos e Borinelli (2010), a sensibilização da opinião pública torna-se imprescindível para que a economia solidária se fortaleça e prolifere como alternativa, não só econômica, mas societal. Para isso, é essencial que as pessoas, ao mesmo

tempo, optem por seus produtos e serviços, incorporem suas bandeiras e valores em um processo contínuo de transformação cultural. A substituição do paradigma atual pressupõe um abandono do economicismo como parâmetro de desenvolvimento, incorporando a complexidade e as múltiplas dimensões e potencialidades humanas, como o afeto, o cuidado e o comprometimento mútuo. Embora o futuro seja incerto, tem-se, na economia solidária, coordenadas promissoras para uma real transformação da estrutura socioeconômica vigente rumo a uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

Na economia solidária, a experiência de maior destaque é a Cooperativa de Mondragón que, segundo Singer (2002), é provavelmente o maior complexo cooperativo do mundo. Esta cooperativa teve origem na cidade basca de Mondragón, ao norte da Espanha, em 1956, por iniciativa de José Maria Arizmendi, mais conhecido como padre Arizmendi. A corporação combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. Para o autor, o que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas estas sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional. Ainda, segundo o mesmo autor, é inegável a incessante procura por parte dos integrantes do complexo em praticar a autogestão em uma medida que hoje, dificilmente, se encontra nas grandes organizações cooperativas.

A história do complexo cooperativo de Mondragón começou com o esforço de Arizmendi que, com a ajuda da comunidade local, conseguiu criar uma escola técnica onde ministrava aulas sobre o que é hoje economia solidária. Sob o auxílio de Arizmendi, cinco técnicos formados pela escola conseguiram que mais ou menos cem moradores de Mondragón lhes emprestassem o capital inicial para a compra de uma empresa falida, transformada na cooperativa Ulgor, uma indústria de fogões. Assim começava a trajetória bem sucedida do complexo cooperativo de Mondragón (SINGER, 2002).

Para o autor, essa época foi marcada por grande expansão industrial, e a nova cooperativa progrediu rapidamente, tanto que, em pouco tempo, se tornou uma das maiores empresas da Espanha. Logo após a criação da cooperativa, Arizmendi propôs a criação de um banco cooperativo para garantir a independência das cooperativas ante os bancos não só na prestação de serviços financeiros, mas também na formação de novas cooperativas, funcionando como incubadoras. Nascia assim a Caja Laboral Popular, considerada por muito críticos uma chave do grande sucesso de Mondragón.

Contando hoje com mais de duzentos e cinquenta empresas e entidades, das

quais cerca de metade são cooperativas associadas, a Corporação Cooperativa de Mondragón está presente em países como Brasil, China, Índia, México, Rússia e Estados Unidos da América produzindo, distribuindo e vendendo bens de consumo, componentes industriais, equipamentos, construção, serviços empresariais, entre outros (SINGER, 2002).

Atualmente, a empresa interessada em integrar a Corporação Cooperativa de Mondragón terá que ser ou converter-se em cooperativa, concordar com as normas emanadas pelo congresso da corporação e apresentar um projeto de desenvolvimento viável. O pedido de adesão é considerado pelo grupo de cooperativas pertencentes a um único setor, isto é, na estrutura interna da cooperação isso se chama divisão setorial, e decide sobre a conveniência ou não de tal pedido. Se a resposta for favorável, a última decisão fica a cargo dos órgãos dirigentes administrativos (Conselho Geral e a Comissão Permanente) (SINGER, 2002).

Singer (2002), também, aponta que, segundo os próprios integrantes da cooperativa, a chave para a experiência bem sucedida de Mondragón envolve os seguintes aspectos:

- a) o papel da liderança Arizmendiarieta, promotor de experiência, com sua grande visão e total ascendente sobre os estudantes e discípulos, no momento de implementar suas ideias;
- b) a natureza pessoal da cooperativa, na qual a pessoa tem precedência sobre o capital, o que se traduz em um grande envolvimento da cooperativa com seu parceiro, por meio de participação direta no capital e na gestão, contribuindo para criar um ambiente positivo, de consenso e cooperação;
- c) uma abordagem decididamente empresarial cooperativa, assumindo como uma questão de princípio a rentabilidade da empresa e de eficiência na gestão, planejada, rigorosa e exigente;
- d) reinvestimento da quase totalidade dos recursos gerados;
- e) por último, um elemento-chave para o êxito da experiência de Mondragón, tanto em suas origens quanto até os dias atuais, reside na importância dada à formação: não só a natureza das regras, ensinadas nas universidades, faculdades e escolas profissionais, como também a formação contínua relacionada com a reciclagem e qualificação.

Segundo os dirigentes da corporação, uma das principais virtudes da Cooperativa Mondragón é a sua capacidade de se adaptar à mudança de cada momento histórico. Frente ao fenômeno da globalização, a Corporação Cooperativa de Mondragón decidiu, no início dos anos noventa, intensificar a sua presença internacional, não só

aumentando as exportações, como também a implantação de unidades produtivas no exterior. Com isso, pode-se definir como bem sucedida a estratégia empresarial da Cooperativa de Mondragón, pois os resultados são suficientemente convincentes: 25% das vendas internacionais obtidas na área industrial, no início dos anos noventa, passou, em 2006, para 57%, contando também com as 65 fábricas em 18 países que, em 2006, representavam 21,4% da produção industrial da Cooperativa, perfazendo um total e 14.257 postos de trabalho. Adicionando as delegações corporativas e comerciais e os empregados da Eroski, nos shoppings do sul da França, o pessoal internacional da corporação ascendia, no final de 2006 para 15.754 pessoas, 19% de todas as sociedades. Todas as empresas no exterior estão organizadas como Sociedades Anônimas (SINGER, 2002).

Evidencia-se que a economia solidária é uma área que ainda é habitada por desafios, conflitos e potencialidades. É salutar acentuar que diversos autores apresentam diferentes concepções relacionadas à economia solidária, e que a economia solidária é marcada por diferentes formas de organização, destacando-se entre elas, as cooperativas.

No entanto, algumas formas de organização de empreendimentos de economia solidária, na sua fase inicial, necessitam de assessoria e apoio que pode ser oferecido pelas incubadoras. Nesse sentido, o capítulo 3 trará informações sobre incubadoras e sua relação com a comunidade, bem como exemplos de processos de incubagem em diferentes regiões do Brasil.

CAPÍTULO 3

AS INCUBADORAS E A COMUNIDADE

Sendo a economia solidária um projeto político para organizar a vida em sociedade, a incubação não pode ser uma mera assessoria técnica: há um importante lado militante neste processo. Incubar empreendimentos econômicos solidários (EES) significa apoiar a construção coletiva de um outro modo de funcionamento da economia, a autogestão, e de um modo de convivência a partir de valores como a cooperação, a igualdade, a autonomia e a liberdade.

Dessa forma, para este trabalho, incubar empreendimentos é impulsionar seu processo de desenvolvimento, ou seja, mobilizar favoravelmente as potencialidades dos atores e atrizes do processo, os membros do EES, apoiá-los para que não se percam na longa estrada da autonomia econômica e associativa, conflituosa e cheia de barreiras, mas respeitando, se assim se apresentar, o seu desejo de se perder e de encontrar sozinhos o caminho.

Busca-se, no processo de incubação, tanto contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos grupos incubados, compartilhando conhecimentos científicos, quanto receber, por meio do convívio com estes grupos, informações preciosas para a formação técnica e cidadã da equipe assessora.

O fomento à economia solidária vem sendo desenvolvido efetivamente por diversas instituições como as universidades, os sindicatos, as entidades religiosas, as ONG's, etc. Em nosso país, o Governo Federal já acena com políticas públicas relacionadas ao apoio e fomento a empreendimentos solidários como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – e o Programa Primeiro Emprego, que prevê a inserção de jovens no mercado de trabalho também por meio de empreendimentos solidários (SINGER, 2002, 2003a).

As incubadoras universitárias destacam-se como instituições de fomento dos empreendimentos econômicos solidários, bem como os programas e centros públicos de economia solidária. Os grupos de economia solidária, em sua fase inicial, contam com o apoio das incubadoras, que dão o suporte necessário a esses grupos no que se refere à assessoria administrativa e às informações pertinentes a cada caso em específico. Esses grupos, como qualquer outra organização, passam por um processo de nascimento, crescimento e maturação. Nas etapas de nascimento e crescimento, alguns deles contam com a parceria de instituições criadas com a finalidade de propiciar um ambiente adequado ao pleno

desempenho de suas atividades: as incubadoras de empresas.

Do ponto de vista de Culti (2010) no atendimento a essa economia, as Incubadoras e os Centros Públicos desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto autossustentável.

Para a autora as incubadoras são espaços que agregam profissionais de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades e nas localidades para apoios e parcerias com vistas a potencializar o capital social, além das atividades de incubação de empreendimentos, com o objetivo de atender trabalhadores com intenção de organizar seus próprios negócios, sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais. Elas ajudam e instruem na prática, por meio de processo educativo orientado na participação e no diálogo, a formar, a organizar, a acompanhar sistematicamente ou a oferecer assessorias pontuais, procurando qualificar, técnica e administrativamente, as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus empreendimentos econômicos solidários. A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação (CULTI, 2010).

A definição de incubadoras oferecida pela Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada - em sua página conceitua:

[...] incubadoras de empresas é um ambiente flexível e encorajador onde são oferecidas uma série de facilidades para o surgimento e crescimento de novos empreendimentos. Além de assessoria na gestão técnica e empresarial da empresa, a incubadora oferece a infraestrutura e serviços compartilhados para o desenvolvimento do novo negócio (ANPROTEC, 2012).

O programa de incubadoras teve início na década de 1980. Foram idealizadas para apoiar o surgimento de novos empreendimentos, tomaram impulso no Brasil na década de 1990 (ANPROTEC, 2012). Desde então, alguns estudos têm sido realizados sobre o tema, nas mais diversas áreas, com o intuito de apoiar os gestores desses empreendimentos na condução dos projetos.

O papel das incubadoras é enfatizado por Guimarães (2000), destacando que as incubadoras auxiliam a organizar, formar, orientar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais e procura qualificar, técnica e administrativamente, as pessoas interessadas em formar seus empreendimentos. Por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo, instrui quanto: à organização do trabalho, aos aspectos da autogestão, de ordem jurídica, contábil, financeira e outros aportes necessários, tendo como principal objetivo a promoção da geração e consolidação dos empreendimentos de autogestão. As incubadoras procuram atuar em estreita articulação e parceria com os poderes públicos e iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas.

Para Guimarães (2000), a competitividade no mercado exige que os empreendimentos tenham acesso a informações e tecnologias que lhes proporcione eficiência e sustentabilidade. A incubação permite que eles se fortaleçam durante o tempo que permanecem incubados, pois vão dispor minimamente de: 1) orientação técnica especializada para a produção, e para a autogestão; 2) informações quanto às condições de entrada e de permanência no mercado por meio de estudos específicos, e apoio para a inserção em cadeias ou arranjos produtivos, comércio nacional e internacional, entre outras.

Uma modalidade significativa de entidades de fomento à economia solidária são as incubadoras universitárias de cooperativas. Elas partem da ideia de que a universidade é centro produtor de conhecimentos que precisam ser disponibilizados para a sociedade em geral, especialmente para as pessoas que não dispõem de recursos ou apoio. A proposta é usar estes conhecimentos em áreas tecnológicas, administrativas e formativas para assessorar grupos de baixa renda na gestão de cooperativas.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs – são exemplos da atuação das universidades, e o Bansol (Agência de Fomento à Economia Solidária), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA – é um outro exemplo. A Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS –, filiada à Central Única dos Trabalhadores – CUT –, mobiliza sindicatos para apoiarem empreendimentos solidários e se empenha na construção de uma rede de crédito solidário. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – organiza os assentamentos em forma de cooperativas, as Cooperativas de Produção Agropecuárias. Entre outras instituições, podemos citar a Cáritas (da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB); a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) do Rio de Janeiro: algumas prefeituras (Blumenau, Porto Alegre, Santo André, etc.) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SINGER, 2003 apud CUNHA, 2002).

As Incubadoras Universitárias, como a ITCPs-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Rede UNITRABALHO-Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, desempenham um papel muito importante no apoio à economia solidária. As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constituem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades, para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos, sejam eles: cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais (GUIMARÃES, 1999).

As incubadoras de cooperativas populares ou de empreendimentos solidários populares, originárias nas universidades, concretizam a ideia de que estas podem contribuir, de forma expressiva para a organização da sociedade, nesse caso, dos setores empobrecidos, tendo em vista que estão voltadas à promoção de atividades associativas. Procuram uma contribuição à organização das pessoas premidas pelo desemprego para que possam assumir ocupações no campo do trabalho, apossando-se de mais renda e procurando melhoria em suas condições de vida (MELO NETO, 2004 apud DINIZ; COSTA; COSTA, 2009, p. 4)

Guimarães (1999) acentua que o processo de incubação permite, desde o início, que seja feita uma análise da viabilidade do empreendimento que vai sendo aprofundada à medida que são elaborados os planos de negócios e o grupo incubado é instrumentalizado sobre o processo de gestão do próprio empreendimento, sua relação com o mercado, entre outros. A universidade, portanto, por meio de suas incubadoras, procura resgatar o compromisso que, principalmente a universidade pública, tem para com a sociedade que a mantém, ao disponibilizar para a sociedade o seu saber técnico e científico. Ela tem uma função relevante, além do ensino e da pesquisa, na medida em que transfere conhecimento para uma parte da coletividade que não teve acesso ao ambiente acadêmico, nem ao conhecimento gerado por ela.

Para Nunes (2009), a forma mais utilizada para a seleção de empreendimentos incubados pelas ITCPs do Brasil é o atendimento à demanda espontânea que chega à incubadora. Em seguida, vem o edital público e, em terceiro lugar, o atendimento à demanda feita por órgãos públicos, ONGs e entidades parceiras.

Esta autora destaca que quanto ao número e ao tipo de empreendimentos incubados, observa-se uma variação muito grande, tanto vinculada às condições de infraestrutura da incubadora quanto às diferenças entre as regiões do Brasil. Nota-se que, no Nordeste, incubam-se principalmente empreendimentos de confecção, seguidos dos alimentícios, da reciclagem e só depois as bijuterias e acessórios, a agricultura familiar e a construção civil. No Sudeste, a maioria dos empreendimentos incubados é de artesanato, de confecção e de prestação de serviços, seguidos de confecção, reciclagem e alimentícios e, bem abaixo, estão os de agricultura familiar, as redes de empreendimentos, os grupos culturais, a cerâmica, a decoração, a limpeza e a higiene e os empreendimentos de audiovisual. No Sul, os mais incubados são predominantemente os empreendimentos de agricultura familiar e agricultura periurbana, seguidos de empreendimentos ligados à confecção, à prestação de serviços e ao artesanato; bem abaixo em número, estão os empreendimentos de transporte, olaria, cultura, embalagem, produção cultural, pescados, educação, laticínio e também cooperativas de comercialização.

As incubadoras universitárias de cooperativas nasceram indiretamente da campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” – iniciada em 1992 sob a liderança do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) –, que incentivava o engajamento de cidadãos, organizações e governos na luta contra a fome e a pobreza, por meio de doações de alimentos e bens de primeira necessidade para distribuir às populações mais carentes. Embora fortalecesse importantes laços de reciprocidade social, a Ação da Cidadania restringia-se à assistência imediata e emergencial (GOHN, 1996 apud CUNHA, 2002).

Gohn (1996 apud CUNHA, 2002) traz uma retrospectiva do surgimento das incubadoras universitárias. Por volta de 1995, um grupo ligado à Ação da Cidadania, no Rio de Janeiro, começou a discutir formas de apoio que ultrapassassem a assistência e oferecessem formas permanentes de geração de trabalho e renda. Este grupo optou pela proposta do cooperativismo a partir do contato com a Cootram (Cooperativa de Trabalho de Manguinhos), que reúne cerca de 1200 famílias no complexo de favelas de Manguinhos. A Cootram nasceu com o apoio de professores da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), que se preocupavam com a escalada do desemprego e da violência nestas favelas, vizinhas à fundação universitária. O objetivo inicial era que a Cootram gerasse trabalho e renda na região, por meio da prestação de serviços (limpeza, jardinagem e coleta seletiva de lixo) à própria Fiocruz.

Gohn (1996 apud CUNHA, 2002) relata que, como a Fiocruz era uma das

integrantes do COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida), a implantação da cooperativa pôde contar com o apoio de outras entidades da Ação da Cidadania, e o Instituto Superior de Cooperativismo da Universidade Federal de Santa Maria foi contratado para ministrar um curso de capacitação em cooperativismo. Depois de formada, a Cootram foi contratada pela Fiocruz, o que reduziu os gastos da fundação com limpeza e jardinagem, mas sem precarizar os cooperados, ao contrário, a renda individual deles na cooperativa foi elevada ao dobro do salário dos empregados das firmas que prestavam esses serviços antes.

Com o sucesso da experiência, professores e técnicos da COPPE/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) entraram em contato com a Fiocruz e a Universidade de Santa Maria, e participaram do acompanhamento à Cootram a partir do segundo semestre de 1995. Finalmente, em 1996, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) foi criada, na COPPE/UFRJ, reunindo professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação, com apoio e financiamento da FINEP, instituição que financia estudos e projetos, e da Fundação Banco do Brasil. Até 2001, a ITCP-COOPE/UFRJ acompanhava 20 cooperativas, já formadas ou em formação (GOHN, 1996 apud CUNHA, 2002).

Para a Cunha (2002), outras universidades passaram a procurar a ITCP/UFRJ para criarem suas próprias incubadoras. A segunda ITCP nasceu na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1997. Em 1998, a FINEP lançou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), vinculado ao COEP, em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Dentro do PRONINC, nasceram mais seis incubadoras: na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na Universidade Estadual da Bahia (UnEB) e na Universidade de São Paulo (USP).

Destas, as incubadoras da UFJF, UFRPE, UnEB e USP, além das da UFRJ e da UFC, passaram a ser financiadas pela FINEP. Paralelamente ao nascimento de novas incubadoras, começou a construção de uma rede nacional de incubadoras universitárias de cooperativas, que acabou se estabelecendo como um dos programas da Fundação Unitrabalho – rede interuniversitária hoje presente em 82 universidades brasileiras, criada pelo CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras) com o objetivo de reunir grupos de estudo e programas universitários que tratam do mundo do trabalho. Pode-se argumentar que a rede de incubadoras universitárias ainda não consegue representar e articular satisfatoriamente as entidades universitárias de incubação, mas a tentativa de constituir-la é significativa. Hoje, esta rede reúne quatorze ITCPs em onze estados: além das

sete incubadoras já citadas (UFRJ, UFC, UFJF, UFPR, UFRPE, UnEB e USP), também as incubadoras das Universidades Federais do Rio Grande do Norte (UFRN), do Amazonas (UFAM), de São Carlos (UFSCar) e de São João Del Rei (Funrei), da Universidade Regional de Blumenau (Furb), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) (GOHN, 1996 apud CUNHA, 2002).

Um exemplo de experiência que reuniu universidades e sindicatos foi o projeto Integrar Cooperativas, um projeto-piloto de formação em cooperativismo, implementado em 18 municípios do estado de São Paulo, como parte do projeto Integrar (da CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos, filiada à CUT), que envolveu a Fundação Unitrabalho e as equipes de quatro incubadoras, as da COPPE/UFRJ, UFSCar, USP e Fundação Santo André, ligada à Prefeitura de Santo André. O público das incubadoras ampliou-se ainda mais com as parcerias com prefeituras, sobretudo algumas eleitas em 2000, que contrataram as incubadoras para oferecer cursos de capacitação em cooperativismo como parte de seus programas sociais (GUIMARÃES NETO; ARAÚJO; BACELAR, 1998 apud CUNHA, 2002)

A rede de incubadoras também se viu obrigada a rediscutir a concepção “popular” de sua proposta. Embora o público das incubadoras continue pertencendo majoritariamente aos setores chamados populares, a maioria das incubadoras entende que o projeto pretende atingir a sociedade como um todo, e abriu-se para a possibilidade de incubar cooperativas também entre pessoas de renda mais alta que adotam o cooperativismo como opção.

Na última década, as incubadoras universitárias expandiram-se praticamente por todo o território brasileiro, das quais temos a Rede da Unitrabalho e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCPs. A Rede Unitrabalho é uma rede universitária nacional, constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão concretiza-se por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação (UNITRABALHO, 2012).

A missão da Unitrabalho é integrar universidades e trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, busca a síntese do saber da academia com o saber dos trabalhadores e, assim, qualificar a organização e a ação social. Além de contribuir para o fortalecimento das organizações sociais relacionadas com o Mundo do Trabalho, a Unitrabalho busca o fortalecimento das instituições de ensino superior a ela agregadas. Em primeiro lugar, porque

essas instituições têm um papel social a cumprir: o de procurar soluções para os problemas reais das comunidades nas quais estão inseridas e, em um plano mais amplo, para os problemas nacionais. Em segundo lugar, porque somente instituições universitárias sólidas e que absorvam as questões do Mundo do Trabalho no seu 'pensar' e 'fazer' acadêmicos podem contribuir com mais propriedade, consistência e efetividade para a solução dos problemas sociais do nosso país (DINIZ; COSTA; COSTA, 2009).

Como parte das iniciativas de seu Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, a Unitrabalho incentiva e apoia a estruturação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários. As Incubadoras estão sediadas nas universidades filiadas à Unitrabalho e desenvolvem projetos na área de extensão, voltados à criação e ao fortalecimento de empreendimentos autogestionários nos diferentes setores econômicos, em todas as regiões do país (UNITRABALHO, 2012).

Conforme dados obtidos junto ao site da Rede Unitrabalho, atualmente, existem quarenta e quatro incubadoras que fazem parte da Rede, sendo distribuídas da seguinte forma: região norte: 9 incubadoras; região nordeste: 16 incubadoras; região centro-oeste: 6 incubadoras; região sudeste: 7 incubadoras; região sul: 6 incubadoras. No apêndice “B”, constam as incubadoras em suas respectivas regiões, seus coordenadores e a qual universidade estão vinculadas.

Nessa perspectiva, uma incubadora de destaque é da Unisinos, que é uma universidade particular, comunitária, sem fins lucrativos, sediada na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. É considerada a maior universidade católica do Brasil e a maior universidade privada da região sul em número de alunos. Os objetivos que nortearam a criação da incubadora de empresas pela Unisinos estão destacados no seu projeto estratégico, que contempla o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a universidade criou a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, que tem as seguintes finalidades: a) desenvolver o empreendedorismo baseado em compromissos éticos, sociais e legais; b) preparar empreendedores para concepção, implementação de pesquisas, novos conhecimentos e inovações tecnológicas, e para a constituição e gerenciamento de empresas; c) apoiar alunos, ex-alunos, docentes e demais empreendedores nos processos de criação e inovação de produtos e serviços e de constituição de micro e pequenas empresas de base tecnológica, por meio de serviços científicos e técnico-profissionais especializados, espaço físico e ambiente adequado, infra-estrutura técnica, administrativa e operacional básica e orientação ética, social e legal; d) mobilizar capacidades, competências e recursos da Universidade, dos Centros e dos Cursos para a

operacionalização de atividades e serviços de natureza didático-científica e técnico-profissional, necessários à conservação das finalidades da Incubadora de Empresas da UNISINOS; e) constituir oportunidades de complementação de aprendizagem e de atualização científica, profissional e social, para alunos e docentes da Universidade, por intermédio da geração de estágios, de atividades de iniciação técnico-científica, de pesquisas, de consultorias e demais atividades técnico-profissionais; f) incrementar a interação das atividades, recursos e serviços de ensino, pesquisa e extensão com as necessidades e demandas empresariais, com vistas à retroalimentação qualitativa das atividades acadêmicas da Universidade; g) fortalecer as relações da Universidade com o setor produtivo, promovendo transferência de conhecimentos e a aplicação de métodos, técnicas, recursos e tecnologias aos processos de produção e gestão; h) contribuir para o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e sócio-econômico da região (WOLLFENBUTTELL, 2001).

A Unidade de Desenvolvimento Tecnológico – UNITEC - é um projeto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – que abriga uma incubadora de empresas de base tecnológica e um condomínio de empresas. Está localizada em São Leopoldo, no campus da Universidade e integra o Polo de Informática de São Leopoldo, projeto idealizado pela comunidade para alavancar o desenvolvimento da região.

Wollfenbuttell (2001) informa que a administração da incubadora compreende o Comitê Diretor, a gerência e a coordenação acadêmica. O Comitê Diretor, composto por oito integrantes, é o órgão de deliberação técnica e administrativa; a gerência é responsável pela administração operacional da incubadora; e a coordenação acadêmica é o órgão executivo de administração do sistema de apoio científico, tecnológico e de suporte técnico para as empresas incubadas.

Esta incubadora, assim como a maioria das incubadoras, tem como objetivo principal apoiar a formação e a consolidação de micro e pequenas empresas de base tecnológica, estimulando o espírito empreendedor. Para isso, acolhe empreendimentos nascentes, que tenham em seus produtos o conteúdo tecnológico e a inovação, preferencialmente, relacionados com a concepção e o desenvolvimento de software e tecnologias de informática.

Conforme enfatiza Wollfenbuttell (2001), a Universidade oferece às empresas o uso de espaço físico individualizado para a sua instalação e espaço físico compartilhado constituído de sala de reuniões, área de exposição de produtos, sala de treinamentos e auditório. Ainda em nível de infra-estrutura, são colocados à disposição dos

empreendedores os seguintes serviços: fax, internet, telefone, vigilância, limpeza, água e energia elétrica. Além disso, são disponibilizados aos empreendedores suporte técnico para a condução e o desenvolvimento dos seus negócios. Esse suporte consiste em treinamento, consultoria, assistência em questões jurídicas, contábeis, financeiras, mercadológicas e gestão empresarial. As empresas dispõem ainda de acesso aos laboratórios e à biblioteca da Universidade.

Wollfenbuttell (2001) aponta que, em seus dois primeiros anos de funcionamento, cerca de cinquenta empresas candidataram-se a uma vaga na UNITEC, tendo sido selecionados na época oito empreendimentos para o processo de incubação.

De acordo com os dados obtidos junto ao atual coordenador da UNITEC, esta incubadora nasceu com o objetivo de estimular a cultura empreendedora para promover o fortalecimento econômico da região. A UNITEC possui atualmente 30 empresas incubadas. Podem participar da incubadora empreendimentos para a produção de bens e para a prestação de serviços que se caracterizem pelo conteúdo tecnológico e pela inovação dos seus processos e resultados. Os empreendimentos devem ter o conhecimento científico e tecnológico como principal insumo. Empresas em fase de constituição ou já constituídas podem se candidatar a uma vaga na incubadora e os requisitos para fazer parte da incubadora é apresentar um plano de negócios viável com alto potencial de inovação nas áreas de TI, automação, engenharia, semicondutores, comunicação e convergência digital, alimentação funcional, energia renováveis e tecnologias socioambientais.

O coordenador da UNITEC informou que os empreendimentos permanecem incubados por um período de três anos e que o indicador mais utilizado para apontar que o empreendimento está apto para continuar sozinho é o faturamento e o número de empregos gerados, entretanto, a incubadora está revendo o modelo de gestão e definindo novos indicadores. As etapas no processo de incubagem são a apresentação do parque tecnológico, o plano de negócios, incubagem e graduação.

Dentre os vários empreendimentos que obtiveram sucesso, segundo o coordenador, pode-se destacar o caso da SBPA Simulators - Empresa vencedora do Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador 2012 - Categoria Melhor Empresa Incubada.

A incubadora possibilita o uso de espaço físico individualizado para instalação da empresa e espaços físicos compartilhados, como sala de reuniões, área de exposição de produtos, sala de treinamentos e auditório. Outras facilidades e serviços básicos de infraestrutura são disponibilizados aos empreendedores habilitados, mediante condições, obrigações e objetivos estabelecidos em contrato. Além disso, oferece suporte técnico e apoio

científico e tecnológico como treinamentos, consultorias, assistência em questões jurídicas, contábeis, financeiras, mercadológicas e de gestão empresarial. Com a possibilidade de permanência de dois anos e meio como incubada, a empresa ganha oportunidades para novos negócios, acesso a projetos de pesquisa aplicada e trabalhos da comunidade acadêmica.

Outro caso que merece destaque é o Epade/Unifacs. Nunes (2009) aponta que, em 2004, foi fundado o Escritório Público de Pesquisas e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional da Universidade Salvador UNIFACS (Epade/Unifacs). A atividade de incubação do Epade tem como objetivo subsidiar técnica e socialmente empreendimentos de economia solidária, buscando garantir sua viabilidade econômica e fortalecer sua gestão democrática, em três grandes etapas: pré-incubação, incubação e desincubação.

Assim, a pré-incubação permite o desenvolvimento do grupo na sua condição de agente social, produtivo e político em processo de amadurecimento, mas nesta etapa já existem ações para a formação técnica e de autogestão. A incubação é um assessoramento técnico-administrativo e político ao funcionamento da iniciativa econômica, que procura consolidar a formação técnica do grupo e a apropriação dos mecanismos de autogestão necessários ao desenvolvimento. O objetivo é que cada membro do empreendimento entenda o processo técnico e organizacional do funcionamento de um empreendimento solidário em termos teóricos e práticos. A desincubação é o acompanhamento ao processo de autonomização do empreendimento, quando o grupo está em plena atividade (produção, serviço, finanças, comercialização, etc.), vivendo cotidianamente de forma econômica e social de longo prazo (NUNES, 2009).

A autora ressalta:

Se pensarmos em termos de tempo e não de etapas, o processo de incubação dura, no Epade, três anos, em média; no primeiro ano, prioriza-se a formação cidadã, a consolidação do grupo, a formação técnica e organizativa autogestionária e, nos anos seguintes, à medida que a estabilidade do grupo acontece e a viabilidade econômica e social do empreendimento vai se constituindo, prioriza-se a organização institucional, a legalização e o preparo do grupo para “andar com suas próprias pernas”. O acompanhamento do empreendimento é feito diariamente, no local, nos primeiros tempos da incubação e em períodos de cursos; e duas vezes por semana, quando a produção e a comercialização estão mais estabilizadas. Nos momentos de crises internas, problemas financeiros e reciclagem de conhecimentos, volta-se ao acompanhamento diário. Na etapa de desincubação, em geral, há acompanhamento semanal das comissões setoriais de operacionalização e decisão, e quinzenal do grupo como um todo, nas assembleias gerais (NUNES, 2009, p. 151).

No estado do Paraná, uma iniciativa que merece destaque é a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, é um programa de extensão e pesquisa universitária, vinculado à PROEC/UFPR, que envolve alunos, professores e técnico-administrativos de forma interdisciplinar e tem como foco central o cooperativismo, o associativismo e outras formas de Economia Solidária. Localizada na Universidade Federal do Paraná, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares tem sua sede no Setor de Ciências Agrárias, na Rua dos Funcionários, nº 1540 - bairro Juvevê em Curitiba (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Conforme destacam os autores, a missão da ITCP-PR é contribuir com a afirmação da cidadania, através de ações cooperativas, interagindo com movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores e poder público, estimulando a autogestão a partir do princípio do respeito ao saber popular, na busca de geração de trabalho, renda e cidadania.

O público atendido pela ITCP-PR abrange profissionais autônomos, subempregados, desempregados, pessoas sob risco de desemprego e pequenos produtores rurais que estejam à margem dos processos produtivos tradicionais, que tenham interesse no trabalho coletivo, residam em local com baixo índice de desenvolvimento humano e que busquem inserir-se no mercado de trabalho. Os trabalhos desenvolvidos por esta incubadora acontecem no sentido de assistir aos projetos parceiros, direcionando os resultados de pesquisas e de esforços para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades em que trabalham. De início oferecem formação em economia solidária para que a comunidade conheça a doutrina e as implicações de trabalhar coletivamente. A seguir, identificam uma proposta de trabalho e elaboram coletivamente um plano de negócio, passando ao trabalho efetivo dentro dos modelos associativista e cooperativista (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Esses autores realizaram um retrospecto desse programa, que se iniciou em junho de 1998, quando um grupo de professores da UFPR participou do Seminário Nacional de Divulgação de Incubadoras de Cooperativas promovido pela Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ.

Na Universidade Federal do Paraná, esta proposta foi apoiada pela administração central e coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, através da então Coordenadoria de Apoio à Cidadania – CAC. No governo federal, o projeto de geração de trabalho e renda teve administração do Ministério do Trabalho, e nos estados era executado pelas Secretarias do Trabalho. No Paraná, em 1999, o “Programa de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo” foi incorporado pelo PLANFOR. Suas ações eram financiadas pelos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e também pela UFPR. Por meio deste programa, a Universidade Federal do Paraná não só se aproximou de

movimentos sociais e organizações comunitárias, mas também passou a atuar nos programas específicos para esta finalidade, em conjunto com os governos estadual e municipal (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Na sequência, os autores retratam que, no ano de 2006, com a implantação da UFPR Litoral, a extensão consolidou-se no projeto ITCP, tendo em vista sua atuação específica na região litorânea. Atualmente, como resultante do processo permanente de avaliação de ações e resultados, percebe-se a necessidade de ampliação dos efeitos multiplicadores das ações da ITCP, tanto em Curitiba quanto no litoral, assim como em Tunas e em Foz do Iguaçu. Este trabalho compromete-se com o processo de desenvolvimento local endógeno e fornece as bases para a concretização da organização de redes solidárias; o que contribui para ampliar as condições de sustentabilidade dos empreendimentos assistidos. Nesta perspectiva, a ITCP não só atua no processo de incubação, como também busca o fortalecimento da comunidade, a partir do desenvolvimento local.

Integrante da Rede Universitária de Cooperativas Populares, a UFPR passou a compor também a Rede das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos. Isto possibilitou a intercooperação entre dezenove universidades latino-americanas, por meio do incentivo à produção científica, sob a coordenação da Universidade de Sherbrooke, Canadá, financiada pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional ACIDI (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Para os autores o processo metodológico de incubagem pressupõe a construção participativa da formação continuada em Economia Solidária, Cooperativismo e Associativismo, em uma perspectiva autogestionária e está composta de quatro etapas:

- 1^a) ações de pré incubagem
- 2^a) curso básico de cooperativismo
- 3^a) incubagem
- 4^a) avaliação continuada.

Esses autores informam que, na primeira etapa, pré-incubação, é promovido um Diagnóstico Participativo de Cooperativas (DPC), a partir de reuniões, oficinas e encontros de capacitação e assessoria, tanto com os técnicos envolvidos no projeto quanto com os grupos de trabalhadores partícipes.

Embasado no eixo central de capacitação, assessoria e acompanhamento, este processo tende a delinear não apenas os passos seguintes da incubação, mas também os parâmetros básicos para se projetar as metas a serem alcançadas durante e depois da incubação. Nessa etapa, junto com o grupo de cooperados, a partir de oficinas sobre a

organização de cooperativas, estuda-se o negócio e o mercado enquanto empreendimento econômico e social.

O passo seguinte consiste na realização de oficinas capazes de fomentar a reflexão sobre as doutrinas e a filosofia do cooperativismo, articulando-as com os conceitos mercadológicos. Nesta fase, o grupo dispõe de algumas consultorias específicas relacionadas ao estudo do mercado de seu interesse, e recebe apoio para analisar as potencialidades do empreendimento que pretende trabalhar.

Finalmente, o grupo estuda os principais elementos da legislação cooperativa para poder elaborar o estatuto e legalizar o empreendimento cooperativo. Sua duração corresponde a uma média de 04 a 06 meses, dependendo da especificidade do grupo e do tipo de atividade escolhida para o empreendimento. A partir daí é possível projetar ações que contribuam para o desenvolvimento local e para a formação de redes solidárias.

Bergonsi e Lacerda (2007) enfatizam que, na perspectiva de estimular um processo de formação continuada, na segunda etapa é realizado um curso introdutório de cooperativismo, associativismo e outras formas de economia solidária. Também é elaborado um Pré-Estudo de Viabilidade Econômica. Esta etapa antecede a avaliação, pois procura levantar e avaliar dados econômicos sobre o objeto de trabalho proposto, relacionando-os com o desenvolvimento do grupo, em diferentes aspectos, no decorrer do processo de formação.

Por conseguinte, a terceira etapa apresentada por esses autores só começa após a constituição da organização cooperativa enquanto pessoa jurídica, e ocorre durante um período que varia de 18 a 24 meses. A partir do processo de capacitação, de assessoramento e de acompanhamento permanente, ocorre a chamada Consolidação Cooperativa (CCO) do grupo. A CCO é composta por uma série de oficinas de trabalho, visando análise de cenários de negócios; estratégia de participação e educação cooperativa; plano estratégico e de negócios cooperativos; gestão organizacional, gestão financeira e de pessoal; estratégias de comunicação e plano de marketing cooperativo; sistemas de controle; organizações em rede, entre outros. Esse processo requer que a participação dos cooperados torne-se cada vez mais pró-ativa na direção da articulação, da apropriação e da inserção do seu negócio no mercado, a partir da oferta de novos produtos e/ou de serviços diferenciados e inovadores. Nesta etapa, acontecem muitas consultorias específicas de acordo com o tipo de atividade da organização e a necessidade do trabalho.

Por fim, Bergonsi e Lacerda (2007) citam que, é na quarta etapa, procura-se avaliar a qualidade dos profissionais cooperados, a qualidade dos serviços das cooperativas, a organização do grupo, a participação política das cooperativas e suas inserções no debate

local. Os resultados são analisados e servem de subsídio para mudanças e realinhamento constante do trabalho e verificação da efetividade do programa. Nesta fase, ocorre também a desincubação que se constitui por oficinas de autoavaliação e de estratégias de crescimento (AEC) que priorizam, sobretudo, a inclusão da cooperativa em redes de cooperação, de projetos locais, de financiamentos e de negócios. As oficinas abordam temas referentes à articulação e estratégia de ampliação; diversificação do negócio; mecanismos de autoavaliação e técnicas de resolução de problemas e conflitos em cooperativas.

O processo de avaliação é conjunto – equipe e cooperativas – tanto do trabalho da ITCP, quanto da ação da cooperativa. O cumprimento dos valores e dos princípios cooperativos será avaliado pelo balanço social cooperativo, instrumento que permite medir a responsabilidade social de cada uma das cooperativas. Os indicadores são singularizados para cada caso e variáveis para cada princípio cooperativo (BERGONSI; LACERDA, 2007).

Quando a associação/cooperativa atinge a maturidade, a ITCP-PR não nega a sua assessoria, porém retira gradativamente sua presença para que o grupo possa fazer sua autogestão e, dessa forma, a incubadora tenha a possibilidade de aceitar novos projetos.

Os autores citados apresentam os projetos atendidos pela ITCP-PR:

a) Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária e Desenvolvimento local:

- Projeto Aprotunas
- Projeto Escola São Francisco
- Projeto Ouro Fino
- Projeto Coembra
- Projeto Coopermandi

b) Incubação de Empreendimentos Turísticos de Sustentabilidade e Economia Solidária:

- Projeto Foz do Iguaçu
- Projeto Paranaguá

Entretanto, a trajetória da economia solidária em Londrina ainda é recente. Nessa parte, será retratado as principais etapas pelas quais se passou na criação e implementação do Programa de Economia Solidária do Município de Londrina, bem como os seus atores e os objetivos propostos segundo a exposição de Nishimura (2005) em sua dissertação de Mestrado, que traz como tema: “Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina.”

Segundo Nishimura (2005), a história da Economia Solidária em Londrina teve início em 2003, através do programa fome zero do governo federal, que preconizava abarcar não só ações mais emergenciais como também o desenvolvimento de ações estruturantes que buscassem a autonomia das pessoas. Nesse sentido e em virtude de certa proximidade ideológica entre os governantes da esfera federal e a municipal, o poder local londrinense organizou-se e desenhou um programa que ia ao encontro dos objetivos acima traçados.

Assim, com a participação de técnicos de diferentes secretarias municipais, como a Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, Companhia de Desenvolvimento de Londrina – CODEL, Projeto 1000 ONGS, Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina – PROVOPAR – Londrina, elaborou-se a proposta preliminar do programa Londrina fome zero que, após discussões, teve incorporação das secretarias municipais de Saúde, Educação e Idoso.

Nishimura (2005) relata que a história da economia solidária em Londrina teve o seu início com a realização do I Encontro de Economia Solidária, em agosto de 2002, com a participação de Euclides Mance, filósofo e um dos principais teóricos da economia solidária; autor de vários livros, dentre os quais se destacam: *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual* (1999) e *Redes de colaboração solidária – aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação* (2002).

Em Londrina, Mance reuniu-se com técnicos das secretarias Municipais de Assistência Social, da Mulher, da Agricultura e Abastecimento e CODEL para discutir a realidade da cidade e o seu potencial para o desenvolvimento da economia solidária. Foi identificada, ainda, por meio de consulta a diferentes secretarias, a existência de grupos de geração de renda que, de alguma forma, recebiam algum tipo de apoio, por intermédio das secretarias da Mulher, Assistência Social e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU.

No processo de concepção do projeto de economia solidária em Londrina, em agosto 2002, e com a colaboração de Mance, foram listadas as seguintes proposições (NISHIMURA, 2005, p. 83):

- a) mapeamento do consumo atual da rede de serviços em geral, como forma de identificar o que representa necessidade que poderá ser suprida por grupos de produção;
- b) viabilização de assessoria técnica que contribua na orientação quanto às estruturas formais e legais a serem viabilizadas (ex. organizações cooperativas, associativas, microempresariais, etc.);
- c) viabilização de formas e estratégias legais que permitam a prestação de contas de aquisição de produtos de economia solidária junto ao poder público;
- d) gestão, junto à universidade, para a formação de grupos técnicos de assessoramento e desenvolvimento da proposta de incubação;
- e) organização de um fórum municipal para que se discuta e seja desenvolvida a ideia de rede e o estabelecimento de critérios de avaliação de empreendimentos solidários;
- f) mapeamento regionalizado da produção, do consumo produtivo no sentido de promover o cruzamento entre o que se produz e o que se consome no município como um todo e nas regiões;
- g) identificação, nas comunidades, de espaços públicos (escolas, instituições, igreja etc.), potenciais locais e estruturas para divulgação do consumo solidário;
- h) viabilização de discussões e seminário nas comunidades para avaliar potencialidades de ações de economia solidária;
- i) capacitação das equipes para assessoria;
- j) proposta de legislação municipal que contribua com o processo de economia solidária (tributos municipais etc.);
- k) envolvimento da educação no que se refere à discussão com os alunos e com a organização do consumo junto às associações de pais e mestres;
- l) integração da população inserida nos programas de renda mínima;
- m) instituição de comissão gestora interdisciplinar e intersetorial;
- n) reformatação dos programas municipais em desenvolvimento para que se estruturam dentro da proposta da economia solidária;
- o) identificação de locais de concentração de trabalhadores para instituição de processos de compra programada (encomendas);
- p) definição de logomarca para identificar os empreendimentos solidários;
- q) estrutura de comercialização dos produtos advindos da economia solidária;
- r) inserção do município e das ações já realizadas no portal paranaense da economia solidária;
- s) análise da possibilidade de implementação de “Clubes de Troca” com moeda social.

A partir das proposições definidas com Mance, uma comissão composta por técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento, CODEL, Projeto 1000 ONGS responsabilizou-se pela construção de um projeto de Economia Solidária em Londrina que incorporou, em 2003, um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero.

As propostas contidas no programa de Economia Solidária são:

- a) compras coletivas - consiste em apoiar e incentivar os grupos de geração de renda a adquirirem insumos para a produção, de forma coletiva, para que possa baratear o custo e melhorar a qualidade. Essa prática contribui para a difusão do conceito da Economia Solidária, fortalecimento da rede de produção e consumo solidários e o fomento a grupos para produção de insumos necessários já utilizados na cadeia produtiva;
- b) Incubadora Solidária – INSOL – constitui-se não como espaço físico de incubagem para produção, mas enquanto apoio, orientação, acompanhamento e assessoria aos grupos de geração de renda, ocorrendo dentro do espaço próprio já utilizado para a produção ou, em certos momentos, em espaços da comunidade local/regional e ou central, conforme a necessidade apresentada;
- c) Grupo de Consumo Solidário – caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que estimulem a formação de grupos de consumo solidário, a partir de locais estratégicos com concentração de pessoas em um mesmo lugar, o que se configura em espaços religiosos, de trabalho, de lazer, entre outros. A constituição de grupos de consumo solidário permite às pessoas adquirirem, de forma sistemática, produtos advindos de empreendimentos solidários, produzidos não sob a ótica da exploração do trabalho alheio, mas como resultado de uma produção coletiva;
- d) estímulo para o Consumo Solidário – consiste em desenvolver e viabilizar estratégias para difundir a economia solidária, objetivando gerar o estímulo para o consumo solidário. Significa que, além de inserir a Economia Solidária na agenda pública, ela deve estar presente na agenda comunitária e política. Isso requer um esforço que possa mobilizar a sociedade londrinense por meio de feiras municipais, feiras descentralizadas, eventos de formação, entre outros, assim como o estabelecimento de mecanismos que propiciem aos segmentos estratégicos, como escolas, centros de educação infantil, etc., adquirirem produtos advindos da economia solidária;
- e) Cooperativa de Crédito Solidário – configura-se enquanto uma estratégia de organização dos produtos rurais familiares em sistema de cooperativa de crédito, visando à melhoria das condições de trabalho e de vida do agricultor familiar e de sua família (CRUZ, 2008, p.4).

Na visão de Nishimura (2005), para se viabilizar tal programa, era necessário um conhecimento mais preciso dos grupos de geração de trabalho e renda existentes no município; e, em maio de 2003, iniciou-se a parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio da Pró-Reitoria de Extensão à Comunidade, com a participação da área de Administração e a equipe do programa Londrina Fome Zero, para a construção de um instrumento de mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda.

Nishimura (2005) ainda relata que a estratégia utilizada para a realização do mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda foi contemplar diferentes objetivos para um mesmo momento, ou seja, a realização de um evento formativo, informativo, de troca de experiência, que pudesse, simultaneamente, mapear os grupos presentes.

No mapeamento realizado, levantaram-se informações como: número de participantes, tipo de produção, endereço para contato, local de produção, maiores

dificuldades, escolaridade dos membros, cursos já efetuados pelos participantes e a existência ou não de documentação por parte do grupo, visando identificá-los, em uma primeira parte do processo.

Na segunda etapa, a autora informa que foi desenvolvido um conjunto de outras atividades complementares ao mapeamento ocorrido anteriormente e que desencadearam três linhas de ação do programa de Economia Solidária, a saber: apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; capacitação conceitual, técnica e de gestão, e apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

Por fim, Nishimura (2005) apresenta essas linhas operacionais do Programa de Economia Solidária do Município de Londrina da seguinte forma: a primeira linha é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros, uma vez que tal programa constitui um impeditivo legal; a segunda linha de ação do programa que é a capacitação técnica de gestão e conceitual, busca por meio destas três dimensões, a implementação de ações qualitativas e quantitativas mais ampliadas no campo da economia solidária.

A capacitação técnica tem por objetivo a qualificação e o aperfeiçoamento do fazer, o que inclui novas técnicas e o próprio desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas. A capacitação de gestão envolve os processos de gestão inerentes a todos os empreendimentos solidários, como controle de estoque, pedidos, gastos, comercialização, documentação entre outros, processos que permitem a transparência das informações a todos os membros do grupo e que podem subsidiar o planejamento das ações e controles coletivos. Na capacitação conceitual, são trabalhados elementos presentes na economia solidária, que a diferenciam de uma prática excludente, cujo processo ocorre em discussões mais ampliadas, entre grupos, assim como no cotidiano dos grupos. A terceira linha de ação é a de apoio à construção à rede solidária de produção, comercialização e consumo (NISHIMURA, 2005).

Na atual época, o Programa de Economia Solidária do Município de Londrina encontra-se em uma fase bem mais desenvolvida, atendendo trinta e nove grupos de geração de trabalho e renda. O programa conta as instalações do Centro Público de Economia solidária de Londrina, obra que foi financiada com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo este órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego e também com recursos do próprio município.

De acordo com Nishimura (2005) as áreas de atuação dos empreendimentos de Economia Solidária basicamente concernem às áreas de alimentação, artesanato, reciclados (papel, tecido), confecção e prestação de serviços, os empreendimentos econômicos solidários

que integram o programa de economia solidária de Londrina reúnem usuários e usuárias da assistência social, indígenas, contemplados pela bolsa família, desempregados, agricultores familiares (público--alvo da assistência social etc.) que definem a atividade a desenvolver no grupo de geração de renda por experiência, habilidades, cursos, desejos das pessoas, necessidades da comunidade etc.

Ainda conforme esta autora, os empreendimentos solidários do Programa de Economia Solidária de Londrina estão espalhados por todas as regiões da cidade. Por isso, os técnicos dos centros regionais de assistência social – CRAS - assumem um papel importante junto aos grupos de geração de renda localizados em diferentes regiões, nos quais se encontram os grupos de geração de renda. Cada CRAS designa uma assistente social de referência para este trabalho de apoio e acompanhamento dos grupos (a cidade está dividida em região norte, sul, leste, oeste, rural e centro). Pode-se realçar que o programa de economia solidária de Londrina pauta-se pela organização de um conjunto de ações e projetos como:

- a) projeto de assessoria aos empreendimentos que faz o acompanhamento (desde a organização até após a estruturação do grupo), a capacitação na área de gestão e processos administrativos (instituir instrumentos de gestão), a monitoria, a capacitação conceitual (formação) e a viabilização dos empreendimentos solidários;
- b) projeto investimento solidário que define como, onde, de que forma produzir. Apoia-se na aquisição da matéria prima (pois é a principal dificuldade dos grupos), por meio do fomento à aquisição de matéria prima feita pela prefeitura de Londrina. Desta forma, o grupo tem que destinar uma porcentagem dos seus rendimentos à comunidade local onde se encontra inserida (asilos, grupos de capoeiras, etc.) ou terá que ensinar a atividade fim do empreendimento;
- c) projeto rede solidária consiste na associação entre grupos comunitários, organizações religiosas, da sociedade civil e estatal com o intuito de fortalecer a economia solidária por meio de parcerias e união de esforços entre esses grupos através do desenvolvimento de atividades conjuntas como feiras descentralizadas, nos lugares de grande movimentação em datas comemorativas, etc.;
- d) projetos oficinas solidárias, o intuito desse projeto é levar reflexão e discussão sobre economia solidária e o programa municipal de economia solidária aos públicos propensos (alvos) para que assim se possa estimular e propagar iniciativas de economia solidária na cidade;
- e) finalmente o projeto educação para o consumo crítico que objetiva o desenvolvimento de oficinas de conscientização para a importância do consumo solidário como forma de abertura da economia solidária ao consumo que gera renda justa. Entre as ações do projeto destaca-se a ação de consumo consciente que é levada a cabo em parceria com o PROCON e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) que objetiva discutir o consumo sob a ótica do meio ambiente, da defesa do consumidor e da economia solidária e também a ação envolvendo a Secretaria Municipal da Educação e o Núcleo Regional de Ensino, para um trabalho de divulgação e educação junto às crianças da 5ª a 7ª série,

que visa aliar comunidade consciente, pensante, crítica, renda e forma de organização (NISHIMURA, 2005).

Perante todas as informações apresentadas sobre incubadoras em diferentes regiões brasileiras e sobre a experiência de economia solidária em Londrina, apresenta-se no próximo capítulo o percurso metodológico utilizado neste estudo como fator delineador das etapas de realização da presente pesquisa.

CAPÍTULO 4

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia de pesquisa realizada neste trabalho que está estruturada da seguinte forma: classificação, natureza da pesquisa; unidade de análise; instrumentos de coleta de dados; análise dos dados e categorias de análise, que são as perguntas de pesquisa que orientaram este estudo.

A razão do seu desenvolvimento é alinhar os conceitos e objetivos iniciais em ferramentas e técnicas capazes de buscar, de uma maneira satisfatória, elementos e informações empíricas que respondam ao objetivo proposto neste estudo.

A caracterização da linha epistemológica da presente dissertação pode ser identificada como pesquisa crítica. A investigação crítica é variada e flexível, e assume uma forma específica quando aplicada ao estudo de um fenômeno particular. Em específico neste trabalho, a abordagem crítica justifica-se pelo fato de se fazer a análise a partir de possíveis contradições e embates das informações que serão obtidas, analisando as falas dos envolvidos no processo.

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, pois se objetivou descrever o processo de criação, implementação e o momento atual dos empreendimentos econômicos solidários fomentados pelo programa de economia solidária do município de Londrina. Pretendeu-se compreender fenômenos de ordem subjetiva, buscando sua compreensão.

Para Minayo (2004), a pesquisa qualitativa é a que consegue transcrever o dinamismo da vida social e coletiva e seus significados, que são seu próprio fundamento, afinal, sem interpretação e significado não há ação social. Assim, como o objetivo da pesquisa qualitativa está relacionado a significados, sua validade não está em números ou estatísticas, mas na descrição da realidade a partir do ponto de vista dos que a vivenciam.

De acordo com Triviños (1995), a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida, a coleta e a análise dos dados não são divisões estanques. As informações que se recolhem, conforme vão sendo interpretadas podem originar a exigência de novas buscas de dados. Desta maneira, o pesquisador tem a obrigação, se não quer sofrer frustrações, de estar preparado para mudar suas expectativas frente a seu estudo.

O foco essencial desta pesquisa foi identificar e compreender os avanços e contradições existentes entre o ideal emancipatório preconizado pela economia solidária e a práxis vivenciada no Centro Público de Economia Solidária (CPES), na cidade de Londrina,

PR, ou seja, compreender como o CPES de Londrina vivencia os princípios emancipatórios preconizados pela economia solidária.

A opção por se realizar uma pesquisa qualitativa, deve-se ao fato de se tentar compreender o fenômeno partindo da própria perspectiva dos atores diretamente envolvidos.

Por fim, a abordagem qualitativa deste trabalho justificou-se também por objetivar a compreensão de uma realidade em profundidade, onde não se tem hipóteses pré-definidas, pois se tentou produzir o conhecimento, utilizando o contexto como fonte direta de dados, buscando-se compreender um tema específico, em que as variáveis ainda não estão determinadas e previamente descritas; já a pesquisa descritiva justificou-se por procurar descrever a realidade pesquisada na incubadora CPES e a classificação como pesquisa exploratória deve-se ao fato de estar pesquisando algo novo, que não esteja sendo exaustivamente explorado e que tem muito ainda a ser pesquisado.

A unidade de análise da presente pesquisa é o Centro Público de Economia Solidária de Londrina-PR.

A estratégia utilizada, no presente estudo, consiste em um estudo de caso descritivo, pois procurou-se compreender uma realidade em específico, ou seja, a realidade vivenciada pelo Centro Público de Economia Solidária de Londrina.

Godoi, Bandeira-De-Melo e Silva (2010), baseada em Goode e Hatt (1968, p. 421), caracteriza o estudo de caso como “um método de olhar a realidade social” que utiliza um conjunto de técnicas de pesquisa usuais nas investigações sociais como a realização de entrevistas, a observação, e análise de documentos e a coleta de histórias de vida. Para esses autores, o estudo de caso se constitui em um meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado.

A pesquisa utilizou duas técnicas de coleta de dados: a análise documental e entrevistas semiestruturadas. O primeiro momento da pesquisa analisou documentos oficiais do CPES (estatutos, atas e relatórios), buscando informações como: número de empreendimentos participantes, número de membros em cada empreendimento, localização, ramo de produção e tempo de funcionamento.

A análise documental é entendida aqui como um conjunto de operações, visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente da original, com o fim de facilitar, em momento posterior, a consulta. O trato com os documentos ainda terá a finalidade de transformar dados brutos em dados que sirvam diretamente para a compreensão do determinado fenômeno em estudo, facilitando, dessa forma, a obtenção de informações

pelo observador (BARDIN, 2002).

No segundo momento, ocorreu a coleta de dados primários, composto por entrevistas semiestruturadas mediante um roteiro previamente definido (Apêndice A). Este roteiro foi composto por perguntas de pesquisa que tiveram a função de orientar o trabalho do pesquisador em sua busca por respostas durante a investigação. Vale salientar que este roteiro serviu apenas como base para a entrevista e não como um roteiro inflexível, pois, dependendo das respostas dos entrevistados, ele pode levar o pesquisador a reformular alguma questão no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas junto às duas coordenadoras do CPES, na cidade de Londrina, a primeira iniciou as atividades e coordenou o programa até o ano de 2010 e a segunda está em atuação até o momento. As entrevistas e análises ocorreram no período de julho a outubro de 2012.

Entrevistas semiestruturadas visam obter do entrevistado os aspectos mais relevantes de determinado problema: as descrições de uma situação em estudo. Por meio de uma conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. Este tipo de entrevista procura saber o que, como e por que algo ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita (RICHARDSON, 2008).

No que se refere à entrevista, Lüdke e André (1986) destacam que este método possui uma grande vantagem sobre as outras técnicas, ao permitir a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Neste trabalho, os dados foram analisados por intermédio do cruzamento das informações obtidas por meio das duas técnicas utilizadas para a coleta dos dados, a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Foi traçado um paralelo entre análise documental e entrevistas, procurando confrontar os dados coletados com o intuito de identificar os limites e os avanços do processo de incubagem dos grupos pesquisados. Houve ainda a confrontação entre as respostas das coordenadoras do programa.

Como o presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa, existem perguntas de pesquisa e não hipóteses. Triviños (1995) afirma que, nos trabalhos qualitativos, as perguntas têm a função de orientar o trabalho do pesquisador em sua busca por respostas durante a investigação. De acordo com Flick (2009), a reflexão e a reformulação das questões de pesquisa constituem pontos centrais de referência para a avaliação da apropriabilidade das decisões tomadas pelo pesquisador, em vários momentos, tornando-se relevante na decisão

sobre os métodos para a coleta de dados. E outro ponto importante para a definição das perguntas, conforme salienta Flick (2009), são os critérios essenciais para a avaliação de questões de pesquisa, que abrangem sua solidez e clareza, e também a possibilidade de respondê-las dentro da estrutura de recursos determinados e limitados.

Portanto, esta dissertação tem como categorias de análise as seguintes perguntas:

- Em que contexto histórico, econômico e social se deu a implantação do Centro Público de Economia Solidária em Londrina?
- Como é exercida a coordenação e qual a proposta inicial do CPES?
- Na dimensão do ato associativo, como são estabelecidos os critérios para incubagem dos empreendimentos e como são articuladas as individualidades e conflitos rumo à emancipação e consolidação dos empreendimentos?
- Na dimensão econômica, quais as limitações do Programa de Economia Solidária que impactam na produção, distribuição ou prestação serviços? A que ponto avança economicamente rumo à autonomia?

Dessa forma, após apresentado o percurso metodológico e as categorias de análise que delinearão esta dissertação, apresenta-se no capítulo 5 os dados e informações obtidos, bem como a análise realizada.

CAPÍTULO 5

DADOS E ANÁLISE - CONVERSANDO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Conforme relata Nishimura (2005) em sua dissertação de mestrado, a implantação do Programa Municipal de Economia Solidária no município de Londrina aconteceu em agosto do ano de 2005, sendo resultado de um trabalho desencadeado por meio do Programa “Londrina Fome Zero”, em 2003, que contemplava em um dos eixos a capacitação profissional e a geração de renda.

De acordo com informações obtidas por meio da análise documental, verificou-se que os Centros Públicos são espaços de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, e por este motivo, é preciso a participação de todos os atores envolvidos desde o início do processo.

É importante destacar o papel que os Centros Públicos de Economia Solidária podem cumprir no fomento a processos de desenvolvimento local. A possibilidade de um centro que abrigue a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além de abrigar empreendimentos que estejam iniciando suas atividades, é uma importante ferramenta da economia solidária, uma vez que eles devem estar voltados para elaboração e construção de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local.

Os centros públicos de economia solidária são apoiados pelo MTE com recursos orçamentários do Tesouro Nacional, destinados ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, Ação Centros Públicos de Economia Solidária, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Tal Programa é parte integrante do PPA – Programa Plurianual 2008/2011, na rubrica Economia Solidária em Desenvolvimento (BRASIL, 2003).

Os recursos orçamentários serão disponibilizados conforme segue abaixo:

1. *investimento*: destinados à finalidade de implantação de centros públicos de economia solidária. Compreende o apoio a projetos que prevejam despesas de reforma de espaço físico de propriedade do poder público proponente, a aquisição de material permanente, equipamentos, mobiliário, inclusive equipamentos de informática e audiovisual, móveis, maquinários, utensílios e outros itens necessários a serem utilizados nas atividades dos Centros Públicos de Economia Solidária;

2. *custeio*: destinado ao apoio das atividades desenvolvidas pelos Centros Públicos de Economia Solidária que já estejam em funcionamento, tais como:

- a) cursos, palestras, oficinas, seminários e encontros para a divulgação da economia solidária;
- b) oficinas e cursos de capacitação de trabalhadores de economia solidária;
- c) extensão, consultoria e apoio técnico aos empreendimentos de economia solidária;
- d) passagens e diárias para intercâmbio de empreendimentos de economia solidária e instituições que trabalhem com o tema na cidade, com empreendimentos de outras cidades, que estejam em funcionamento, feiras, seminários, dentre outros;
- e) feiras e amostras da produção local e regional de economia solidária;
- f) produção de manuais e livros técnicos para qualificação dos empreendedores de economia solidária;
- g) produção de material gráfico educativo e informativo para divulgação da economia solidária junto à escolas, eventos e outros espaços de participação da sociedade civil;
- h) formação de quadro técnico para atuação na mobilização, sensibilização, articulação e organização de Redes de Economia Solidária;
- i) mapeamento de ações de Economia Solidária no âmbito municipal e regional;
- j) desenvolvimento de tecnologias sociais para produção, comercialização, cadeias produtivas;
- k) outras ações não previstas que venham a ser consideradas imprescindíveis para a promoção da economia solidária (BRASIL, 2003).

No que tange ao público beneficiário, conforme consta no termo de referência do MTE, são beneficiários diretos e prioritários dos centros públicos os empreendimentos econômicos solidários, urbanos e rurais localizados em qualquer parte do território nacional. São beneficiários indiretos os familiares dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento com atuação na economia solidária.

Os objetivos dos Centros Públicos de Economia Solidária, elencados no termo de referência do MTE, são:

1. disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e a organização de trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária;
2. disponibilizar espaço físico e infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados à economia solidária;
3. abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
4. abrigar atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
5. disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
6. promover nas suas dependências atividades de incubação de empreendimentos solidários;
7. fortalecer as redes de comercialização dos produtos originados na economia solidária;
8. constituir quadro técnico e infraestrutura nas administrações locais com condições de fomentar a expansão da economia solidária;
9. formar rede de políticas públicas locais de economia solidária;
10. promover intercâmbio de empreendimentos econômicos solidários em nível local, regional e nacional;
11. contribuir para elaboração e execução de políticas de economia solidária em nível local (BRASIL, 2003).

Costa e Nishimura (2010) ressaltam que os objetivos do Centro Público procuram alcançar as diferentes dimensões para que, de fato, possa constituir-se como um dos espaços de referência da Economia Solidária.

Os Centros Públicos de Economia Solidária contam com o envolvimento e a participação de todos os setores que compõem a diversidade da economia solidária no Brasil, tais como:

1. empreendimentos econômicos solidários;
2. organismos de representação sindical que desenvolvam ações relacionadas com o tema economia solidária;
3. universidades;

4. organizações não governamentais;
5. representantes das três esferas de governo;
6. instituições de microcrédito;
7. redes de empreendimentos econômicos solidários;
8. centrais, associações e outras instituições que tenham envolvimento com o tema;
9. fóruns estaduais, regionais e municipais de economia solidária;
10. outros fóruns e movimentos que tenham envolvimento com a economia solidária;
11. outros atores considerados importantes para a construção da economia solidária (BRASIL, 2003).

A administração dos Centros Públicos de Economia Solidária, conforme o termo de referência, deve ter como gestor um Conselho de Gestão – CG, que deve estabelecer seu regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras instâncias a ele vinculadas.

A responsabilidade pela administração executiva dos Centros Públicos de Economia Solidária é da instância governamental proponente, que terá a iniciativa de chamar os diversos atores (item 1 – Da Composição, abaixo) para dar início ao processo de escolha dos membros do CG.

1 – Da Composição do Comitê de Gestão - CG

O CG deve representar a diversidade dos atores que compõem a economia solidária e deve garantir um mínimo de 60% de representação da sociedade civil, deverá ser composto por no mínimo dois terços de representantes de empreendimentos econômicos solidários.

A representação governamental compreende 40% do total dos membros. Sempre que possível sua composição deverá ter representantes do poder público municipal, estadual e federal.

2 - Atribuições do Comitê de Gestão - CG:

- a) decidir sobre o acolhimento de novos parceiros a agregarem-se ao Centro;
- b) decidir sobre a ocupação e a distribuição dos espaços dentro do Centro;
- c) decidir sobre as atividades e eventos a serem realizados dentro do Centro;

- d) discutir e definir o planejamento anual das atividades do Centro;
- e) garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas dentro do Centro;
- f) acompanhar a execução dos convênios relativos às atividades dos Centros Públicos;
- g) agregar novas atribuições às suas competências, quando assim julgar necessário;
- h) realizar audiências públicas para discussão de pautas relacionadas à gestão, definição de políticas, prioridades de alocação dos recursos financeiros e outras que o CG julgue pertinente.

3 – Do mandato e escolha dos membros do CG

O mandato de cada membro do Conselho de Gestão será de 2 (dois) anos, cuja escolha observará o seguinte procedimento:

- a) para os representantes da sociedade civil, as regras de escolha e inscrição devem ser estabelecidas previamente por edital público;
- b) no caso dos gestores governamentais, seus representantes devem ser designados, sempre que possível, por órgãos que tenham políticas direcionadas de economia solidária.

4 – Das consultas públicas

A consulta pública é um instrumento de participação popular em que o interessado submete à aprovação da sociedade civil uma determinada ação cujos benefícios serão de interesse da população local. É um instrumento de apoio ao processo decisório para a implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária, que visa dar total transparência à sua consecução. O debate amplo e aberto sobre a proposta de Centro Público é o que a SENAES/MTE busca garantir ao propor essa forma de participação.

Os Centros Públicos de Economia Solidária devem estar comprometidos com os princípios que regem a economia solidária e promover a ampla participação de todos os envolvidos com a promoção e a difusão da economia solidária.

Nesse sentido, é obrigatória a inclusão, no seu regimento, da realização de pelo menos uma consulta pública por ano, seja ela audiência pública (preferencialmente) ou outro instrumento congênere que permita a participação popular, em que serão definidas as prioridades orçamentárias e estratégicas do centro público, além da prestação de contas das

atividades desenvolvidas no exercício anterior.

O Decreto Municipal nº 373/2007, que nomeia o Conselho Geral de Gestão, busca a participação dos diferentes atores e atrizes na construção e desenvolvimento das atividades do Centro Público de Economia Solidária. Composto por 16 membros, dentre os quais 6 trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária, 2 representantes de entidades de assessoria e fomento e 8 funcionários públicos municipais do campo da Economia Solidária. As atribuições do Conselho consistem em deliberar e fiscalizar as ações executadas no Centro Público, decidir sobre novos parceiros, definir a ocupação e distribuição do espaço físico, definir o planejamento e garantir o bom andamento das atividades, com mandato de um ano e meio e reunindo-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente conforme a necessidade. Os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária são escolhidos em reuniões descentralizadas nos diferentes territórios (norte, sul, leste, oeste, centro e rural) que definiam o perfil e os critérios para a eleição de seus representantes (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Os autores apontam que o suporte à comercialização ocorre por meio da loja com produtos da Economia Solidária que funciona no local, ressaltando que o espaço foi planejado e socializado entre os diferentes empreendimentos solidários.

Os empreendimentos que participam da comercialização estão voltados à produção de alimentos, confecção e artesanato. São compostos com a presença maciça de mulheres atendidas nas áreas da assistência social, direitos, saúde mental e/ou vivendo situação de desemprego, em busca de estratégias de sobrevivência ou de complementação de renda profissional e/ou familiar.

Para seu funcionamento, foi estabelecido um sistema de rodízio, no qual 2 trabalhadores e/ou trabalhadoras permanecem de segunda à sexta, das 09:00 h às 17:00 h, e aos sábados das 09:00 h às 13:00 h. A vinda dos que estão escalados para o trabalho da loja é custeada pelos próprios empreendimentos. Há reuniões mensais para discussão, avaliação e tomada de decisões referentes às comercializações realizadas no Centro Público e também daquelas que acontecem em outros espaços como feiras descentralizadas, feira da Economia Solidária e eventos internos e externos (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Os autores ainda destacam que, por se tratar de um espaço que se encontra sob a responsabilidade do Poder Público e para a garantia do seu uso por parte dos empreendimentos solidários, há um termo de cessão de uso do espaço, assinado entre as partes, no qual são estabelecidas obrigações, direitos e responsabilidades mútuas.

Além da comercialização, para reafirmar enquanto espaço de referência a

sua identidade e ao mesmo tempo propiciar visibilidade, diferentes estratégias são utilizadas, concentrando atividades que congreguem lançamentos de produtos, apresentações musicais e *happy hour*. Dessa forma, o Centro Público, além de demarcar todo ano o seu aniversário com algumas comemorações diferenciadas, tem realizado lançamento das coleções de produtos de economia solidária de natal, dia da mulher, páscoa, ícones de Londrina, livros da área, cartão telefônico alusivo à economia solidária, cartilhas sobre consumo consciente, educação de jovens e adultos e economia solidária, exposição de fotos das mulheres *kaingangs* e sua expressão artística (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Costa e Nishimura (2010) retratam que, os avanços e os obstáculos, é que as atividades no campo da economia solidária passaram a se configurar como integrantes de um programa municipal, de caráter intersetorial. As trabalhadoras e trabalhadores desta economia faziam referência à dificuldade encontrada com a ausência de espaços fixos de comercialização, bem como de locais que pudessem trazer a identidade para a economia solidária. De outro lado, a população consumidora ou possível consumidora, questionava sobre a falta de locais específicos que pudessem reunir diferentes produtos da economia solidária em um só espaço.

A organização do Centro Público de economia solidária de Londrina baseou-se na concepção deste enquanto um espaço público, com responsabilidade de gestão pelo Poder Público, devendo assumir o compromisso com a sua manutenção para o desenvolvimento das ações com previsão orçamentária; direito das trabalhadoras e dos trabalhadores da Economia Solidária, propiciando acesso à ampliação das oportunidades e ao fomento das atividades realizadas pelos empreendimentos da Economia Solidária; participação e controle social das trabalhadoras e dos trabalhadores e entidades de apoio e fomento da Economia Solidária, com a instituição do Conselho Geral de Gestão; reconhecimento da legitimidade da Economia Solidária e facilitação do acesso das cidadãs e cidadãos às ações desenvolvidas no campo da Economia Solidária (COSTA; NISHIMURA, 2010).

Desde o início de funcionamento do Centro Público de Economia Solidária em Londrina, 96 grupos já foram incubados, conforme consta no apêndice “C”. No entanto, desse total, 57 grupos não fazem mais parte do CPES, não por terem se tornado autônomo, como se poderia imaginar, mas pela dissolução dos grupos e o encerramento das atividades, ou seja, deixaram de existir; e dos empreendimentos que fazem parte de CPES, nenhum deles encontra-se desincubado, em situação de emancipação econômica. Atualmente existem 39 empreendimentos que estão agrupados nas seguintes atividades: 16 empreendimentos de

artesanato; 13 empreendimentos de alimentação; 2 empreendimentos de prestação de serviços de beleza; 6 empreendimentos de confecção; 1 empreendimento de artesanato indígena e 1 empreendimento de prestação de serviços de decoração de festas. No apêndice “D”, está constando os 39 empreendimentos atendidos pelo CPES, com o tempo de existência, número de membros pertencentes ao empreendimento, localização e habilidades.

Verifica-se, aqui, os principais motivos para que exista este elevado índice de grupos que se inseriram no programa e logo encerraram suas atividades. Percebe-se, pela fala das entrevistadas, que a maioria das pessoas que forma os grupos são mulheres, donas de casa, que sabem desenvolver alguma atividade relacionada com artesanato em madeira, papel ou tecido, confecção, tapetes, alimentação e prestação de serviços.

No entanto, esses grupos são formados e começam a desenvolver suas atividades; mesmo que pautadas em um plano de negócios, falta o conhecimento do mercado em que irão atuar. É como se estivessem inseridas em um grupo social e não de economia, que mesmo sendo de economia solidária, de acordo com seus princípios, deve gerar renda e proporcionar autonomia econômica. E conforme Singer (2002) aponta quando se refere à situação estratégica da economia solidária, esta nova forma de fazer economia só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento.

As coordenadoras do programa relatam ainda que, grande parte da dissolução desses grupos se dá pelos motivos de baixa venda de seus produtos, falta de comprometimento dos membros, que muitas vezes enxergam essa atividade como forma de preencher o tempo ocioso, falta de perspectiva de crescimento, falta de conhecimento de gestão para gerirem seus recursos, sejam eles materiais ou financeiros, entre outros.

Percebe-se então que o principal motivo de dissolução dos grupos é a não adesão ao trabalho coletivo e a baixa renda, as pessoas têm dificuldades em se adequar a esta forma de economia, em muitos casos, esperam o retorno financeiro imediato, e isso na realidade nem sempre acontece, assim muitas mulheres integrantes desses grupos preferem exercer a atividade de trabalhadora doméstica ou diarista, por exemplo, já que o retorno financeiro é certo no final de um período de trabalho.

Observa-se o distanciamento de um dos princípios da economia solidária que é a autogestão, pois conforme é enfatizado por Singer (2002), a autogestão é uma das principais formas de diferenciação da economia solidária de outras formas de economia. Na economia solidária, a autogestão assume o significado do agir de forma coletiva baseada na divisão do poder, divisão do ganho e na união dos esforços que preza a cooperação para

alcançar determinado objetivo.

Então, fica claro que não existe um objetivo primordial do CPES em relação a esses grupos, é como se trabalhassem na tentativa de dar certo, e quando isso não acontece, simplesmente o grupo se dissolve.

5.2 COORDENAÇÃO DO CPES

O Centro Público de Economia Solidária de Londrina até o presente momento teve duas coordenadoras. A primeira ficou na função desde a implantação do CPES até maio de 2010, e a segunda está exercendo a função de coordenadora de maio de 2010 até a presente data.

Os perfis profissionais dessas coordenadoras são bastante semelhantes, pois ambas são assistentes sociais. A trajetória da primeira coordenadora até chegar a exercer tal cargo deve-se ao fato da secretária de assistência social de Londrina na época ter participado de uma atividade em São Paulo e de outra atividade em Porto Alegre, no RS, tomando conhecimento que haveria uma capacitação, um evento que a Unisinos e algumas organizações da região sul estavam promovendo para a discussão da ES. Nesse sentido, esta coordenadora foi uma das pessoas que participou desse evento, debates e discussões, começando dessa forma sua inserção no campo da economia solidária.

Já a segunda coordenadora tem como início da sua trajetória o seu trabalho de conclusão de curso de graduação que foi voltado para este de mercado de trabalho, sobre a preparação e inserção do deficiente visual no mercado de trabalho como forma de geração de trabalho e renda, atuando num instituto de cegos onde desenvolvia um trabalho com os alunos e com as mães desses alunos. Ao se inserir no serviço social, no ano de 2000, foi trabalhar com adolescentes em casa abrigo, que tem convênio com universidades, para onde o adolescente é encaminhado para profissionalização. De forma geral, toda a trajetória da segunda coordenadora está envolvida com a questão de geração de trabalho e renda.

De acordo com os perfis das coordenadoras descritos acima, observa-se a predominância de assistentes sociais, dando ao CPES uma característica mais assistencial e pouco centrado e até mesmo qualificado para promover o desenvolvimento e a autonomia econômica. Conforme os princípios da economia solidária apresentados no capítulo 2, além da questão do enriquecimento da sociabilidade por meio da solidariedade, ajuda mútua, igualdade, é essencial o compromisso com a emancipação econômica, ou então deixa de ser economia solidária, limitando-se a grupos de “convivência solidária”.

5.3 PROPOSTA DO CPES

Sobre a proposta inicial do Centro Público de Economia Solidária, a primeira coordenadora informou que o programa foi formatado pensando nas diferentes faces que envolveria a economia solidária como possibilidade de gerar trabalho e renda para os trabalhadores e trabalhadoras, tanto a questão da assessoria técnica, da capacitação da área administrativa, da área técnica, que é o aperfeiçoamento de cada trabalhador e trabalhadora, a questão da comercialização, por meio de feiras e outras formas de comercialização, a questão da educação para o consumo crítico e solidário, e na questão do fomento. O programa se constituiu então como um programa intersetorial da Prefeitura de Londrina, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ser programa intersetorial deve-se à participação dos diferentes setores, das diferentes áreas da prefeitura de Londrina, por exemplo, a cultura, o Procon, a educação, entre outras áreas.

Nesse sentido, a segunda coordenadora corroborou destacando que o Centro Público de Economia Solidária funciona como uma incubadora, pois apresenta as características de uma incubadora, apesar de não ser intitulado com tal, uma vez que atua na organização dos empreendimentos direcionados pelos princípios da economia solidária.

Por isso, faz-se necessário, em um primeiro momento, definir o processo de incubagem de acordo com Kruppa e Sanchez (2002, p. 11):

A incubagem é entendida como um processo com temporalidade definida, de caráter permanente, realizado mediante o estabelecimento de compromissos recíprocos entre Incubadora e grupos/cooperativas incubadas, visando à autonomia destes no final do processo, tendo como ponto de partida a realidade e as demandas dos grupos apoiados, com forte caráter formativo.

O CPES foi desenvolvido com recursos do Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego com contrapartida do município e possui algumas características que os Centros Públicos de Economia Solidária devem obedecer, que é ter espaço de discussão da política deste tipo de economia, de formação dos empreendimentos, da aproximação dos empreendimentos, desse movimento muito maior em nível nacional e não só em nível municipal. O CPES também tem que abrigar o programa municipal de ES, ele tem que ter esse espaço fixo de comercialização, e também este espaço de capacitação, tudo acontece dentro do CPES. A proposta do Programa de Economia Solidária é a organização das pessoas em grupo de maneira coletiva, para formar essas pessoas nesse outro conceito de economia, e a partir daí pensar na formação técnica.

[...] a gente costuma dizer que a ES vai meio na contramão do capitalismo, na ES você não tem patrão, você não tem empregado, não tem exploração de mão de obra, tem o respeito pelo meio ambiente, pelo teu consumidor, pelas pessoas que estão inseridas no programa, e principalmente a questão da gestão do empreendimento, porque tudo tem que ser acordado entre os participantes daquele empreendimento, sendo o princípio da autogestão (Coordenadora 2).

De acordo com a segunda coordenadora, para que os grupos venham a fazer parte do programa, eles devem obedecer a alguns critérios, segundo a primeira coordenadora, em primeiro lugar estão os sujeitos da Economia Solidária, e podem participar desta economia pessoas da agricultura familiar, pessoas atendidas pela assistência social, pessoas que estejam desempregadas, enfim, é um público bastante diversificado que pode participar da ES, o que se torna importante para a inserção desses trabalhadores e trabalhadoras na ES, porque à vezes as pessoas podem ter interesse e não saber exatamente o que se configura a ES, então uma das questões relevantes é passar por um processo de informação, de conhecimento e de sensibilização da ES.

O programa conta com profissionais de referência por território da Economia Solidária, que desenvolvem várias ações: de assessoria, de acompanhamento dos empreendimentos, de fomento, de realização de oficinas de sensibilização, porque é uma busca ativa, às vezes, não são as pessoas que chegam até o programa, mas o programa procura chegar até as pessoas. Para a formação dos grupos, ainda segundo a coordenadora, o assunto passou por várias discussões, quanto à exigência da quantidade mínima de pessoas para a formação de um grupo.

[...] os empreendimentos às vezes começam com um número de pessoas e pode ter esse número reduzido, depois ela vai restringindo, o que é importante dizer que a preocupação deve ir além do número de pessoas inseridas nos grupos, a preocupação deve estar mais voltada no desejo das pessoas participarem e acreditarem no primeiro momento na perspectiva da ES (Coordenadora 1).

A segunda coordenadora complementou, enfatizando que a ES não é uma política exclusiva da assistência social. A ES é uma outra forma de praticar a economia que qualquer pessoa pode praticar, desde que acredite, que seja simpatizante da causa; mas como o programa está dentro de assistência social, ele está vinculado à Secretaria de Assistência Social. A prioridade de inserção é o público da assistência, mas não há exclusividade em relação a esse público, então toda e qualquer pessoa, desde que tenha o interesse de conhecer, de ter essa transformação de conceito em relação à economia, pode ser atendida, obedecendo

alguns critérios, por exemplo, o fomento é destinado exclusivamente ao público da assistência social, que não tem condições financeiras. O fomento é em relação à aquisição de matéria prima, o programa não compra equipamentos, o que se tem são alguns equipamentos de projetos, de convênios firmados com o Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério de Trabalho e Emprego, e esses equipamentos são cedidos em comodato aos empreendimentos, até eles terem condições de poder comprar seus próprios equipamentos, e os equipamentos que estavam em comodato voltam para o programa e vai para outro empreendimento que tem a necessidade.

É importante evidenciar que a falta de um processo de seleção adequado para fazer parte do CPES pode ser um importante obstáculo, pois se não existem pré-requisitos na seleção, muitos grupos podem nascer com profundas fragilidades, além do mais, se não houver uma identidade comum, criando uma união forçada que dificulta o trabalho conjunto, levando a um elevado índice de grupos que encerraram as atividades prematuramente.

Observa-se também que os insumos e os equipamentos têm a função de impulsionar o grupo no início, mas, ao que parece, esta prática tornou-se permanente, sem limite de tempo, gerando um estado de dependência crônico, prevalecendo o caráter assistencial.

A predominância do carisma assistencial e do fomento a grupos de convivência, em vez da centralidade na emancipação econômica, pode ser um fator limitante ao desenvolvimento econômico destas iniciativas. Ainda que tenha sido mencionado o esforço em contratar estagiários nas áreas de administração e afins, isto não é suficiente para alterar o enfoque do programa. Percebe-se certo conflito entre as áreas de conhecimento, em que o Serviço Social não quer abrir mão deste campo de domínio e para isso relativiza-se e reduz-se a importância de outras áreas que, a princípio, seriam imprescindíveis para o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária. E, conforme é apresentado por Cattani (2003), um dos desafios da economia solidária é fazer com que ela não seja confundida com o terceiro setor, como, por exemplo, o trabalho voluntário e o apoio às parcerias cidadãs.

No entanto, tem que se questionar se o avanço do serviço social, no campo da economia solidária, ocorre por imposição ou por desprezo das outras áreas em abraçar esta modalidade econômica. A questão da assistência social deve ser vista como um meio de colaboração para que se concretize a economia solidária e não como um fim, como um objetivo primordial.

5.4 CRITÉRIOS PARA INCUBAGEM DOS EMPREENDIMENTOS

Quanto ao critério utilizado para incubagem dos empreendimentos, o programa segue os critérios estabelecidos pela Lei Municipal de Economia Solidária (Lei nº 10.523/2008, art. 8), que define como público-alvo todas as pessoas que recebam benefícios ou estejam incluídos em algum serviço da política pública de assistência social. Sendo assim, são alvos do programa trabalhadores desempregados e/ou indígenas; beneficiários dos serviços de saúde mental e trabalhadores da agricultura familiar (LONDRINA, 2008).

A primeira etapa do processo de incubagem, conforme relato das coordenadoras, acontece por meio de oficinas de sensibilização, onde são realizadas palestras informativas aos grupos que procuram o CPES, com o intuito de fornecer embasamento do que vem a ser realmente a economia solidária, uma vez que no ponto de vista das coordenadoras do programa, essa falta de conhecimento é tida como um dos fatores que limitam o bom desempenho da economia solidária.

Quando abordado sobre os princípios da Economia Solidária e como eles são passados aos grupos, as duas coordenadoras foram unânimes em suas informações. No início de formação dos grupos, são realizadas as oficinas de sensibilização dentro dos territórios e até mesmo de forma espontânea das pessoas que vêm procurar informações sobre o programa. É trabalhado com os grupos toda a formação conceitual da temática da ES, o que é ES, os princípios da ES, o plano de negócios, o que produzir, como produzir, o que comercializar, e depois de todas essa formação conceitual da ES, o empreendimento vai passar para a formação técnica, para a linha ou área de produção que eles definirem. Durante todo esse processo de sensibilização e formação técnica, os princípios da economia solidária são estimulados.

Foi informado pela coordenadora que os grupos podem ter tempos diferentes para se adaptar ao sistema e para estar preparado para a segunda etapa do processo. Observa aqui, falta de padrão para o processo de incubagem, pois, se o tempo compreendido para esta etapa inicial for deixado a critério de cada grupo, relativizando-se excessivamente os compromissos e prazos, criam-se precedentes perigosos que certamente serão propícios à falta de eficiência e eficácia e pode-se estar criando um clima de paralisia e acomodação.

Na sequência, na segunda etapa do processo de incubagem é elaborado um plano de negócios, onde se verifica a viabilidade econômica e mercadológica. Neste plano de negócios é evidenciado a atividade econômica que o grupo irá desenvolver, demonstrando os conceitos e técnicas administrativas e de gerenciamento. Nesse momento, também acontecem

as discussões sobre melhoria dos produtos e serviços, caso haja a necessidade.

O CPES não impõe regras ou objetivos aos grupos, cada grupo estabelece seus próprios objetivos, como, por exemplo, o aumento da capacidade produtiva ou tempo para devolução dos equipamentos; os grupos trabalham para que os objetivos sejam alcançados, o que, em muitas vezes, acontece antes do período estabelecido. O CPES exerce o papel de facilitador, oferecendo todo o apoio necessário para que o empreendimento desenvolva suas atividades. Esse apoio é em forma de assessoria que, no começo acontece semanalmente, e depois ocorre de acordo com a necessidade específica de cada grupo.

Evidencia-se ainda outro problema, mais uma vez, vem reforçar o distanciamento dos dirigentes do programa em relação à lógica da gestão, comprometendo o seu desempenho econômico. A produção não está alinhada com a demanda, ou seja, o processo estratégico está invertido, inicia-se pela produção para depois tentar encontrar mercado. Todo o processo de formação dos grupos e a definição do que produzir não partiu de uma pesquisa que tentasse apurar o que era necessário e desejado pelos consumidores para, em seguida, desenvolverem soluções apropriadas, em forma de produtos ou serviços, que viessem atender essas lacunas.

A questão da comercialização parece não ser encarada com a importância que deveria. Não há estratégia efetiva de comercialização, espera-se que as vendas possam se desenvolver naturalmente. Percebe-se um certo clima de inércia, em que se aceita a baixa frequência e a comercialização dos produtos desenvolvidos pelos grupos como natural e sem poder ser diferente, sempre estando presente o discurso de que a renda obtida com a comercialização é complemento e não renda principal.

A própria definição e seleção dos produtos para serem comercializados já demonstra uma miopia gerencial, já que a maioria dos artigos, pelo seu baixo valor agregado, dificilmente conseguiria alcançar um volume financeiro suficiente para gerar renda satisfatória para os membros do grupo.

Observa-se novamente uma fuga dos princípios da economia solidária, no CPES nem sempre o alcance dos objetivos econômicos são colocados como parte do planejamento, e Cattani (2003, p. 130) ressalta que, embora a economia solidária tenha uma gama bem variada de experiências e iniciativas, elas têm em comum a busca por soluções amparadas em um ideal emancipatório que, para ele, é conceituado como: “emancipação, que é o processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais.”

A última etapa do processo de incubagem é a desincubagem, sendo este o

momento onde é verificado se os grupos conseguiram se adaptar aos princípios da economia solidária e dessa forma se desenvolver de forma autônoma. O tempo compreendido entre a primeira e terceira etapa que foi estabelecido pelo programa é de dois anos, porém a coordenadora verifica que é difícil seguir este prazo de forma única para todos os grupos, uma vez que as pessoas que fazem parte desses grupos tem formações diferentes, formas de assimilação de conceitos diferentes, ou seja, são realidades distintas uma das outras. Assim cada grupo tem seu tempo ideal de desincubagem.

Como foi exposto no capítulo 2, referindo-se à situação estratégica da economia solidária, Singer (2002) aponta que, esta nova forma de fazer economia só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, e que a maioria dos empreendimentos solidários surgiu como resposta a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social.

A respeito do processo de desincubagem, as duas coordenadoras foram unânimes em enfatizar que, quando o programa foi formatado, tinha-se colocado a participação do empreendimento de 1 a 2 anos, mas não era um período engessado, dependeria muito da avaliação técnica e do próprio empreendimento. O programa tem as diferentes faces, um empreendimento pode permanecer por mais tempo no programa, participando de outras ações do programa, de eventos promovidos e das capacitações. O objetivo é fortalecer esses empreendimentos junto com outros empreendimentos da ES, e a partir dessa articulação junto com outros empreendimentos é que a ES pode ser cada vez mais fortalecida, pois ainda há grandes gargalos enfrentados pela ES, seja aqui em Londrina, seja no estado do Paraná, seja no Brasil.

Os empreendimentos que fazem parte do programa são empreendimentos pequenos, a renda obtida é muito mais de complemento do que renda principal e, de acordo com as coordenadoras, isso é visto como uma limitação, não só aqui em Londrina, mas de uma forma geral dentro da ES do Brasil. De acordo com elas, uma das grandes dificuldades dos empreendimentos da ES é a questão de espaço adequado de produção, por exemplo, um empreendimento que tenha um ramo de confecção de tapete, para ele conseguir se sustentar como pagar aluguel, comprar matéria prima, comprar equipamentos, para poder se manter, é muito difícil.

[...] Esses empreendimentos também não têm nenhum incentivo em termos fiscais, por exemplo, mas nós temos vários empreendimentos que permanecem no programa não pela questão da assessoria, é mais por uma questão de suporte, de organização dos eventos, das feiras, do espaço de comercialização, porque eles conseguem até caminhar sozinhos, mas falta isso que mencionei, eles não têm uma política própria, e como a maioria são pequenos empreendimentos, isso se torna um fator dificultante, pois se pensar num empreendimento com 2 ou 3 pessoas, que sobrevive praticamente da venda de tapetes artesanais, onde o processo produtivo é lento, é muito difícil que eles consigam caminhar sozinhos, e como chegar num grupo e falar que o tempo dele já terminou e que agora devem seguir por si só? (Coordenadora 2).

Conforme foi informado pela segunda coordenadora, a maioria dos empreendimentos é pequena e eles precisam ter um lugar para a comercialização; eles participam das reuniões, capacitações e outras formações, só não recebem mais o fomento. Os empreendimentos têm toda a tomada de decisão desde o início de sua formação, decisões de como produzir, o que produzir, onde vender. Há vários empreendimentos que não comercializam no CPES, mas precisam do centro público para orientações, assessorias em relação ao seu planejamento. Todos os empreendimentos têm tomada de decisão coletiva, não existe o paternalismo e o assistencialismo, o papel do CPES é o papel de facilitador desse processo. A maioria dos empreendimentos que faz parte do CPES há um certo tempo, que já receberam o fomento, que já passaram por várias fases de capacitações, continuam recorrendo ao centro público como forma de buscar apoio e incentivo à comercialização.

É de se entender que nem sempre um empreendimento consegue sua emancipação, seja social ou econômica, em um período engessado de 2 anos, sendo necessária certa flexibilidade na análise dos resultados, porém a total ausência de critérios de cobrança gera inevitavelmente a apatia, baixo empenho, e cria um processo de dependência crônico e até de descrédito por parte dos grupos, que poderão questionar: por que se esforçar para conseguir desincubar no período estipulado como prazo máximo se existem empreendimentos que estão como incubados desde a criação do CPES?

Acredita-se que os próprios grupos tendem a aceitar a condição de permanente dependência e de um resultado aquém do desejável, naturalizando essa condição e um discurso escapista de que o mais importante não é o sucesso econômico, mas as relações que são estabelecidas nos grupos, a melhora na autoestima etc. Este comportamento reforça o distanciamento que existe em relação à dimensão econômica, acabando por atrair pessoas que não dependem desta atividade para sobreviver, mas apenas como complemento de renda e acaba por repelir todos os que dependem integralmente da economia solidária para se manter.

5.5 EMANCIPAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

O processo de emancipação das pessoas que fazem parte dos empreendimentos acontece de várias formas, não apenas no que tange ao financeiro, pois a renda é ainda pequena, vista como uma renda complementar na maioria dos casos.

A coordenadora relata que, quando indagado aos integrantes dos grupos sobre os motivos que os levaram a formar um empreendimento de economia solidária e permanecer nele, parece ser unânime a questão da gestão coletiva, a flexibilidade do horário de trabalho e o prazer em conviver com outras pessoas com os mesmos interesses. A satisfação pessoal se sobressai à econômica.

Mas de forma geral, as pessoas passaram por uma evolução na renda, na socialização, na autoestima, muitos puderam fazer reformas na moradia, troca de pisos, pintura, tem empreendimento que já locou seu espaço de produção, então tem vários empreendimentos que tiveram grande salto na questão da qualidade de vida. Na avaliação das próprias pessoas locadas aos empreendimentos não foi somente a questão da renda que melhorou, mas também a questão da socialização, de pertencer a um grupo, de autoestima, da aparência, mudanças de hábitos e atitudes, a relação da pessoa com a família, com o trabalho. Se analisar a questão atividade econômica não sendo única e exclusiva, pode-se concluir que todos tiveram um avanço muito grande. Isso tem um impacto dentro da comunidade, a comunidade passa a conhecer seus trabalhos (Coordenadora 2).

De acordo com as informações por meio das entrevistas, evidencia-se outro embate, uma vez que as falas das entrevistadas relatam que os empreendimentos são desincubados, alcançando assim sua emancipação, tendo autonomia, podendo tomar suas próprias decisões, mas muitos continuam contando com todo apoio do programa, não como forma de assistencialismo, mas como forma de apoio e orientação no sentido de não permitir que esses empreendimentos sejam extintos.

Existe aqui outra contradição, em um dado momento afirma-se que os empreendimentos são desincubados, que adquirem sua emancipação, mas, no entanto, é relatado que esses empreendimentos continuam vinculados ao CPES, recebendo o apoio e assistência necessária por um período ilimitado.

Parece haver um conformismo, ou seja, é difícil se emanciparem considerando as limitações, então aceita-se a simples ideia de complementação de renda da família. Observa-se diversas contradições entre os princípios da economia solidária e o modelo vivenciado pelo CPES, em que a emancipação econômica é fundamental e na práxis é

relegada a segundo plano, ainda mais quando se trabalha com dinheiro público, que é alocado para gerar trabalho e renda, mas que, na realidade, não ultrapassa o plano da assistência, enfraquecendo a economia solidária como movimento emancipatório. Colocando a questão da emancipação econômica em segundo plano, como se tudo caminhasse bem, em que só a renda deixa a desejar, os empreendimentos são vistos como bem sucedidos. Todavia, se a dimensão econômica é desprezada ou não é central, não é economia solidária, poderá ser grupo de convivência ou outra coisa, mas não economia solidária.

Sobre a rotatividade dos grupos, a segunda coordenadora nos informou que, no começo, até havia bastante rotatividade, porque as pessoas não sabiam muito sobre a economia solidária, mas, ao longo das experiências que as pessoas e as equipes de apoio foram tendo, isso foi ficando mais claro. Até mesmo o processo de formação conceitual facilita muito para diminuir a rotatividade, porque as pessoas vêm para a economia solidária sabendo do que se trata, sabendo como é esta nova forma de fazer economia, sobre a forma de gestão, da divisão das sobras, dos espaços de comercialização, e outros assuntos sobre a área. O que acontece em alguns casos é a migração de um empreendimento de uma certa região para outra região da cidade, que de certa forma desarticula o empreendimento, mas não necessariamente a sua completa extinção.

A primeira coordenadora abordou também os aspectos considerados mais importantes na consolidação dos empreendimentos da ES. Existem vários aspectos, segundo ela, que auxiliam na consolidação, e um está ligado ao outro, pois não adianta ter um grupo que do ponto de vista de gestão é transparente, uma gestão participativa, possui poder de decisão coletiva, realiza um planejamento, um plano de negócios de forma coletiva, se do ponto de vista da qualidade do produto é um produto que não consegue chegar até o consumidor. Em contrapartida, também não adianta ter a qualidade do produto se não há comercialização desse produto, porque efetivamente isso não vai gerar uma renda, são fatores que estão intrinsecamente ligados.

Outra questão relatada pela coordenadora como importante, é o tempo que um grupo deveria permanecer incubado.

Então o que nós temos que entender quando a gente pensa em ES, é pensar sob outros parâmetros, sob outras bases, porque se nós formos pensar sob as bases que são colocadas aí fora, qual que é a razão de existir a ES, ou um programa municipal de ES? Existem outros indicadores que devem ser analisados além do fator financeiro. Claro que o desenvolvimento financeiro é importante, até porque quando estamos falando de ES, falamos na perspectiva do desenvolvimento e autossuficiência financeira dos empreendimentos da ES (Coordenadora 1).

Entretanto, ainda de acordo com a primeira coordenadora, existem outros fatores considerados relevantes na consolidação de um empreendimento.

Às vezes num determinado momento daquele empreendimento, o que está falando mais forte são as relações estabelecidas entre os membros e a liberdade que as pessoas têm de criatividade, de transformação, entre outras coisas, do que naquele momento o fator renda, mas não que o fator renda não seja importante, então são questões que são importantes que devem ser consideradas como aspectos que auxiliam na consolidação dos grupos, empreendimentos de ES (Coordenadora 1).

Essas informações vêm ao encontro das informações obtidas junto à segunda coordenadora, que enfatiza que os grupos têm uma expectativa muito maior além da renda, apesar da realidade dos grupos ser de baixa renda, de baixa produtividade, a renda para os grupos é vista muito mais como um complemento, eles se sentem valorizados, são empoderados, eles passam a ter um convívio social e comunitário que, muitas vezes, não tinham.

Existe o embate sobre a forma que o centro público trabalha a questão da economia solidária. Entende-se que, em questão de relacionamento, de melhoria na qualidade de vida, os grupos incubados pelo CPES estão alcançando esses objetivos, porém questiona-se se é esse o objetivo maior da formação dos grupos, ainda mais quando se recebe ajuda material do poder público.

5.6 LIMITAÇÕES DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O programa de ES tem ainda muitas limitações, merecendo destaque a questão do espaço e da própria legislação. De acordo com a coordenadora, se os grupos tivessem esses espaços, barracões de produção, e conseguissem organizar maior número de pessoas no mesmo espaço, provavelmente, conseguiriam tornar essa renda como renda principal. Talvez essa não seja a resposta, isso seria outra realidade, outra política, deveria ter

um incentivo maior por parte do poder público.

Atualmente os incentivos do poder público é muito insipiente, como exemplo, por parte do poder estadual não tem nenhum incentivo, e para que um grupo tenha condições de viver da renda gerada, é preciso de investimento, em termos de espaço, qualificação dos profissionais para poder atender aos consumidores, e sem incentivos por parte do poder público, isso se torna distante da realidade que vivemos (Coordenadora 2).

Dizer que o problema é a infraestrutura, parece ter-se tornado uma válvula de escape, considerando que as condições nunca são ótimas, mas o que se verifica é que não se consegue escoar até mesmo a produção já efetivada, quanto mais pensar em ampliá-la. Parece haver um discurso que é senso comum, de que o problema é o baixo apoio externo e não há autocrítica sobre as próprias debilidades e inconsistências.

O público que atendemos é formado na grande maioria por mulheres, casadas, avós, com baixa escolaridade, que não tiveram oportunidade de inserção do mercado de trabalho, sem nenhuma experiência profissional, que não podem ficar fora de casa o dia todo, pois às vezes têm crianças pequenas e não tem vagas nas creches para deixar as crianças, não podem pagar para alguém cuidar das suas crianças, da sua casa, enfim, e isso tudo limita o crescimento do empreendimento porque elas não conseguem ter uma dedicação exclusiva para tornar isso sua principal fonte de renda, são vários fatores que acabam limitando o processo produtivo e consequentemente de comercialização e de aumento de renda (Coordenadora 2).

Nesse sentido, para a primeira coordenadora, os fatores limitantes para o desenvolvimento dos empreendimentos da economia solidária podem ser entendidos como a questão do fomento que é apenas para a compra de matéria-prima, e assim esses empreendimentos têm dificuldades em conseguir equipamentos, a questão do espaço físico também é vista como fator limitante, o problema de comercialização, a falta de experiência de um trabalho coletivo, de um trabalho autogestionário, transparente e de decisão coletiva.

Segundo a coordenadora, os grupos não têm conseguido emancipação econômica devido à falta de legislação específica que apoie os pequenos empreendimentos de economia solidária. Existem leis para cooperativas, mas nada específico para grupos da Economia Solidária, como os atendidos pelo CPES. Também é relatado a dificuldade decorrente dos grupos serem pequenos, criando barreiras para a sua formalização e ampliação, resultando em um ciclo vicioso de difícil superação.

De acordo com a primeira coordenadora, no que se refere à adesão das

peças aos empreendimentos solidários, até mesmo a procura ou a extinção dos grupos, é nos momentos de crise econômica que existe maior procura pela economia solidária, são momentos que provocam uma reação nos trabalhadores e isso remete ao próprio crescimento da economia solidária. Para ela, quando os direitos sociais, ou quando a situação de vida melhora, percebe-se também um refluxo da economia solidária, mas isso, na verdade, não deveria acontecer, caso tivéssemos este modelo de economia fortalecido do ponto de vista dos recursos, do orçamento, do suporte, realmente como um dever do estado.

Já para a segunda coordenadora, essa questão de crise na economia ou crescimento no mercado de trabalho não afeta a economia solidária.

Isso não influencia, porque o público que está na ES ou em entidades que trabalha com a questão de formação e da capacitação é formado por maioria mulheres, avós, com todas as dificuldades já relatadas sobre a permanência no mercado de trabalho tradicional, o mercado está cada vez mais seletivo e acaba selecionando as pessoas mais preparadas, por mais que o mercado esteja aquecido ainda existe um grande exército de reserva de pessoas com mais qualificações e que estejam aptas a se ingressar no mercado de trabalho formal, por isso os empreendimentos de ES não são afetados pelo aquecimento do mercado, porque o público é muito diferenciado, é uma geração antes dessa geração que vemos indo para o mercado tradicional, e a grande maioria das pessoas dos grupos são mulheres, cerca de 90% são mulheres (Coordenadora 2).

Uma das coisas que sempre é trabalhado dentro dos grupos, mesmo não sendo algo fácil de ser trabalhado é a questão da autogestão, não é fácil porque o que as pessoas conhecem de administração deve ser operacionalizado de outra forma, de uma forma mais fácil de ser entendida, criando instrumentos próprios, por que essas pessoas que estão na ES não têm muito conhecimento, têm dificuldades, têm baixa escolaridade, e que é muito difícil de conseguir compreender o sistema administrativo convencional que se aplica nas empresas. Em suma, os princípios da ES são bem trabalhados junto com os grupos desde as oficinas de sensibilização, os conceitos de autogestão, de cooperação, de valorização do ser humano, não exploração, enfim, e isso continua durante todo o processo de assessoria e não só no começo, para que o grupo não venha a cair nas não conformidades da ES, onde poderia se destacar uma pessoa assumindo papel de líder e tomando as decisões, o que não se caracterizaria mais como ES, por isso esses princípios são sempre estimulados dentro dos grupos (Coordenadora 2).

As expectativas iniciais tanto do centro público como dos empreendimentos estão sendo supridas em parte, pois os gargalos e os desafios ainda são muito grandes em todos os aspectos conforme citados anteriormente.

Mas, analisando de forma geral, as coordenadoras observam que existem vários grupos que se superaram, e um dos saltos que se observa é a respeito da qualidade dos

produtos, que após a entrada no programa e ponto fixo de comercialização, de feiras onde se podem expor os trabalhos, a qualidade teve uma grande evolução. Destaca-se a padaria de Maravilha, as integrantes destes empreendimentos faziam nas suas casas pão caseiro, muitas vezes só para o consumo da família, uma ou outra comercializava, de repente elas encararam um curso de padeiro e confeitoiro, e passaram a gerenciar uma padaria que era delas, em um lugar onde não tinha padaria, onde o pão era levado de Londrina, um distrito que passou a ter o pão quente, duas ou três vezes por dia, e isso tudo em função dessa organização coletiva, desse trabalho coletivo, dessa parceria do programa, com as capacitações feitas por meio do programa, inclusive dentro dos princípios da ES.

[...] então se pensarmos em termos de desenvolvimento local, isso foi um ganho para o distrito. Então, dá para ver que vários grupos superaram as expectativas, quando a gente vê o grupo lá de São Luis que começou fazendo umas “geleinhas” com frutas da estação, umas “bolachinhas” tímidas, e hoje estão com um produto de qualidade, fazendo vários tipos de licores e vários tipos de geleias (Coordenadora 2).

Percebe-se que o foco está centrado no produto e não no mercado, os produtos podem ter melhorado, mas as vendas acompanharam? Que adianta o produto ser bom, na percepção da coordenação do programa, se não encontra adesão dos consumidores na quantidade suficiente para garantir equilíbrio financeiro para os grupos?

Como resultado efetivo dos descompassos e limitações do CPES, contam com apenas um grupo desincubado que conseguiu autonomia financeira, considerando que o programa existe desde 2006. Outra questão preocupante é a fragilidade dos grupos incubados que permanecem com dependência excessiva e sem grandes perspectivas de caminharem autonomamente, estabelecendo-se o dilema entre o objetivo centrado na assistência e o propósito da emancipação econômica.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário econômico vem se apresentando de uma forma em que os cidadãos estão buscando novas alternativas de inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, buscando emancipação, autonomia, sociabilidade, equidade, justiça social e sustentabilidade sistêmica.

Dentro desse escopo, o sistema capitalista tem passado por muitas transformações nos últimos tempos, destacando-se pelas mudanças tecnológicas, pela concentração de poder e renda, pela imprevisibilidade econômica e social, pela sociabilidade empobrecida por relações em que prevalecem os interesses puramente individuais nas relações estabelecidas. E, juntamente com esses fatores, observa-se uma grande dificuldade em conseguir espaço no mercado de trabalho convencional para todos os trabalhadores, sendo cada vez mais comum a naturalização de um contingente numeroso de excluídos que são condenados ao desemprego ou ao subemprego, e assim são motivados a criarem alternativas de trabalho como forma de produzir renda, onde a economia solidária encontra espaço potencial.

A economia solidária salienta-se como alternativa de revalorização do ser humano e tem foco nas relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista. Dessa forma, a economia solidária é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, amparada em ideais como emancipação e autonomia popular.

Singer (2002) compreende a economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, não só em termos econômicos, mas também por proporcionar uma vida melhor às pessoas que a adotam. Esta forma de produção transforma o trabalho em um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista, com foco no direito ao trabalho e na geração de trabalho e renda que sejam sustentáveis ao longo do tempo.

O presente estudo objetivou analisar e compreender como o Centro Público de Economia Solidária (CPES), na cidade de Londrina, PR, vivencia os princípios emancipatórios preconizados pela economia solidária e diante desta perspectiva, buscou-se descrever o histórico e o desenvolvimento do CPES, inclusive compreender como se dá o processo de incubagem dos grupos de economia solidária encampados pelo CPES, realizando um mapeamento dos grupos que se encontram em fase de incubagem em Londrina. A partir

deste levantamento, evidenciou-se as possíveis contradições entre os ideais de emancipação que fundamentam a economia solidária e a realidade vivenciada por esses empreendimentos.

O CPES conta no momento com 39 grupos incubados pelo programa. Os empreendimentos que participam da comercialização estão voltados à produção de alimentos, confecção, artesanato e prestação de serviços. São compostos com a presença maciça de mulheres atendidas nas áreas da assistência social, direitos, saúde mental e/ou vivendo situação de desemprego, em busca de estratégias de sobrevivência ou de complementação de renda profissional e/ou familiar.

O Centro Público de Economia Solidária em Londrina desenvolve um esforço significativo para dar assistência básica aos membros dos empreendimentos, até que estes possam desenvolver-se de forma autônoma. Entretanto, apesar de todo esforço e ações desenvolvidas por parte dos coordenadores do CPES, observa-se uma dificuldade muito grande de superação do estágio inicial, onde os grupos são pequenos, frágeis e com pouco conhecimento, dificultando o alcance da tão esperada emancipação econômica. Verificou-se que desde o início de funcionamento do Centro Público de Economia Solidária, em Londrina, 96 grupos já foram incubados, e desse total 57 não fazem mais parte do CPES, e dos que fazem parte, apenas um grupo conseguiu autonomia, os demais permanecem sob dependência e sem grandes perspectivas de caminharem autonomamente, estabelecendo-se o dilema entre o objetivo centrado na assistência e o propósito da emancipação econômica.

É visível os grandes e relevantes avanços para o campo da economia solidária advindos da implantação do Programa Municipal de Economia Solidária. Porém, o processo de incubagem analisado possui vários limites, que de alguma maneira acabam impactando de forma negativa no desenvolvimento e no crescimento da economia solidária na cidade de Londrina.

São muitos os desafios encontrados no campo da economia solidária. Esses desafios nos empreendimentos do CPES são particularmente evidentes em relação à autogestão e a viabilidade econômica. A tarefa de autogerir um empreendimento não é fácil, pois exige que o grupo tenha conhecimentos, tanto das áreas técnico-produtivas quanto do universo da gestão. Ainda que haja um esforço por parte do CPES em repassar esses conhecimentos, há uma resistência dos integrantes em assimilar e aplicar corretamente os ensinamentos, o que se entende pela baixa escolaridade média dos membros dos grupos de produção. Outro desafio essencial é conseguir superar o baixo retorno proporcionado pelos empreendimentos, em parte decorrente de produtos inadequados às exigências do mercado e em outros casos por problemas na comercialização.

Para a economia solidária dentro da realidade do CPES, outro desafio é a falta de conhecimento do programa pela comunidade. A falta de conhecimento sobre o Centro Público por parte da população é um desafio a ser enfrentado, considerando que barra as potencialidades dos grupos.

É importante ressaltar ainda, que as expectativas iniciais do programa nem sempre são alcançadas, até mesmo porque quando os grupos são formados não se tem de forma clara um plano de negócios que lhe dê suporte e que defina seus objetivos. Os grupos começam a desenvolver-se colocando seus produtos no mercado e esperando a chegada de clientes, sem ações estratégicas ou planejamento de médio e longo prazo. Esse fato pode ser explicado pelo perfil dos técnicos do CPES serem na sua maioria da área da assistência social, não possuindo uma experiência significativa na área da gestão e planejamento, o que compromete o desempenho dos empreendimentos, uma vez que são áreas que fogem do domínio do serviço social. Nesse ponto, é questionável se o avanço do serviço social, no campo da economia solidária ocorre por imposição ou por desprezo das outras áreas em abraçar esta modalidade econômica. A questão da assistência social deve ser vista como um meio de colaboração para que se concretize a economia solidária e não como um fim, como um objetivo primordial.

Entretanto, de acordo com as informações da coordenação do CPES, apesar da renda ainda ser uma fator de limitação econômica, os integrantes dos grupos estão tendo uma ascensão na qualidade de vida, na socialização, na autoestima e nas próprias relações com a família e a comunidade. A economia solidária, no caso específico do CPES, é vista sob outros parâmetros, pois conforme foi relatado, se pensar sob as mesmas bases capitalistas, qual seria a razão de existir a economia solidária?

Esse fator leva-nos a uma reflexão sobre o caso analisado, sobre o que é considerado emancipação. Como estamos nos referindo à economia solidária como uma forma de economia libertadora da opressão imposta pelo sistema capitalista, torna-se importante ressaltar que existem outros fatores relevantes e que devem ser levados em consideração.

A questão de emancipação econômica e autonomia financeira são pontos importantes e de interesse dos grupos, pois na economia solidária também está presente a perspectiva de desenvolvimento e autossuficiência. Entretanto, existem outros indicadores que devem ser analisados além do fator financeiro. Às vezes, num determinado momento dos empreendimentos, o que se fala mais forte são as relações estabelecidas entre os membros e a liberdade que as pessoas têm de criatividade, de transformação, tomada das decisões, flexibilidade

do horário do trabalho, convivência harmoniosa entre os integrantes, e acima de tudo a socialização das pessoas como forma de pertencer a uma sociedade que até então os excluía do sistema. E, como pode-se observar esses fatores estão sendo alcançados, evidenciando que para os grupos, a chamada emancipação está sendo atingida.

Diversas contradições são observadas entre os princípios da economia solidária e a vivência prática dos grupos encampados pelo CPES, em que a emancipação econômica, fundamental dentro dos propósitos da economia solidária, na práxis parece estar sendo relegada a segundo plano, como se tudo caminhasse bem, apenas a questão econômica deixa a desejar, como se não fosse fundamental. Todavia, se a dimensão econômica é desprezada ou não é central, não é economia solidária, e sim grupos de convivência. Como decorrência de condições de extrema precariedade que afligem boa parte dos integrantes dos grupos que compõem a economia solidária em Londrina, assiste-se a um esforço por parte do CPES em dar assistência básica aos membros dos empreendimentos, até que estes possam desenvolver-se de forma autônoma, confundindo-se o propósito principal do Centro Público que passa a destacar-se mais pela assistência que pela garantia de autonomia econômica.

Acentua-se que este estudo, até o presente momento, não chega a uma conclusão definitiva. Vale destacar a indagação de até que ponto a economia solidária dentro da dura lógica do mercado tradicional, com concorrência desproporcional e exigências cada vez maiores por parte dos consumidores, poderá ser incorporada e vivenciada por grupos com tamanhas restrições.

Por fim, sugere-se que novas pesquisas poderiam aprofundar a compreensão das questões operacionais de incubagem, desincubagem e emancipação dos empreendimentos de economia solidária. Também, estudos comparativos poderiam demonstrar como outras experiências do ramo da economia Ssolidária estão conseguindo superar as barreiras e desafios, além de procurar levantar junto aos próprios grupos suas impressões e demandas, assim como em relação aos ex-membros para identificar as razões que atribuem o fraco desempenho e fechamento desses grupos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. F. Empresas solidárias e comunitárias com gestão participativa. In: LEITE, F. T. **Por uma teoria da gestão participativa: novo paradigma de administração para o século XXI**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2000. v. 1, p. 233-259.
- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- AMADEO, E. et al. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 353).
- ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMIENTOS INOVADORES. **Incubadoras e parques**. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/incubadoras-e-parques/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.
- BARBOSA, R. N. de C. **Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BERGONSI, S. S. S.; LACERDA, G. B. (Org.) **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC; UFPR, 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Atlas da economia solidária**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Centros Públicos de Economia Solidária. **Termo de referência**. Brasília: SENAES, 2003.
- CAMACHO, I. Economia alternativa en el sistema capitalista. **Revista de Fomento Social**, La Rioja, n. 51, p. 319-340, 1996.
- CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- COSTA, O. A.; NISHIMURA, S. R. Centro público de economia solidária: o desafio da construção coletiva. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (Org.). **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010. p. 119-136
- CRUZ, Z. **Economia solidária: potencialidades e desafios dos empreendimentos solidários em Londrina**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

CULTI, M. N. Prefácio. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (Org.). **Economia solidária em Londrina**: aspectos conceituais e a experiência institucional. Londrina: Ed. da UEL, 2010.

CULTI, M. N. (Org.). **Incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários**: aspectos conceituais e a práxis do processo de incubação. Maringá: MDS/PRONINC, UEM/Núcleo/Incubadora Unitrabalho, 2011.

DINIZ, R. C.; COSTA, R. S. S.; COSTA, F. X. P. Economia solidária. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 11., 2009, Paraíba. **Anais...** Paraíba, 2009.

DRULOVIC, M. **A autogestão a prova**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed: 2009.

FOURIER, C. **Design for utopia**: selected writings. New York: Schocken Books, 1971.

FUNDAÇÃO UNITRABALHO. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.com.br>>. Acesso em: 8 out. 2012.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p. 57-77, dez. 2007.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.162-168.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUIMARÃES, G. (Org.). Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000. p. 111-121.

_____. **Integrar cooperativas**. São Paulo: UNITRABALHO-CNM/CUT, 1999.

GUIMARÃES NETO, L.; ARAÚJO, L.; BACELAR, T. Poder local, governos municipais e políticas de indução de desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, J. A.; BAVA, S. C. (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 9-fin.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

KRUPPA, S. M. P.; SANCHEZ, F. J. B. Projeto incubadores 2001: metodologias de incubagem, uma tentativa de problematização. Rede UNITRABALHO/Rede ITCP. jul. 2002.

LONDRINA. **Lei n. 10.523, de 28 de agosto de 2008**. Programa Municipal de Economia Solidária. Disponível em: <<http://economiasolidaria.londrina.pr.gov.br/Lei.aspx>>. Acesso em: 22 set. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 5. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, M. da G. de H. Gestão participativa na co-gestão e autogestão. In: _____. (Coord.) **Por uma teoria da gestão participativa: novo paradigma de administração para o século XXI**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2000.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 2004. v. 1000.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTTA, F. C. P. **Participação e co-gestão: novas formas de administração**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Alguns precursores do participacionismo. In: VENOSA, R. (Org.). **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel, 1987. p. 11-19.

NISHIMURA, S. R. **Grupos de geração de trabalho e renda na construção da economia solidária em Londrina – Paraná**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OWEN, R. **A new view of society and other writings**. London: Dent, 1927.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo. Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L. M. L.; BORINELLI, B. Socioeconomia solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (Org.). **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: EDUEL, 2010. p. 1-23

SINGER, P. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**, São Paulo, Contexto, 2000b. p. 11-28.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. As grandes questões do trabalho no Brasil. **Revista Proposta**, São Paulo, ano 30, n. 97, p. 20-32, jun./ago. 2003a.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003b. p. 116-124

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1995.

VASCONCELOS JUNIOR, N. Prefácio. In: NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

WOLLFENBUTTELL, A. P. **Avaliação do processo de interação universidade-empresa em incubadoras universitárias de empresas: um estudo de caso na incubadora de empresas da base tecnológica da Unisinos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

YUNUS, M. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Roteiro de entrevista, realizado com coordenadoras da incubadora CPES.

Roteiro de Entrevista
1ª Parte: Identificação da entrevistada
Nome completo:
Formação:
Função exercida no CPES:
Quanto tempo está na coordenação do CPES:
Fale-me da sua trajetória até chegar a exercer esta função: (histórico/como foi o interesse em exercer esta função)
2ª Parte: Questões pertinentes ao estudo
Proposta inicial da incubadora.
Critério exigido para que o grupo venha a fazer parte da incubadora.
Tempo que um grupo permanece incubado. (Por que todos ainda estão incubados?)
Critério para desincubagem e quais foram os sucessos dos grupos?
Relacione as expectativas iniciais e a realidade que foi se apresentando nos grupos.
Aspectos que auxiliam na consolidação e desenvolvimento dos grupos de economia solidária.
E o que limita o seu desenvolvimento, ou seja, quais os tipos de problemas que mais dificulta ou limita o trabalho da incubadora? E o que mais limita o grupo a não ter emancipação? (financeira, criatividade, relacionamento)
Como os princípios da ES são estimulados e vivenciados nos empreendimentos?
Os grupos estão atendendo as expectativas iniciais que a incubadora tinha ao incubar determinado grupo? Superou as expectativas, ou ficaram aquém? Fundir as duas questões em amarelo
Quando a oferta de emprego cresce (por exemplo: necessidade de mão de obra na construção civil), houve alteração na procura, adesão, ou até mesmo extinção de grupos? Você acha que isso interfere na consolidação da ES?
3ª Parte: Momentos finais
Gostaria de complementar, algum tópico anteriormente debatido?

APÊNDICE B

Número de Incubadoras por Região no Brasil

Incubadoras da Rede Unitrabalho – Região Norte

REGIÃO NORTE – 9 Incubadoras
Incubadora de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – ITSES - Universidade Federal da Amazônia (UFAM) – Campus Manaus Coordenadora: Profa. Antonieta do Lago Vieira - antonieta@vivax.com.br
Incubadora de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – ITSES Universidade Federal da Amazônia (UFAM) – Campus Parintins Coordenador: William de Souza Barreto - william_sbarreto@hotmail.com
Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES/UFPA) Universidade Federal do Pará - Coordenador: Prof. Francivaldo dos Santos Albuquerque - francivaldo@ufpa.br ; vado.a@gmail.com
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBTEC) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Castanhal - Coordenador: Prof. Adebaro Alves dos Reis - adebaroreis@yahoo.com.br
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários - Universidade Federal Rural da Amazônia - Coordenadora: Profa. Carmen Célia Costa Conceição - carmen.conceicao@ufra.edu.br ; carmen@amazon.com.br
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFAC) - Universidade Federal do Acre (UFAC) - Coordenador: Pablo Marques pablomarques@hotmail.com
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários de Rondônia (ITES/UNIR) - Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Coordenadora: Profa. Mariluce Paes de Souza - mariluce@unir.br ; mariluce@brturbo.com.br
Incubadora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Coordenadora: Profa. Meire Joisy - meirejois@hotmail.com
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES/UNITINS) Universidade do Tocantins (UNITINS) - Coordenadora: Profa. Munique D. M. Oliveira - maiaoliveir@gmail.com

Fonte: Adaptado de UNITRABALHO (2012).

Incubadoras da Rede Unitrabalho – Região Nordeste

REGIÃO NORDESTE – 16 Incubadoras
Incubadora da Universidade Estadual de Feira de Santana - Universidade Estadual de Feira de Santana (EFS) - Coordenador: Prof. Genival Correa de Souza - gcorrea@uefs.br ; loseraimundouefs@hotmail.com
Proex – UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Coordenador: Prof. Raimundo Bonfim - rbonfim99@hotmail.com ; proex@uesc.br
Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários (INCUBA / UNITRABALHO) - Universidade Estadual da Bahia (UNEB) - Coordenadora: Profa. Ronalda Barreto - ronalda_barreto@uol.com.br
Coordenação de Incubadora de Empreendimentos Solidários da UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Coordenador: Prof. Antônio Andrade Leal - andradegt@gmail.com ; andradesol@uesb.br
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA/UFRB) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) - Coordenadora: Profa. Tatiana Veloso - tatiana@unisolbrasil.org.br ; vellosotatiana@hotmail.com
Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Coordenador: Prof. Cezar Nonato Bezerra Candeias - cezarnonato@yahoo.com ; cezarnonato2@hotmail.com
Incubadora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)
Incubadora de Cooperativa Popular de Autogestão de Empreendimentos Sociais Produtivos - Universidade Federal do Ceará (UFC) - Coordenador: Prof. Osmar Sá Ponte Júnior - osmarsa@ufc.br ; sa.osmar@gmail.com
Incubadora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) - Coordenador: Prof. Francisco Guedes - chicoguedes15@yahoo.com.br
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Coordenadora: Profa. Crislene Rodrigues da Silva Moraes - crislenemoraes@yahoo.com.br
Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes) - Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (UFPB) - Coordenador: Prof. José Francisco de Melo Neto - incubes@prac.ufpb.br ; meloneto@hs24.com.br
Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários (INCEPS/UFPB) Universidade Federal da Paraíba – Bananeiras (UFPB) - Coordenador: Prof. Genyson Marques Evangelista - genyson_marques@hotmail.com
Incubadora de Empreendimentos Solidários (ITES) - Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Coordenador: Prof. Fábio Nóbrega - nobrega_ufpi@yahoo.com.br
Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Coordenador: Prof. Washington José de Souza - wsouza@ufrnet.br
Incubadora Agroindustrial de Mossoró (IAGRAM) - Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) - Coordenadora: Profa. Jesane Alves de Lucena - jesane10@hotmail.com ; jesane@ufersa.edu.br
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Coordenadora: Profa. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos - calmeida@infonet.com.br

Fonte: Adaptado de UNITRABALHO (2012).

Incubadoras da Rede Unitrabalho – Região Centro-Oeste

REGIÃO CENTRO-OESTE - 06 Incubadoras
Incubadora Social e Solidária (ISSOL- CDT/UNB) – Universidade de Brasília (UnB) – Coordenador: Prof. Pedro Henrique Isaac - pedro@cdt.unb.br ; pedro.isaac@gmail.com
Incubadora Social da UFG – Universidade Federal de Goiás (UFG) – Coordenador: Prof. Fernando Bartholo – fernandobarth@agro.ufg.br
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) - Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Coordenador: Prof. Clóvis Vailant – vailantc@terra.com.br
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFGD Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Coordenadora: Profa. Marisa de Fátima Lomba de Farias – marisa.lomba@ufgd.edu.br
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia do IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT) – Coordenador: Alex Caetano Pimenta – profpimenta@hotmail.com
Incubadora Elos/ITCP/Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - Coordenador Geral: Prof. Msc. Esmael Almeida Machado - el_machado_ms@uesms.br Co-Coordenador: Prof. Msc. Carlos Jaelso A. Chaves - jaelso.chaves@hotmail.com Coordenadora do Núcleo de Dourados: Tec. Ass. Educacionais Candida Propheta Ermano - cperbano@gmail.com

Fonte: Adaptado de UNITRABALHO (2012).

Incubadoras da Rede Unitrabalho – Região Sudeste

REGIÃO: SUDESTE - 07 Incubadoras
Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária (IEES) - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Coordenadora: Profa. Bárbara Heliadora França - drbarbarafranca@gmail.com
Centro de Incubação de Empreendimentos Solidários (CIEPS) Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Coordenador: Prof. Gabriel Humberto M. Palafox - gabmpalafox@hotmail.com
Incubadora Nevaes - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Coordenador: Profa. Margarida Maria Nascimento Oliveira margaridaufvjm@hotmail.com
Incubadora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Coordenador: Prof. Vilnei Leite (São Paulo) - vilnei_leite@uol.com.br
Incubadora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Coordenadora: Profa. Paula Martins (Santos) - paula.martins@unifesp.br
Incubadora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Coordenadora: Profa. Christiane de Arruda Rodrigues (Diadema) chris.arruda72@gmail.com
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares - Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) - Coordenadora: Profa. Maria Thereza Miguel Peres - mtmperes@unimep.br

Fonte: Adaptado de UNITRABALHO (2012).

Incubadoras da Rede Unitrabalho – Região Sul

REGIÃO SUL – 06 Incubadoras
<p>Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Unitrabalho (CAU – UEM) - Universidade Estadual de Maringá/Umuarama (UEM) Coordenadora: Profa. Eliane Dalva Godoy Danesi - hdanesi@terra.com.br elianegodoydanesi@hotmail.com</p>
<p>Núcleo/incubadora (UEM-Maringá) - Universidade Estadual de Maringá/ Maringá - Coordenadora: Profa. Neuza Corte de Oliveira ncoliveira@uem.br</p>
<p>Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES/UEL) Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Coordenadora: Profa. Rosely Jung Pisicchio - pisicchio@sercomtel.com.br; psisoin@uel.br</p>
<p>Incubadora de Economia Solidária - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) - Coordenadora: Profa. Eronita Barcelos eronitab@gmail.com</p>
<p>Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNOCHAPECÓ) Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ) Coordenador: Prof. Carlos Eduardo Arns - tchearns@yahoo.com.br tche@unochapeco.edu.br</p>
<p>Incubadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Coordenadora: Caroline Goerch - carolinegoerck@yahoo.com.br</p>

Fonte: Adaptado de UNITRABALHO (2012).

APÊNDICE C
GRUPOS ATENDIDOS PELO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CPES)
– EXTINTOS

Início	Término	Grupo	Região	Nº membros	Endereço	Telefone	Produtos
jun/06	jun/06	Agrum Soll	Sul	7 part.	Rua Carlos de Almeida, 1.169 – Jd. São Lourenço	3341-4618 / CEREAL 3323-9821	Tapetes
jun/06	jun/06	Alegria de Viver	Oeste	25 part.	Rua Antimônio, 84 – jd. São Francisco de Assis	3348-3275 / 3347-4814	Artesanato, panos de prato, camiseta.
jun/06	jun/06	ANAMEL	Leste	4 Part.	Rua João Pereira da Silva Jr, 183, Giovane Lunardelli	(43) 3321-9894	Brinquedos pedagógicos e retalhos
jun/06	jun/06	Arte Bela	Centro	9 part.	Rua Eduardo Benjamin Hooken, 173 – apto 701	3329-1357 / 9112-5735	Costura e bordados.
jun/06	jun/06	Arte Total	Leste	7 Part.	Rua João da Silva Godoy, s/n Ernane Moura Lima	(43) 3329-9001 / 9138-8447	Tapete, almofada, bolsas.
jun/06	jun/06	Arte, Cor e Brilho	Norte	25 part.	Rua Francisco Mendes, 47	3342-6479 / 3357-0936	Bordado, coche, tapetes, toalhas.
jun/06	jun/06	Artesanato Solidário	Norte	2 Part.	Rua Otávio Fávero, 97, São Jorge	(43) 3338-7043 / 3347-2703	Crochê, tricô, caixinhas de madeira.
jun/06	jun/06	Ass. Costura e Artesanato Mundo Novo – ACAMN	Oeste	4 part.	Rua José Piloto, 272 – Jd. Maracanã	3328-4580	Costura e artesanato.
jun/06	jun/06	Ass. de Mulheres do Franciscato	Sul	26 part.	Rua Tadao Ohira, 325 – Jd. Perobal	3342-6773	Alimentos, pães, artesanato.
jun/06	jun/06	Ass. de Mulheres do Ouro Branco	Sul	10 part.	Rua Magnólias, 382 – Jd. Ouro Branco	3341-2099 / 9135-5100	Artesanato e crochê.
jun/06	jun/06	Associação Viajante	Oeste	32 part.	Rua Valdomiro Fernandes, 445 – Jd. Jamaica	3347-1568 / 3348-8832	Artesanato.

jun/06	jun/06	ATAL	Centro	35 part.	Rua Caraíbas, 452 – Vila Casoni	3329-0322	Artesanato em geral, palha de milho.
jun/06	jun/06	Coração de Mãe	Rural	3 Part.	Avenida São Paulo, 231, Distrito de Guaravera	(43) 9941-6006	Reciclagem.
jun/06	jun/06	Criarte	Oeste	4 part.	Rua Procópio Ferreira, 713 – Jd. Columbia	3347-0802 / 9997-1260	Papel reciclado, caixas de papelão.
jun/06	jun/06	Encantos Bijuterias	Sul	4 part.	Rua Julio Manoel dos Santos, jd. Franciscato	3342-6923	Bijuterias.
jun/06	jun/06	Fonte de Vida	Norte	20 part.	Rua Carmem Miranda, 130 – Jd. Vivi Xavier	3348-7655	Crochê, tricô, tapetes.
jun/06	jun/06	Fonte em Rede	Norte	4 part.	Rua José Pedro Garcia Lopes, 46 – Novo Amparo		Vestuário, chinelos, tapetes.
jun/06	jun/06	Grupão – Grupo do Pão	Rural	10 part.	Rua Ivaí, 130 – Distrito Maravilha	3398-8192	Pães.
jun/06	jun/06	Grupo da Warta	Rural	6 part.	Pioneiros, 181		Produtos à base de soja.
jun/06	jun/06	Grupo Esperança	Norte	3 part.	Rua Gaudêncio Ferracine, 84 – Jd. Novo Amparo	8405-7742	Tapetes.
jun/06	jun/06	Grupo Felicidade	Norte	3 Part.	Rua 12, nº 75, Jd. Felicidade	(43) 9137-3287 / 9154-4662	Toalhas e , jogo de banho.
jun/06	jun/06	Joana e Irene	Oeste	2 part.	Rua Humberto Nobre, 358 – Jd. Califórnia	3337-2799	Crochê e tecido.
jun/06	Dez/06	Laboratório do Crochê	Leste	6 part.	Rua Julio Bianchi, 300 – Jd. Vale do Cedro	9121-2792 / 9925-3474 / 3334-4246	Artesanato e crochê.
jun/06	Dez/06	Mãos que se Ajudam	Leste	4 part.	Rua Mangaba, 399 – Jd. Interlagos	9112-3395	Alimentação .
jun/06	Dez/06	Mãos Unidas	Norte			3325-6488	Chocolate, pão de mel e bombons.
jun/06	Dez/06	Nova Conquista	Leste	5 Part.	Rua Antônio Siam, 337, Jd. Nova Conquista	(43) 9113-4226 / 3325-8503 (recado)	Crochê e tricô.
jun/06	jun/07	Portas Abertas	Norte	4 part.	Rua Luís Gonçalves de Matos, 177 – Jd. Parigot de Souza	3347-3606	Crochê, tricô e biscuit.

jun/06	jun/07	Razão de Viver	Norte	25 part.	Centro Comunitário – Jd. Paraíso	3347-1078	Artesanato, crochê e bordado.
jun/06	jun/07	Reagir	Centro	7 part.	Rua Fernando de Noronha, 867 – Centro	3347-0269 / CEREAL 3323-9821	Roupas artesanais.
jun/06	jun/07	Sol para Todos	Sul	3 Part.	Rua Aristides de Souza Melo, 369, São Lourenço	3342-6479 / 9947-6644 / 9948-4307	Tapetes em crochê e cachecol.
jun/06	Dez/07	Tok Pessoal	Norte	5 part.	Rua Dr. Gervazo Moraes, s/nº - Jd. Farid Libos	3329-5465	Coffee-break.
jun/06	Dez/07	Unidas Somos Mais	Norte	6 Part.	Rua Abílio Justino de Queiroz, 350, Cj João Paes	3329-5803/ 9905-7874 / 3334-0946 / 8801-6508	Patchwork.
dez/06	dez/07	Amigas da Pet	Oeste	2 Part.	Rua: Adelina Piqueti Barrios, 170, Jd. Maracanã	(43) 3357-0560	Móveis de Pet (reciclagem)
dez/06	dez/07	Arte Moda Confecções	Leste	4 Part.	Rua Roseiral, 77, Vila Ricardo	(43) 3321-4631	Kits para bebês (costura e bordado).
dez/06	dez/07	Cooperativa COASOL	Rural	35 Part.	Rua Distrito de Lerroville	(43) 3322-6041	Café orgânico.
dez/06	jun/08	Crochê e Arte	Norte	5 Part.	Rua Ataulfo Alves, 653, Jd. Manoel Gonçalves	(43) 3328-5546 / 3336-7731	Artesanato e crochê.
dez/06	jun/08	Delícias de Santa Clara	Centro	4 Part.	Rua Tembés, 51, Vila Independência	(43) 3325-3547 / 3325-4735	Bolachas,ucas e bolos.
dez/06	dez/08	Equipe Dinâmica	Leste	6 Part.	Rua Tamareira, 343, Jd. Morumbi	(43) 9952-6715 / 3321-2103	Sabão e artesanato.
dez/06	dez/08	Floricultura a São Francisco de Sales	Rural	3 Part.	Av. Elói Nogueira da Silva - Distrito de Lerroville	9944-3277 / 3398-2265 /3398-2154 / 3398-2069	Arranjos Florais.
dez/06	dez/08	Grupo das Amigas	Norte	2 Part.	Rua Ewantuil Ramanholo, 140, Jd. Belleville	(43) 3336-2747	Crochê, vagonite, tear.
dez/06	dez/09	Moda da Casa	Oeste	3 Part.	Rua José Piloto, 272, Jd. Maracanã	3328-4580	Guardanapos e jogos para cozinha.
dez/06	dez/10	Warta Sol	Rural	3 Part.	Rua Londrina, 163, Distrito da Warta	(43) 3398-4110	Produtos à base de soja.

jun/07		Arte da Terra	Rural	03.	Rodovia Mábio Gonçalves Palhano, 3430, Distrito Espírito Santo	(43) 3327-3215 / 9992-3124	Bijuteria.
jun/07	dez/09	Boutique do Artesanato	Oeste	2 part.	Rua: Benjamin Franklin, 72 Jd. Jamaica	8419-1858	Pintura e crochê.
jun/07	dez/07	Companhia da Beleza	Leste	3 part.	Rua Roseiral, 77, Vila Ricardo	9146-5674 / 3356-6568	Cabeleireiro .
jun/07		Confecção Bela Arte	Rosely	3 part.	Vila Rural Barão Alexandre Lote 1 Q 5	3398-6343	Confecção em tecido.
jun/07		GRAEG	Rosely	4 part.	Rua Água da Limeira – Distrito de Lerroville	9942-8036 / 9944-2399 / 3399-5797	Costura em tecido.
jun/07	jun/08	Louco de Bom	Norte	5 part.	Rua Salim Sahão – Capela São Judas Tadeu – Alto Boa Vista	3329-1171 / 3337-1319	Amendoim.
jun/07	Dez/07	Mússia	Intes	8 part.	Rua Tamareira, 343, Interlagos	3336-6991 / 3336-1376	Costura em tecido.
jun/07		Oficina da Artes	Leste	4 part.	Rua Roseiral, 77, Vila Ricardo	3336-9124 / 3336-2407	Madeiras em MDF, Caixas e peças decorativas.
jun/07	jun/08	Q. Delícia	Oeste	2 part.	Rua Vitorino Sborgui, 227, Jd. Colúmbia	3347-6788 / 9124-0554	Bombom.
jun/07	jun/10	Toque de Elegância	Leste	1 part.	Rua Henrique Brunelli, 611, Avelino Vieira	3348-2555 / 9923-6636	Bordado em toalhas.
dez/07	jun/09	Alegria	S. Verde	16 part.	Sinal Verde	3378-0417	Instrumentos de percussão.
dez/07	dez/09	Bordado Maravilha	Rural	3 part.	Rua Ivaí Distrito de Maravilha	9974-3771	Bordado em toalha de banho e mesa.
dez/07	dez/09	D'artes	Norte A	3 part.	Rua: Leila Diniz, 621 Cj Vivi Xavier	3357-3932 / 9910-2020	Decapagem.
dez/07	Ativo	Fino Sabor	Rural	3 part.	Sítio Ouro Fino – Distrito de São Luíz	3399-2030 / 9941-8887	Licor, doce de leite, bolachas, café.
dez/07		Mimos de bonecas	Norte	3 part.	Rua José de Paula Sobrinho, 66, Quadra Norte	3326-8535 / 9124-6127	Bonecas de Pano.

dez/07	Dez/09	Móveis Rústicos	Rural	2 part.	Rodovia Antônio Fernando Sobrinho, 700 – Distrito de Leroville	3398-2007 / 9948-3735	Móveis Rústicos.
dez/07		Palha de Milho	Rural	3 part.	Fazenda São José Rio do Cerne	3399-6401 / 8806-0548	Cesta, anjinho.
dez/07		Pedaço de Pano	Sul	7 part.	Rua dos Cozinheiros, 918 União da Vitória I	3341-1328 / 3342-5905	Vestido, blusa, short, saia.
dez/07	dez/09	Recippel	S. Verde	9 part.	Sinal Verde	3339-1379	Cartões e agendas.
dez/07	jun/08	Renascer	S. Verde	6 part.	EPESMEL	3378-0417	Bolsas, roupas de cama, mesa e banho.
dez/07	dez/08	Sabor da Soja	Centro B	04 part.	CRAS Centro B	3329-6336 / 3325-8946	Produtos a base de soja: pães, bolachas, salgadinhos.
dez/07	jun/09	Tempero e Ervas	Oeste	3 part.	Avenida Maratona, 581 Jd. Maracanã	9903-0584 /	Tempero a base de alho e vinagre c/ervas.
dez/07	jun/08	Unidas do Bordado	Centro A	2 part.	Rua: Joaquim Alcício Martins, 105 Vila Marízia	3336-9531 / 3329-7183	Bordados em pedraria.
dez/07	jun/09	Vitória da Conquista	Rural	3 part.	Rua Gerônimo Alves Domingues, 377 Distrito de Leroville	3398-2088 / 3398-2025	Roupas infantis.
dez/07	dez/08	Vivendo e Aprendendo	Sul	04 part.	CRAS Sul B		Panos de prato com pintura em stencil.
jun/08	dez/09	Arte no Retalho	Sul	2 part.	Rua Keimi Kazahaia, 100 Cj das Flores	3343-2768 / 9115-1170 / 9135-4595	Tapete, almofada em retalho.
jun/08	Ativo	Arte no Tear	Sul	2 part.	Rua Madressilva, 234	3337-9775	Cachecol, tapete, toalha de mesa, colcha, chale.
jun/08	dez/09	Empório da Beleza	Centro	3 part.	CRAS Centro B	8411-4234 / 9131-5472	Cabeleireiro .
jun/08	jun/10	Girassol Colorido	Sul	2 Part.	Rua Geraldo José jr (Viveiro municipal)	3341-0199 / 9954-6020 / 3028-6472 /	Girassol Colorido.

						9142-9553	
jun/08		Harmonia	Centro	5 part.	CRAS Centro B	3336-7033	Camiseta customizada .
jun/08		Palha de Ouro	Rural	3 part.	Fazenda São José Rio do Cerne	3399-6401 / 8806-0548	Cesta, anjinho.
jun/08	dez/08	Pão Dourado	Norte	03 part.	Espaço Vivi Xavier – Região Norte	3348-4647	Pães e Bolachas
jun/08	Ativo	Sabor de Kero +	Sul	2 part.	Parque Arthur Thomas	3342-4756 / 9147-0610 / 3372-4779 .	Salgados, Bombons e Trufas
jun/08	dez/09	Salão de Beleza Santa Rita de Cássia	Rural	2 part.	Ginez Navarro, 56	3398-2131 / 3398-2087	Limpeza de pele, manicure, pedicure, corte de cabelo.
dez/08		Aliança	Centro	03 part.	Rua Polônia, 390, Jd Igapó	3025-6807	Pães (integral, recheado, ervas, caseiro) e rosca recheada.
dez/08	dez/09	Artbiscuit	Centro B	2 part.	Rua Braga, 99 Jd Pizza	3024-4293 / 3341-8108	Biscuit.
dez/08	dez/09	Chocolate Água na Boca	Centro A	5 part.	Rua Men de Sá, s/n Vila Nova	3356-1099 / 3326-5335 / 9145-5116	Bombom, pirulito, trufa, pão de mel.
dez/08	dez/11	Conquista	Sul	2 Part.	(Centro Público)	9900-0071 / 3342-0441	Bolsas.
dez/08	jun/10	Marrom Glacê	Norte	2 part.	Rua Ezídio Frederico de Brito, 219, Jd Itapoã	3326-4024 / 3336-1127	Pão de mel.
dez/08		Moda Malhas	Norte	04 part.	Rua John Lennon, s/n Espaço Vivi Xavier	3347-4397 / 3357-1415 / 8406-1072	Blusa de moletom, calça, shorts, camisetas.
dez/08		Nova Linha	Oeste	03part.	Avenida Jules Verne, 475, Jardim Santa Rita IV	3348-6629 / 3024-6788 / 9965-0632	Chinelos bordados.
jun/09	dez/09	Cia do Salgado	Sul	3 part.	Rua João Gonçalves de Souza, 366, Cafezal III	3342-4156 / 3342-4654 / 9109-3386	Salgados fritos e assados.

jun/09	dez/09	Teceart	Norte	4 Part.	Rua Claudete de Souza, 495, Parigot III	3337-9775 / 9102-8767 / 9104-3706	Tear e crochê, roupas, almofadas, jogos americanos, cachecol, etc.
jun/09	dez/09	Vassouras Pet	Sinal Verde	4 part.	Centro Público	3343-3529 /	Vassouras Pet.
jun/09	jun/10	Verde Viva	Sinal Verde	3 part.	Rua Angelina Ricci Vezozzo, 85	3339-1379	Plantas ornamentais.
dez/09		E´vas	Norte	3 part.	Rua Jhon Lenon, s/n Conjunto Vivi Xavier		Confecção Blusas, batas.
dez/09	dez/11	Sabores do Campo	Rural	3 Part.	Rua Alcini Alves Camargo – Distrito de Paiquerê	9948-4313	Salgados.
jun/10	jun/11	Brincar de Q	Centro	4 part.	Rua Cefé Moça, 564, Jd. Parati	3334-4178	Brinquedos pedagógicos enfeite de Páscoa e Natal.
jun/10	dez/10	Com União	Norte	4 part.	Rua Abilio Justiniano de Queiroz 350 - Cj. João Paz	3337-9535	Cama, mesa e banho.
dez/10	dez/11	Baby Acessórios	Norte B	3 Part.	Centro Cultural		Acessórios infantis.
dez/10	jun/11	Belas Artes	Oeste	2 Part.	Rua Alfred Nobel, 175 Vila Industrial	3338-3184	Caixas em MDF.
dez/10	dez/11	Ell’os Pães de Mel	Norte	3 Part.	Rua Jhon Lenon s/n extensão Cras Norte A, Vivi Xavier	3327-2843	Pão de Mel.
dez/10	jun/11	Espaço de Beleza Anely	Oeste	2 part.	Rua Hélio Antonio Bevenho, 721, Avelino Vieira	3328-2113	Salão de Beleza.
jun/11		Mania de Cor	Oeste	2 Part.	Rua Guaiuvira nº 57, jd Leonor	3027-5977	Pano de prato, tapetes e toalhas.

APÊNDICE D

GRUPOS ATENDIDOS PELO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CPES)

Grupo	Bairro / Região	Tempo de existência	Nº de membros	Habilidade
Aeroflores	Aeroporto / Centro B	Desde set/2009	1	Flores ornamentais
Amar	Maracanã – Oeste A	Desde set/2005	2	Artesanato em papel reciclado
Art's e Bordados	Waldemar Hauer - Leste	Desde fev/2012	2	Artesanato
Arte no Tear	Sul	Desde jan/2009	3	Artesanato no tear
Beleza Pura	Jd. Santa Joana/Sul	Desde ago/2008	1	Salão Beleza
Brincando com Crochê	Oeste	Desde dez/2011	2	Artesanato
Carinhos Bebê	Santa Fé - Leste	Desde jan/2012	2	Artesanato
Casa de Pães	Jd. Santiago / Oeste B	Desde dez/2006	4	Alimentação
Chocoart	Chácara Nova Conquista - Lerroville	Desde dez/2011	3	Alimentação
Ciranda	Distrito Lerroville/Rural		3	Confecção de bolsas em algodão cru
Crochê Ideal	Vista Bela	Desde jul/2003	3	Artesanato em crochê
Decoração de Festas e Recreação com Tetê	Cafezal - Sul	Desde abr/2011	3	Prestação de serviço (decoração de festas)
Delícias de Guaravera	Guaravera/Rural	Desde mar/2010	3	Alimentação (bombons)
Doce Vida	Vila Marísia - Leste	Desde jan/2012	2	Alimentação (bombons)
Ebenezer	Vila Romana - Leste	Desde mar/2012	3	Artesanato
Fino Sabor	Distrito São Luiz – Zona Rural	Desde 2007	2	Alimentação (doces naturais, geléias e bolachas)
Flor de Trigo	Belle Ville - Norte	Desde dez/2011	3	Alimentação
Fuxico Brasil	Vila Brasil – Centro B	Desde 2008	1	Artesanato em Fuxico
Jeito de Ser	Shangri-lá – Oeste	Desde 2009	2	Vestuário – Pijamas
Ki Doce Doce	Jd. Turquino/Oeste	Desde fev/2010	2	Alimentação - Cocadas
Kre Kygfy	Reserva Indígena			Artesanato

	Apucarantina – Rural			índigena
Lelu's Coifeur	Guaravera/Rural	Desde ago/2011	2	Prestação de serviço (Cabeleireiro)
Lumarte	Centro B	Desde mar/2010	2	Confecção e Patchwork
Manancial Decor	João Paz - Norte	Desde dez/2011	2	Costura
Mãos e Arte	Leste / Parque das Industrias leves	Desde nov/2010	6	Artesanato
Mãos em Ação	Guaravera	Desde jan/2011	3	Confecção
Marreca	Irerê – Rural	Desde jul/2006	3	Vestuário
Mel Ouro Fino	Distrito São Luiz/Rural	Desde 2007	3	Alimentação - Mel
Menkoi Artesanato	Vila Recreio – Centro A	Desde jul/2011	3	Artesanato
Milla Patchwork	Centro B	Desde jun/2011	2	Artesanato
Nana Pet	Sul / Newman Sayum	Desde mar/2011	1	Artesanato
Nika Bordados	Centro B	Desde mar/2011	2	Artesanato
Padaria Pão Maravilha	Distrito Maravilha – Rural	Desde ago/2006	4	Padaria e Confeitaria
Parceria da Beleza	Jardim João Turquino – Oeste A	Desde dez/2006	2	Salão de beleza
Portal de Massas Congeladas	Monte Belo - Sul	Desde mar/2011	4	Alimentação
Portal Tapetes	Portal do Sol-Norte	Desde mar/2011	2	Costura
Sabor de Quero +	Jardim Itapoá – Sul A	Desde nov/2007	2	Alimentação
Sabores do Campo	Distrito Paiquerê/Rural	Desde nov/2009	4	Alimentação
Salgados Santa Izabel	Lerrovilla – Rural	Desde/2007	3	Alimentação